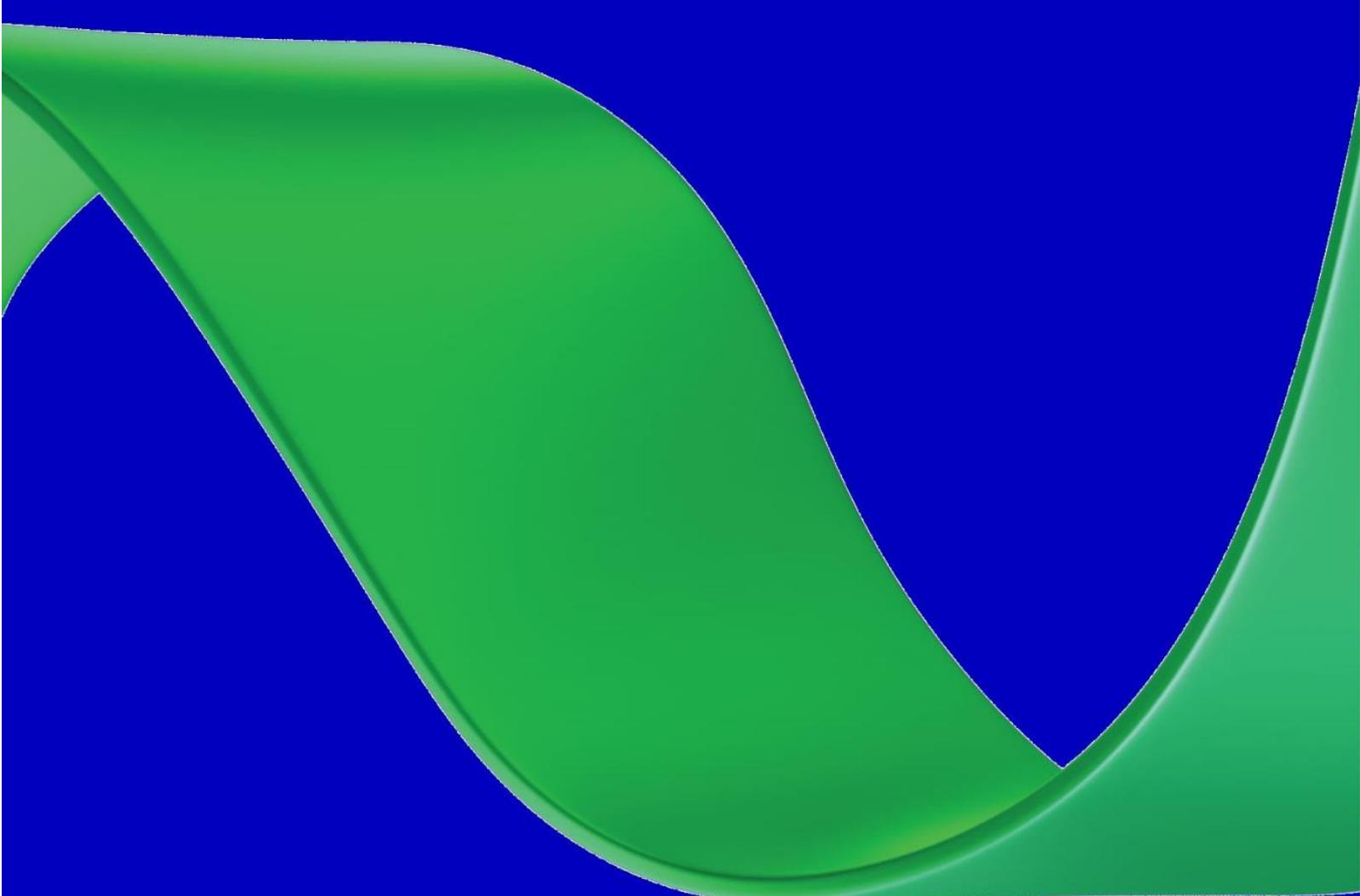


# Votorantim Cimentos S.A.

**Demonstrações financeiras individuais e  
consolidadas em 31 de dezembro de 2024**



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Votorantim Cimentos S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim Cimentos S.A. e suas controladas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

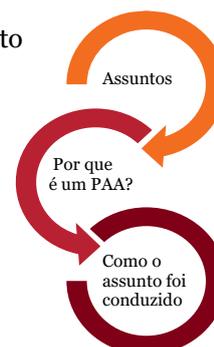
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votorantim Cimentos S.A. e da Votorantim Cimentos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais Assuntos de Auditoria**

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



---

## Porque é um PAA

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

---

### Provisões e passivos contingentes (Nota 22)

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, são parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial.

A administração, com apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima o desfecho das respectivas causas, provisionando as avaliadas como de perda provável, no montante de R\$ 738.465 mil na controladora e R\$ 1.236.994 mil no consolidado, líquidos dos depósitos judiciais, e divulga as classificadas como perdas possíveis e tratamento fiscal incerto do imposto de renda e da contribuição social, nos montantes de R\$ 12.054.026 mil na controladora e R\$ 13.531.013 mil no consolidado.

A estimativa da possibilidade de êxito nos processos em andamento, e as suas mensurações, envolvem julgamentos críticos por parte da Administração, uma vez que dependem de eventos futuros não totalmente no seu controle, bem como pode envolver aspectos subjetivos e evoluções legais ao longo do tempo que podem impactar na sua avaliação e mensuração. Assim, o andamento desses processos nas diversas esferas pode apresentar desdobramentos diferentes do que a Administração e seus assessores jurídicos esperam. Mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem levar a alterações significativas nas estimativas da Administração.

Em resposta a esse assunto, avaliamos o desenho, a implementação e a efetividade dos controles internos estabelecidos pela Administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais e dos tratamentos fiscais incertos.

Analisamos a consistência entre a política contábil relacionada às provisões, passivos contingentes e tratamentos fiscais incertos e os procedimentos adotados pela Administração para a sua determinação e as respectivas divulgações.

Obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos da Companhia, bem como a respectiva avaliação pela Administração dos valores e das probabilidades de perda.

Envolvemos nossos especialistas nas áreas tributária e legal para avaliar a razoabilidade das estimativas da Administração e de seus assessores jurídicos internos e externos, considerando a evolução dos processos e a jurisprudência existente, quando aplicável.

Realizamos também a leitura das divulgações apresentadas nas notas explicativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação das provisões, passivos contingentes, tratamentos fiscais incertos e as divulgações nas notas explicativas são consistentes com os dados e informações recebidos ao longo da nossa auditoria.

---

## Outros assuntos

### Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente

Votorantim Cimentos S.A.

elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Votorantim Cimentos S.A.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.



Votorantim Cimentos S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2025

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-6

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça  
Contador CRC 1SP196994/O-2

<b>Balço patrimonial.....</b>	<b>1</b>
<b>Demonstraço do resultado.....</b>	<b>2</b>
<b>Demonstraço do resultado abrangente .....</b>	<b>3</b>
<b>Demonstraço das mutaçoões do patrimõnio líquido.....</b>	<b>4</b>
<b>Demonstraço dos fluxos de caixa .....</b>	<b>5</b>
<b>Demonstraço do valor adicionado .....</b>	<b>6</b>
<b>Notas explicativas da Administraço às demonstraçoões financeiras individuais e consolidadas .....</b>	<b>7</b>
1   Informaçoões gerais .....	7
2   Aprovaço das demonstraçoões financeiras .....	7
3   Principais eventos ocorridos durante o exercício .....	7
4   Informaçoões financeiras por segmento operacional e divulgaço de grupo .....	9
5   Base de elaboraço e apresentaço das demonstraçoões financeiras individuais e consolidadas .....	12
6   Gestão de riscos.....	28
7   Instrumentos financeiros por categoria.....	40
8   Caixa e equivalentes de caixa .....	45
9   Aplicaçoões financeiras .....	46
10  Contas a receber de clientes e securitizaço de recebíveis .....	46
11  Estoques.....	49
12  Tributos a recuperar .....	52
13  Partes relacionadas .....	52
14  Depõsitos judiciais .....	56
15  Investimentos .....	57
16  Imobilizado .....	64
17  Intangível .....	70
18  Direito de uso em arrendamento .....	75
19  Empréstimos e financiamentos.....	79
20  Risco sacado a pagar .....	86
21  Imposto de renda e contribuiço social a recolher e diferidos .....	87
22  Provisões e depõsitos judiciais .....	91
23  Uso de bem pùblico .....	102
24  Benefícius pós-emprego.....	103
25  Patrimõnio líquido .....	110
26  Receita líquida de contratos com clientes .....	113
27  Abertura de despesas por natureza .....	115
28  Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas .....	116
29  Resultado financeiro, líquido .....	116
30  Ativos mantidos para venda e operaçoões descontinuadas.....	118
31  Compromissos de longo prazo .....	119
32  Eventos subsequentes .....	120

**Balço patrimonial**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023			2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	805.081	1.144.468	4.070.984	4.856.956	Empréstimos e financiamentos	19(b)	110.121	75.896	347.245	271.983
Aplicações financeiras	9(b)	929.087	864.266	1.136.839	1.056.569	Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	199.452	189.824	248.113	238.826
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		670	1	1.027	Arrendamentos	18(c)	76.305	25.641	333.446	144.013
Contas a receber de clientes	10(b)	709.983	711.286	1.704.307	1.641.634	Risco sacado a pagar	20(b)	244.556	205.190	1.565.946	1.559.780
Estoques	11(b)	1.157.079	1.015.058	4.100.377	3.499.964	Fornecedores e outras contas a pagar		1.650.859	1.517.703	4.521.501	3.899.031
Tributos a recuperar	12(b)	67.729	52.042	146.387	126.731	Salários e encargos sociais		259.263	296.829	719.905	721.934
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		84.747	39.566	177.823	117.695	Imposto de renda e contribuição social a recolher				74.368	34.290
Dividendos a receber	13(b)				1.230	Tributos a recolher		186.966	181.939	346.248	387.201
Securitização de recebíveis	10(e)			325.190	250.372	Adiantamento de clientes		39.111	32.399	69.888	97.632
Outros ativos		113.597	77.331	347.404	273.147	Dividendos a pagar	13(b)	213.311	557.360	214.803	559.040
		3.867.303	3.904.687	12.009.312	11.825.325	Uso de bem público	23(b)			55.009	53.947
						Securitização de recebíveis	10(e)			157.473	95.338
						Outros passivos		134.801	59.220	338.919	236.318
Ativos classificados como mantidos para venda	30(a)		1.716	1.972.585	10.206			3.114.745	3.142.001	8.992.864	8.299.333
						Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	30(a)			479.311	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>3.867.303</b>	<b>3.906.403</b>	<b>13.981.897</b>	<b>11.835.531</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>3.114.745</b>	<b>3.142.001</b>	<b>9.472.175</b>	<b>8.299.333</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>						<b>Não circulante</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	719.625	439.356	875.673	612.194	Empréstimos e financiamentos	19(b)	6.536.824	5.754.412	14.159.049	11.875.376
Tributos a recuperar	12(b)	111.698	76.480	218.775	177.217	Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	375.740	427.418	503.251	547.342
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		395.060	466.995	395.387	510.249	Arrendamentos	18(c)	149.076	70.362	1.232.318	867.911
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21(c)			846.366	802.040	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21(c)	436.979	320.190	1.611.210	1.281.206
Partes relacionadas			15.152	25.202	15.026	Partes relacionadas	13(b)	54.482	55.870	52.816	48.548
Depósitos judiciais	14(b)	155.288	127.081	271.639	241.671	Provisões e depósitos judiciais	22(b)	738.465	755.185	1.236.994	1.246.835
Benefícios pós-emprego	24(b)			93.410	82.762	Uso de bem público	23(b)			584.054	589.400
Instrumentos financeiros - ações		102.721	36.878	247.390	36.878	Benefícios pós-emprego	24(b)			252.260	265.711
Outros ativos		41.243	35.687	192.442	169.769	Outros passivos		399.062	363.978	614.308	553.754
		1.525.635	1.197.629	3.166.284	2.647.806	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>8.690.628</b>	<b>7.747.415</b>	<b>20.246.260</b>	<b>17.276.083</b>
Investimentos	15(c)	18.428.040	15.161.591	1.763.004	1.041.154	<b>Total do passivo</b>		<b>11.805.373</b>	<b>10.889.416</b>	<b>29.718.435</b>	<b>25.575.416</b>
Propriedades para investimento				84.056	69.890	<b>Patrimônio líquido</b>	25				
Imobilizado	16(b)	6.138.223	5.346.099	21.464.993	18.481.961	Capital social		7.708.353	7.708.353	7.708.353	7.708.353
Intangível	17(b)	934.895	821.675	9.344.369	8.069.767	Reservas de lucros		5.383.847	5.100.536	5.383.847	5.100.536
Direito de uso em arrendamento	18(b)	207.793	97.186	1.525.147	973.378	Ajustes de avaliação patrimonial		6.204.316	2.832.278	6.204.316	2.832.278
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>27.234.586</b>	<b>22.624.180</b>	<b>37.347.853</b>	<b>31.283.956</b>	<b>Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores</b>		<b>19.296.516</b>	<b>15.641.167</b>	<b>19.296.516</b>	<b>15.641.167</b>
						<b>Participação dos acionistas não controladores</b>				<b>2.314.799</b>	<b>1.902.904</b>
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>19.296.516</b>	<b>15.641.167</b>	<b>21.611.315</b>	<b>17.544.071</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>31.101.889</b>	<b>26.530.583</b>	<b>51.329.750</b>	<b>43.119.487</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>31.101.889</b>	<b>26.530.583</b>	<b>51.329.750</b>	<b>43.119.487</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstração do resultado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
					Reapresentado (Nota 5.6(a))
<b>Operações continuadas</b>					
Receita líquida de contratos com clientes	26(b)	9.462.573	9.450.233	26.564.574	25.677.712
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27(b)	(7.420.699)	(7.245.741)	(20.693.413)	(20.116.688)
<b>Lucro bruto</b>		<b>2.041.874</b>	<b>2.204.492</b>	<b>5.871.161</b>	<b>5.561.024</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Com vendas	27(b)	(556.004)	(525.582)	(1.012.808)	(936.286)
Gerais e administrativas	27(b)	(606.818)	(563.006)	(1.508.808)	(1.311.296)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	28(b)	(1.033.731)	63.257	(679.737)	361.561
		(2.196.553)	(1.025.331)	(3.201.353)	(1.886.021)
<b>(Prejuízo) lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>		<b>(154.679)</b>	<b>1.179.161</b>	<b>2.669.808</b>	<b>3.675.003</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>					
Equivalência patrimonial	15(e)	1.864.104	2.049.503	157.279	55.387
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	29(b)				
Receitas financeiras		878.492	511.619	1.324.222	936.918
Despesas financeiras		(1.077.166)	(1.168.972)	(2.243.679)	(2.034.564)
Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas		(475.495)	143.428	(507.332)	98.057
		(674.169)	(513.925)	(1.426.789)	(999.589)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>1.035.256</b>	<b>2.714.739</b>	<b>1.400.298</b>	<b>2.730.801</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	21(b)	<b>(137.097)</b>	<b>(281.039)</b>	<b>(545.081)</b>	<b>(301.039)</b>
<b>Lucro líquido do exercício das operações continuadas</b>		<b>898.159</b>	<b>2.433.700</b>	<b>855.217</b>	<b>2.429.762</b>
<b>Operações descontinuadas</b>					
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas	30(b)			218.479	188.118
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>898.159</b>	<b>2.433.700</b>	<b>1.073.696</b>	<b>2.617.880</b>
<b>Atribuível a</b>					
<b>Acionistas da Companhia</b>					
Lucro líquido proveniente das operações continuadas				723.515	2.283.974
Lucro líquido proveniente das operações descontinuadas				174.644	149.726
<b>Participação de não controladores</b>					
Lucro líquido proveniente das operações continuadas				131.702	145.788
Lucro líquido proveniente das operações descontinuadas				43.835	38.392
<b>Lucro líquido do exercício</b>				<b>1.073.696</b>	<b>2.617.880</b>
Quantidade média ponderada de ações, em milhares				9.525.614	9.525.614
<b>Resultado básico e diluído por lote de mil ações atribuíveis aos acionistas da Companhia, em reais</b>					
Das operações continuadas				75,95	239,77
Das operações descontinuadas				18,33	15,72

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstração do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>		898.159	2.433.700	1.073.696	2.617.880
					<b>Reapresentado (Nota 5.6(a))</b>
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado</b>					
Variações cambiais de operações localizadas no exterior	25(d)	3.555.068	(950.773)	3.992.580	(1.077.871)
Hedge de investimentos líquidos	25(d)	(178.106)	57.282	(214.585)	69.015
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas	25(d)	(845)	13.500	(4.753)	12.947
		<u>3.376.117</u>	<u>(879.991)</u>	<u>3.773.242</u>	<u>(995.909)</u>
<b>Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado</b>					
Ajustes de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	25(d)	615	(842)	599	(1.044)
Remensuração com benefícios de aposentadoria em investidas	25(d)	6.723	(17.772)	7.192	(22.168)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	25(d)	(11.417)	3.541	(11.417)	3.541
		<u>(4.079)</u>	<u>(15.073)</u>	<u>(3.626)</u>	<u>(19.671)</u>
<b>Outros componentes do resultado abrangente do exercício</b>		<u>3.372.038</u>	<u>(895.064)</u>	<u>3.769.616</u>	<u>(1.015.580)</u>
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<u>4.270.197</u>	<u>1.538.636</u>	<u>4.843.312</u>	<u>1.602.300</u>
<b>Atribuível a</b>					
<b>Acionistas da Companhia</b>					
Operações continuadas				4.074.269	1.389.310
Operações descontinuadas				195.928	149.326
<b>Participação de não controladores</b>					
Operações continuadas				533.257	24.714
Operações descontinuadas				39.858	38.950
				<u>4.843.312</u>	<u>1.602.300</u>

Os componentes na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos tributários de cada componente estão apresentados na Nota 21(c).

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Atribuível aos acionistas controladores											
	Nota	Reservas de lucros					Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
		Capital social	Legal	De incentivos fiscais	Retenção						
Em 1º de janeiro de 2023, antes do efeito do ajuste contábil da adoção da alteração ao CPC 32 / IAS 12		7.708.353	689.955	1.558.055	1.699.552	3.727.342		15.383.257	2.022.318	17.405.575	
Efeito do ajuste contábil da adoção da alteração ao CPC 32 / IAS 12							(3.019)	(3.019)		(3.019)	
Em 1º de janeiro de 2023, após o efeito do ajuste contábil da adoção da alteração ao CPC 32 / IAS 12		7.708.353	689.955	1.558.055	1.699.552	3.727.342	(3.019)	15.380.238	2.022.318	17.402.556	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>											
Lucro líquido do exercício							2.433.700	2.433.700	184.180	2.617.880	
Outros componentes do resultado abrangente	25(d)					(895.064)		(895.064)	(120.516)	(1.015.580)	
						(895.064)	2.433.700	1.538.636	63.664	1.602.300	
<b>Contribuições e distribuições para acionistas</b>											
Redução de capital social de acionistas não controladores									(96.572)	(96.572)	
Dividendos intermediários pagos					(720.347)			(720.347)		(720.347)	
<b>Destinação do lucro líquido do exercício</b>											
Constituição de reserva legal	25(a)(iv)		121.685				(121.685)				
Constituição de reserva de incentivos fiscais	25(a)(v)			82.574			(82.574)				
Dividendos mínimos obrigatórios	25(c)						(557.360)	(557.360)	(86.506)	(643.866)	
Retenção de lucros	25(a)(iv)				1.669.062		(1.669.062)				
			121.685	82.574	948.715		(2.430.681)	(1.277.707)	(183.078)	(1.460.785)	
Em 31 de dezembro de 2023		7.708.353	811.640	1.640.629	2.648.267	2.832.278		15.641.167	1.902.904	17.544.071	
Em 1º de janeiro de 2024		7.708.353	811.640	1.640.629	2.648.267	2.832.278		15.641.167	1.902.904	17.544.071	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>											
Lucro líquido do exercício							898.159	898.159	175.537	1.073.696	
Outros componentes do resultado abrangente	25(d)					3.372.038		3.372.038	397.578	3.769.616	
						3.372.038	898.159	4.270.197	573.115	4.843.312	
<b>Contribuições e distribuições para acionistas</b>											
Redução de capital social de acionistas não controladores									(68.962)	(68.962)	
Dividendos intermediários pagos	25(c)				(401.537)			(401.537)		(401.537)	
<b>Destinação do lucro líquido do exercício</b>											
Constituição de reserva legal	25(a)(iv)		44.908				(44.908)				
Constituição de reserva de incentivos fiscais	25(a)(v)			9			(9)				
Dividendos mínimos obrigatórios	25(c)						(213.311)	(213.311)	(92.258)	(305.569)	
Retenção de lucros	25(a)(iv)				639.931		(639.931)				
			44.908	9	238.394		(898.159)	(614.848)	(161.220)	(776.068)	
Em 31 de dezembro de 2024		7.708.353	856.548	1.640.638	2.886.661	6.204.316		19.296.516	2.314.799	21.611.315	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023(i)	2024	2023(i)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>					
Operações continuadas		1.035.256	2.714.739	1.400.298	2.730.801
Operações descontinuadas	30(b)			327.131	267.399
		1.035.256	2.714.739	1.727.429	2.998.200
<b>Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa</b>					
Depreciação, amortização e exaustão	27(b)	700.526	445.227	2.362.417	1.868.614
	19(d) e				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	29(b)	510.234	439.251	988.057	819.023
Contratos futuros de energia - valor justo	28(b)			2.899	(42.162)
Equivalência patrimonial	15(e)	(1.864.104)	(2.049.503)	(157.279)	(55.078)
	6.3.3(b)				
Instrumentos financeiros derivativos, líquidos	e 29(b)	(187.742)	299.848	(130.287)	310.719
Rendimentos sobre aplicações financeiras		(83.818)	(90.591)	(90.177)	(92.404)
Atualização monetária da utilização do bem público	29(b)			40.864	(22.216)
Provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	10(c)	16.234	16.669	21.829	25.784
(Reversão) provisão de processos cíveis, trabalhistas, fiscais e ambientais	22(b)	(131.158)	21.298	(158.411)	32.495
Perda (ganho) na venda de imobilizado e intangível, líquido	28(b)	8.124	(12.649)	(77.971)	(16.105)
(Reversão) provisão para obsolescência de estoques	11(c)	(10.720)	14.715	(9.828)	40.341
Provisão de impairment de ativos	28(b)	4.409		9.546	(53.016)
Outros componentes do resultado financeiro		570.271	(134.021)	734.362	121.962
Demais itens que não afetam caixa		(34.174)	(21.900)	(88.692)	40.910
		533.338	1.643.083	5.174.758	5.977.067
<b>(Acréscimo) decréscimo em ativos</b>					
Contas a receber de clientes		4.851	(53.955)	195.653	(203.286)
Estoques		(131.301)	27.469	(297.917)	(172.421)
Tributos a recuperar		(7.090)	5.487	11.760	188.673
Partes relacionadas		36.462	13.700	87.285	4.601
Depósitos judiciais		(555)	(17.232)	(4.432)	(27.324)
Securitização de recebíveis				(169.010)	(96.842)
Demais créditos e outros ativos		(110.392)	2.473	(137.602)	96.691
<b>Acréscimo (decréscimo) em passivos</b>					
Risco sacado a pagar		39.366	(46.511)	(223.454)	(229.686)
Fornecedores e outras contas a pagar		90.039	(418.760)	(149.481)	(249.578)
Salários e encargos sociais		(37.566)	31.967	(52.453)	143.420
Tributos a recolher		(18.045)	13.344	(43.472)	(93.945)
Adiantamento de clientes		6.712	6.936	(25.199)	39.685
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	22(b)	(58.930)	(38.443)	(148.411)	(99.427)
Demais obrigações e outros passivos		101.658	(70.498)	280.515	(142.852)
<b>Caixa proveniente das operações</b>		448.547	1.099.060	4.498.540	5.134.776
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	19(d)	(472.289)	(441.484)	(962.857)	(821.285)
Juros pagos de uso de bem público				(53.177)	(54.517)
Juros recebidos		19.898	14.021	25.669	20.671
Custo de recompra dos <i>bonds</i>	29(b)			(35.053)	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(9.693)	(50.784)	(307.998)	(323.135)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades operacionais</b>		(13.537)	620.813	3.165.124	3.956.510
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aplicações financeiras		(73.783)	(11.955)	(118.683)	(248.987)
Resgates de aplicações financeiras		92.744	15.116	147.968	258.465
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		3.252	22.482	143.663	56.776
Aquisição de investimento líquido de caixa recebido da investida	16(b)(i)			(12.518)	(15.073)
Dividendos recebidos		269.757	433.860	149.000	90.370
Recebimento de <i>share premium</i>	15(e)(ii)	1.732.071			
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.415.470)	(948.988)	(2.937.697)	(2.392.109)
Aquisição de associadas e controladas em conjunto					(26.076)
Pagamentos a partes relacionadas		(15.181)	(13.618)	(37.064)	(22.177)
Recebimentos de partes relacionadas					5.299
Aumento de capital em investida		(15.261)		(15.261)	(2.410)
Redução de capital em investida				10.431	
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento</b>		578.129	(503.103)	(2.670.161)	(2.295.922)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Captações de empréstimos e financiamentos	19(d)	1.151.268	1.770.744	5.607.628	2.732.730
Liquidação de empréstimos e financiamentos	19(d)	(834.215)	(612.284)	(5.348.479)	(1.225.609)
Liquidação de arrendamento	18(c)	(120.414)	(41.792)	(537.357)	(320.897)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	(141.721)	(255.681)	(174.830)	(296.900)
Redução de capital de acionistas não controladores				(68.962)	(96.572)
Dividendos pagos	25(c)	(958.897)	(939.258)	(958.897)	(939.258)
Dividendos pagos a não controladores				(40.823)	(86.506)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		(903.979)	(78.271)	(1.521.720)	(233.012)
<b>(Décrécimo) acréscimo em caixa e equivalentes de caixa</b>		(339.387)	39.439	(1.026.757)	1.427.576
Efeito de oscilações nas taxas cambiais				541.222	(514.133)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.144.468	1.105.029	4.856.956	3.943.513
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		805.081	1.144.468	4.371.421	4.856.956
Incluído em caixa e equivalentes de caixa	8(b)	805.081	1.144.468	4.070.984	4.856.956
Incluído em ativos mantidos para venda	30(a)			300.437	
<b>Principais transações que não afetaram o caixa</b>					
Aquisições de imobilizado e intangível		(43.117)	(57.761)	(339.469)	(121.826)
Ativos de direito de uso em contratos de arrendamento	18(c)	236.029	78.293	791.195	165.966

(i) A Companhia realizou determinadas reclassificações entre linhas do fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais no exercício anterior para consistência e comparabilidade com o exercício corrente, incluindo as operações descontinuadas, não alterando o total de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais previamente apresentado.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

**Demonstração do valor adicionado**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
			Reapresentado (Nota 5.6(c))		Reapresentado (Nota 5.6(c))
<b>Receitas</b>					
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)		12.509.791	12.424.336	31.215.162	29.876.137
Outras receitas operacionais		115.805	121.037	493.543	282.572
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	10(c)	(16.234)	(16.669)	(21.829)	(25.784)
		<u>12.609.362</u>	<u>12.528.704</u>	<u>31.686.876</u>	<u>30.132.925</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>					
Matérias-primas e outros insumos de produção		(4.210.718)	(3.964.902)	(10.916.703)	(10.604.891)
Energia, combustível e serviço de terceiros	27(b)	(2.438.575)	(2.679.274)	(5.742.003)	(5.896.748)
Acordo celebrado com o CADE	22(d)(i)	(1.092.780)		(1.092.780)	
(Provisão) reversão de <i>impairment</i> de ativos	28(b)	(4.409)		(9.546)	53.016
		<u>(7.746.482)</u>	<u>(6.644.176)</u>	<u>(17.761.032)</u>	<u>(16.448.623)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>4.862.880</b>	<b>5.884.528</b>	<b>13.925.844</b>	<b>13.684.302</b>
Depreciação, amortização e exaustão	27(b)	(700.526)	(445.227)	(2.362.417)	(1.776.580)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>		<b>4.162.354</b>	<b>5.439.301</b>	<b>11.563.427</b>	<b>11.907.722</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>					
Resultado de participações societárias	15(e)	1.864.104	2.049.503	157.279	55.387
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	29(b)	986.567	863.703	1.598.730	1.555.316
		<u>2.850.671</u>	<u>2.913.206</u>	<u>1.756.009</u>	<u>1.610.703</u>
<b>Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir</b>		<b>7.013.025</b>	<b>8.352.507</b>	<b>13.319.436</b>	<b>13.518.425</b>
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir				329.469	359.410
<b>Total do valor adicionado a distribuir</b>		<b>7.013.025</b>	<b>8.352.507</b>	<b>13.648.905</b>	<b>13.877.835</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>					
<b>Pessoal e encargos sociais</b>					
Remuneração direta		760.052	747.702	3.200.536	2.929.986
Benefícios		271.971	242.823	515.855	512.753
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS		47.649	42.101	61.037	55.368
		<u>1.079.672</u>	<u>1.032.626</u>	<u>3.777.428</u>	<u>3.498.107</u>
<b>Impostos e contribuições</b>					
Federais		1.125.905	1.288.781	2.042.188	1.670.777
Estaduais		2.193.750	2.128.693	3.466.264	3.161.487
Municipais		38.932	28.412	43.485	30.759
		<u>3.358.587</u>	<u>3.445.886</u>	<u>5.551.937</u>	<u>4.863.023</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>					
Despesas financeiras e variações cambiais passivas	29(b)	1.660.736	1.377.628	3.025.519	2.554.905
Aluguéis	27(b)	15.871	62.667	109.335	172.628
		<u>1.676.607</u>	<u>1.440.295</u>	<u>3.134.854</u>	<u>2.727.533</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>					
Dividendos mínimos obrigatórios	25(c)	213.311	557.360	213.311	557.360
Lucros retidos		684.848	1.876.340	510.204	1.726.614
Participação dos acionistas não controladores				131.702	145.788
		<u>898.159</u>	<u>2.433.700</u>	<u>855.217</u>	<u>2.429.762</u>
<b>Distribuição do valor adicionado das operações continuadas</b>		<b>7.013.025</b>	<b>8.352.507</b>	<b>13.319.436</b>	<b>13.518.425</b>
Distribuição do valor adicionado das operações descontinuadas				329.469	359.410
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>7.013.025</b>	<b>8.352.507</b>	<b>13.648.905</b>	<b>13.877.835</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 1 Informações gerais

A Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA" ou "Controladora") e suas controladas ("Companhia") têm como atividades principais: a produção e o comércio de portfólio completo de materiais pesados de construção, que inclui cimento, agregados, argamassa, soluções agrícolas e outros, bem como serviços de matérias-primas e derivados, produtos semelhantes e relacionados, pesquisa, mineração, serviços de concreto pré-fabricado, logística e importação, coprocessamento para geração de energia e participação em outras empresas.

A VCSA é uma sociedade anônima com sede na cidade e estado de São Paulo, Brasil. A Companhia está presente em todas as regiões do Brasil, além de países na América do Sul, América do Norte, Europa e Ásia.

A VCSA é controlada diretamente pela Votorantim S.A. ("VSA"), sociedade anônima de capital fechado, uma *holding* de investimento permanente capitalizada e com negócios de longo prazo, brasileira e de controle familiar.

## 2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas em 24 de fevereiro de 2025 pelo Conselho de Administração. A aprovação final é concedida na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, de acordo com a lei que rege as Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976.

## 3 Principais eventos ocorridos durante o exercício

### 3.1 Celebração de acordo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE")

Em 30 de dezembro de 2024, a Companhia celebrou um acordo com o CADE e aderiu à transação extraordinária junto à Procuradoria Geral Federal ("PGF"), com base no programa "Desenrola Agências Reguladoras", com o objetivo de equacionar todos os pontos de divergência com o CADE e solucionar definitivamente os litígios pendentes com a autarquia. Isso foi feito com um desconto de 65% sobre os valores originalmente cobrados, resultando em uma despesa de R\$ 1.092.780 paga no exercício, registrada na rubrica "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas" no resultado (Nota 28).

Informações adicionais sobre os processos e acordo estão divulgadas na Nota 22(d)(i).

### 3.2 Venda das operações na Tunísia e no Marrocos

Em julho e setembro de 2024, foram aprovados pelo Conselho de Administração os desinvestimentos integrais das operações da Tunísia e do Marrocos, respectivamente. Em 26 de julho de 2024, a Companhia assinou um contrato para a venda das operações da Tunísia e em 13 de setembro de 2024, foi assinado um contrato de venda das operações do Marrocos.

A conclusão das transações de desinvestimento está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo a aprovação por autoridades regulatórias, com expectativa de conclusão em até 12 meses, desde a respectiva assinatura dos contratos.

A política contábil e informações adicionais sobre os ativos mantidos para venda e operações descontinuadas estão detalhadas nas Notas 5.4.7 e 30, respectivamente.

### 3.3 Gestão de endividamento - St. Marys Cement Inc. (Canada) ("St. Marys")

#### (i) Emissão de *Bonds* (Voto 34) e oferta de recompra do Voto 27

Em 02 de abril de 2024, a St. Marys concluiu a emissão de *Bonds* no mercado de capitais internacional no montante total de USD 500.000 mil (R\$ 2.498.100), com vencimento em 2034 e indicadores de performance ambiental (*sustainability-linked bonds*) da Companhia, associados à intensidade de emissão líquida de CO<sub>2</sub> (escopo 1) e substituição térmica, a serem medidos na data-base de 31 de dezembro de 2028. Caso a Companhia atinja as metas acordadas até dezembro de 2028, não haverá alteração nos juros do financiamento. Em caso de descumprimento de ambos os indicadores, haverá acréscimo de até 0,25% na taxa de juros anual. A nova emissão possui cupom de 5,75% a.a. pagos semestralmente e garantia integral e irrevogável da Controladora.

Além disso, em 04 de abril de 2024, de forma concomitante com o recebimento dos recursos da nova emissão, a St. Marys concluiu oferta de recompra em dinheiro ("*Tender Offer*") do *Bond* de sua própria emissão com vencimento em 2027 (Voto 27). Após a conclusão da *Tender Offer*, o principal remanescente do Voto 27 foi de USD 238.447 mil (R\$ 1.191.329).

#### (ii) Resgate antecipado de títulos sênior Voto 27 pela St. Marys

Em 11 de junho de 2024, a St. Marys exerceu seu direito de resgatar antecipadamente ("*Make-Whole*") a totalidade dos títulos sênior com cupom de 5,75% a.a. e vencimento em 2027, mediante o pagamento do preço de resgate calculado de acordo com os termos previstos na escritura de emissão (*indenture*).

A liquidação financeira ocorreu em 11 de julho de 2024, com o valor total do pagamento efetuado de USD 238.571 mil (R\$ 1.326.192), incluindo o principal acrescido do prêmio e juros acumulados até a data da conclusão da operação.

### 3.4 Contrato de fornecimento de energia de longo prazo

Em 29 de dezembro de 2023, a Controladora firmou acordos de fornecimento de energia com nove sociedades de propósito específico ("SPEs") controladas indiretamente pela Atlas Brasil, por um período de 15 anos. As SPEs são detentoras das autorizações para exploração de parques solares para geração de energia elétrica ("Parques Solares"). Os Parques Solares, localizados no Estado de Minas Gerais, com 100 MW de capacidade instalada, possuem previsão para início do fornecimento de energia a partir de janeiro de 2026. Com isso, a Companhia reforça seus investimentos na diversificação da matriz de energia renovável.

Para a instrumentalização da operação, a Controladora concluiu a aquisição de participação na Atlas Luiz Carlos Comercializadora de Energia Ltda. (controladora direta das SPEs), no percentual de 10% do capital social total e 99% do capital votante da empresa, pelo montante de R\$ 65.997, que será quitado em março de 2026. O contrato de compra e venda da participação prevê a opção de compra futura da participação acionária detida pela Controladora, a ser exercida de forma unilateral pela Atlas Brasil ao término do contrato de fornecimento de energia. Ainda, de acordo com termos e condições estabelecidos no acordo de acionistas e da opção de compra futura detida pela Atlas Brasil, a Companhia concluiu que não possui controle e influência significativa sobre as operações dos Parques Solares, reconhecendo a participação acionária adquirida como um ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A operação foi aprovada pela Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de janeiro de 2024.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**4 Informações financeiras por segmento operacional e divulgação de grupo**

As informações por segmento apresentadas a seguir excluem os resultados da Tunísia e do Marrocos do segmento Europa e Ásia (anteriormente denominado Europa, Ásia e África) desde o início dos respectivos exercícios apresentados, considerando a reclassificação desses países como operações descontinuadas (Nota 30). As informações comparativas foram reapresentadas para apresentação consistente com o exercício corrente (Nota 5.6(b)).

**4.1 Informações financeiras por segmento operacional**

A norma CPC 22 / IFRS 8 - Informações por segmento exige que os segmentos operacionais sejam identificados com base em relatórios internos sobre componentes da Companhia que são regularmente revisados pelo *Chief Operating Decision Maker* ("CODM") para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho. Definimos o Diretor Presidente da Companhia como o CODM.

A Companhia atua geograficamente e regionalmente com quatro segmentos operacionais identificados pelas suas características econômicas similares. A atividade comercial está diretamente relacionada com as características econômicas e sazonais das localidades. Os segmentos operacionais reportáveis que correspondem com as divisões corporativas da Companhia são:

- (1) Brasil: compreende a produção e venda de cimento, agregados e argamassa estabilizada, argamassa básica, argamassa colante, calcário agrícola e outros, bem como serviços de matérias-primas e derivados, produtos semelhantes e relacionados, pesquisa, mineração, serviços de concreto pré-fabricado, transporte, distribuição, importação e coprocessamento para geração de energia.
- (2) América do Norte (operações no Canadá e Estados Unidos): compreende a produção e venda de cimento, concreto pré-fabricado e agregados.
- (3) Europa e Ásia (operações na Espanha e Turquia): compreende a produção e venda de cimento, concreto pré-fabricado, agregados e argamassa.
- (4) América Latina (operações na Bolívia e Uruguai): compreende a produção e venda de cimento, argamassa, concreto pré-fabricado e soluções agrícolas. As operações na Argentina relacionadas com a Cimentos Avellaneda S.A. são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial (Nota 15), portanto não são consolidadas ou incluídas nos saldos reportados deste segmento operacional.

A principal métrica de desempenho financeiro para a gestão dos segmentos operacionais é o EBITDA ajustado, reportado mensalmente para cada um dos segmentos geográficos reportáveis. O EBITDA ajustado é definido como: lucro do exercício antes dos impostos e contribuição social menos / mais depreciação, amortização e exaustão, resultado financeiro (líquido) e resultado de equivalência patrimonial de coligadas e *joint-ventures*, ajustado por dividendos recebidos de coligadas, *joint ventures* e operações descontinuadas, e certas transações que são consideradas pela Administração como passíveis de ajuste na métrica de desempenho financeiro, como reconciliado abaixo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>2024</b>					
	<b>Brasil</b>	<b>América do Norte</b>	<b>Europa e Ásia</b>	<b>América Latina</b>	<b>Outros (i)</b>	<b>Consolidado</b>
Receita líquida de contratos com clientes	12.885.049	8.185.303	3.882.655	903.283	708.284	26.564.574
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(438.269)	644.014	675.776	(7.934)	(18.370)	855.217
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(187.386)	887.192	738.057	(32.871)	(4.694)	1.400.298
Depreciação, amortização e exaustão	971.246	976.214	260.755	153.530	672	2.362.417
Resultado financeiro líquido	747.135	485.522	97.338	36.400	60.394	1.426.789
Equivalência patrimonial	(21.555)	(37.551)	(26.020)		(72.153)	(157.279)
Dividendos recebidos (vi)					319.452	319.452
Itens de ajuste do EBITDA						
Acordo celebrado com o CADE (Nota 22(d)(i)) (ii)	1.092.780					1.092.780
Provisão (reversão) de <i>impairment</i> de ativos (iv)	13.069	(3.523)				9.546
Contratos futuros de energia - valor justo (iii)	2.899					2.899
Outros ajustes não relevantes	16.770					16.770
Ajustes e reclassificações entre segmentos	(6.775)	(10.440)	16.621	1.404	(810)	
EBITDA ajustado	2.628.183	2.297.414	1.086.751	158.463	302.861	6.473.672
Adições do imobilizado e intangível (CAPEX)	1.644.984	1.194.707	352.410	85.010	55	3.277.166
Dívida líquida	4.693.098	4.122.295	245.590	462.946	1.215.996	10.739.925

	<b>2023</b>					
	<b>Brasil</b>	<b>América do Norte</b>	<b>Europa e Ásia</b>	<b>América Latina</b>	<b>Outros (i) (vii)</b>	<b>Consolidado</b>
Receita líquida de contratos com clientes (vii)	12.828.278	7.801.360	3.263.593	869.245	915.236	25.677.712
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	1.046.410	487.285	925.467	55.587	(84.987)	2.429.762
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.433.375	785.406	535.487	41.508	(64.975)	2.730.801
Depreciação, amortização e exaustão	631.553	832.706	232.487	79.350	484	1.776.580
Resultado financeiro líquido	482.608	277.520	120.515	37.868	81.078	999.589
Equivalência patrimonial	(5.672)	(25.854)	(26.011)		2.150	(55.387)
Dividendos recebidos (vi)					241.565	241.565
Itens de ajuste do EBITDA						
Contratos futuros de energia - valor justo (iii)	(42.162)					(42.162)
Provisão (reversão) de <i>impairment</i> de ativos (iv)		47.083	(103.895)	3.796		(53.016)
Resultado com aquisições e liquidações de negócios (v)			3.934			3.934
Outros ajustes não relevantes			2.727			2.727
Ajustes e reclassificações entre segmentos	25.064	4.791	(2.487)	1.355	(28.723)	
EBITDA ajustado	2.524.766	1.921.652	762.757	163.877	231.579	5.604.631
Adições do imobilizado e intangível (CAPEX)	1.194.810	867.570	279.631	50.098		2.392.109
Dívida líquida	3.988.069	2.997.550	(469.895)	364.324	538.657	7.418.705

- (i) A coluna de "Outros" refere-se ao resultado das operações da Votorantim Cimentos Trading, como também, das *holdings* Votorantim Cimentos Latam ("VC LATAM") e Votorantim Cimentos Internacional ("VCI"), não incluído nos demais segmentos operacionais revisados pelo CODM.
- (ii) O pagamento do acordo celebrado com o CADE foi ajustado ao cálculo do EBITDA por se tratar de item não recorrente as atividades operacionais da Companhia, sendo relevante seu ajuste para comparabilidade do desempenho financeiro medido por esta métrica entre o exercício corrente e o exercício comparativo.
- (iii) A marcação a mercado dos contratos de energia consiste no resultado não caixa da mensuração a valor justo do excedente de energia futuro desses contratos. O excedente existente relacionado com exercícios futuros é marcado a mercado a mercado no balanço patrimonial e gera volatilidade período a período no resultado contábil, bem como pode não resultar em perdas ou ganhos efetivos de caixa no resultado operacional. Com isso, a Administração entende que o efeito da marcação a mercado deve ser ajustado na métrica de performance.
- (iv) Perdas geradas por *impairment* em ativos não circulantes e suas correspondentes reversões são ajustados por não serem determinantes na avaliação do desempenho operacional do exercício, assim como para manter a comparabilidade operacional do indicador uma vez que está relacionada com a expectativa de retorno da base destes ativos.
- (v) Refere-se a resultados gerados com aquisição e/ou liquidação de negócios, incluindo custos incorridos nessas transações.
- (vi) Inclui R\$ 170.452 de dividendos declarados e recebidos das operações descontinuadas (31 de dezembro 2023 - R\$ 151.195).
- (vii) A Companhia efetuou reclassificação na "Receita líquida de contratos com clientes" no montante de R\$ 11.193 do segmento "Outros" para o segmento "Europa e Ásia", para apresentação das informações por segmento comparativas de forma consistente com o período corrente.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**4.2 Ativos não circulantes por região geográfica**

O total dos ativos não circulantes consolidados (imobilizado, intangíveis, ativos de direito de uso e propriedades para investimento) por país, é apresentado a seguir:

Países	2024	2023
Brasil	10.655.342	9.616.836
Canadá	9.246.717	7.556.462
Estados Unidos	6.014.683	4.285.739
Espanha	2.731.958	1.993.450
Turquia	966.949	640.851
Outros	2.802.916	3.501.658
	<b>32.418.565</b>	<b>27.594.996</b>

**4.3 Gestão de capital**

Os principais objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de assegurar a capacidade de continuidade operacional, a fim de fornecer retornos e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo de capital.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida é calculada com o total de empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamentos menos o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Os índices de alavancagem utilizados pela Companhia para gestão de capital em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentados a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2024	2023(i)
Empréstimos e financiamentos	19(b)	14.506.294	12.147.359
Arrendamentos	18(c)	1.565.764	1.011.924
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	(4.070.984)	(4.856.956)
Aplicações financeiras	9(b)	(1.136.839)	(1.056.569)
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	(124.310)	172.947
Dívida líquida - (A)		<b>10.739.925</b>	<b>7.418.705</b>
EBITDA ajustado últimos 12 meses - (B) (i)		<b>6.473.672</b>	<b>5.811.677</b>
Índice de alavancagem financeira - (A/B)		<b>1,66</b>	<b>1,28</b>

(i) Para fins de manter a consistência entre a dívida líquida apresentada e o EBITDA ajustado para os 12 meses findos nessa data, o EBITDA ajustado de R\$ 5.811.677 inclui o EBITDA ajustado gerado pelas operações de Tunísia e Marrocos como originalmente apresentado em 31 de dezembro de 2023. Dessa forma, difere do EBITDA ajustado dos últimos 12 meses findos em 31 de dezembro de 2023 das operações continuadas de R\$ 5.604.631 apresentado e reconciliado acima.

## **5 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

### **5.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e também de acordo as normas internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* - "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (IFRS® *Accounting Standards*), assim como de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

As IFRS compreendem as Normas Internacionais de Contabilidade, as interpretações do Comitê de Interpretação das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS® *Interpretations Committee* - FRIC *Interpretations*) e do Comitê Permanente de Interpretações (*Standing Interpretations Committee* - SIC® *Interpretations*).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas pela gestão da Administração da Companhia.

A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, que têm seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

As políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente com o exercício anterior, exceto se indicado de outra maneira. As políticas contábeis das controladas, coligadas e *joint ventures* são ajustadas, se necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis materiais e para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 5.5.

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

## 5.2 Novas normas e interpretações contábeis

### 5.2.1 Normas e interpretações contábeis adotadas

As interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1 de janeiro de 2024 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, exceto pelas divulgações mencionadas a seguir:

#### (a) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco sacado") (alterações ao CPC 03 / IAS 7 e CPC 40 / IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas aos acordos de financiamento com fornecedores que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da Companhia e sobre a exposição ao risco de liquidez. Os novos requerimentos de divulgação foram incorporados na apresentação da Nota 20.

### 5.2.2 Normas, interpretações contábeis e legislações que ainda não estão em vigor

#### (a) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras (IFRS 18)

Em 9 de abril de 2024, o IASB anunciou a publicação da nova norma IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas, sendo:

- Comparabilidade aprimorada nas demonstrações de resultados com a introdução de três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos, melhorando a estrutura e exigindo o fornecimento de novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional;
- Transparência aprimorada das medidas de desempenho definidas pela Administração com a exigência da divulgação de explicações sobre os indicadores relacionados às demonstrações de resultados, denominados medidas de desempenho definidas pela Administração; e
- Agrupamento mais útil de informações nas demonstrações financeiras, estabelecendo orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com opção de aplicação antecipada, sujeito à autorização dos reguladores relevantes.

#### (b) Contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (alterações ao IFRS 9 e IFRS 7)

Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de *own use* e *hedge accounting* previstos no IFRS 9 - Instrumentos financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações ao IFRS 7 - Instrumentos financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza, como energia eólica, energia solar, entre outras, descritos como '*contracts referencing nature-dependent electricity*'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem principalmente: (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de '*own use*', (ii) condições a serem consideradas para aplicação de *hedge accounting* (*cash flow hedge*) e (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Reforma tributária no Brasil**

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

A Companhia iniciará em 2025 as adequações necessárias para ajustar os processos às novas exigências e prazos requeridos, portanto, nenhum efeito relativo aos impactos da reforma tributária foi considerado para fins dessas demonstrações financeiras anuais.

**(d) Outras alterações**

Interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia entende que a adoção das normas, interpretações e alterações listadas abaixo não gerará impacto relevante na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e futuros:

- Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações
- Alteração ao IAS 21 - Falta de conversibilidade

**5.3 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras**

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$" ou "Reais").

**5.4 Consolidação****5.4.1 Operações com moeda estrangeira**

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para suas respectivas moedas funcionais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação para os itens remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado como variações cambiais líquidas, exceto quando reconhecidas no patrimônio como operações qualificadas como *hedge* de investimento líquido em operações no exterior.

**5.4.2 Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia**

O resultado e a posição financeira de todas as subsidiárias cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação da Companhia são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente apresentadas são convertidas pelas taxas de câmbio médias do exercício dessa demonstração do resultado e da demonstração do resultado abrangente, que são uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das transações, exceto para controladas consideradas em economias hiperinflacionárias, conforme Nota 5.4.6; e
- (iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como "Outros resultados abrangentes" num componente separado no patrimônio líquido dentro, da conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Os valores apresentados na demonstração de fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior assim como, dos empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como instrumento de *hedge* de investimentos no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio acumuladas equivalentes ao investimento alienado e ao instrumento de *hedge* que foram registradas no patrimônio são reconhecidas no resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda. O montante de diferenças de câmbio acumuladas a reconhecer no resultado é quantificado com base no método de consolidação usada pela Companhia que é o método de consolidação passo a passo no qual cada entidade é consolidada na entidade que detêm diretamente a participação nela e assim sucessivamente até a consolidação final na Companhia.

O ágio e o valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. O efeito dessa conversão também é reconhecido como "Outros resultados abrangentes".

As moedas funcionais das subsidiárias relevantes da Companhia no exterior estão apresentadas na Nota 5.4.9.

**5.4.3 Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade, e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, as informações financeiras das controladas diretas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Saldo e transações, como quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas subsidiárias são eliminadas na consolidação.

A Companhia trata as transações com acionistas não-controladores que não resultem em perda de controle como transações com acionistas da Companhia. Uma mudança na participação acionária resulta em um ajuste entre os valores contábeis das participações dos acionistas controladores e não controladores para refletir suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor do ajuste do não controlador e qualquer contraprestação paga ou recebida é reconhecida no patrimônio líquido - "Ajustes de avaliação patrimonial".

Quando a Companhia deixa de ter controle sobre qualquer uma de suas controladas, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, com qualquer diferença com o valor contábil reconhecido no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados para o resultado.

**5.4.4 Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto****(i) Coligadas**

Coligadas são todas as entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, mas não controle ou controle conjunto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, após reconhecimento inicial ao custo.

**(ii) Joint arrangements**

Investimentos em *joint arrangements* onde a Companhia tem o controle em conjunto com outros investidores são classificados como *joint ventures* ou *joint operations*. Em uma *joint venture*, a Companhia tem direito aos ativos líquidos da *joint venture*, e não aos seus ativos e passivos específicos. As participações em *joint ventures* são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, após

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

serem reconhecidas inicialmente ao custo no balanço patrimonial. Em uma *joint operation*, a Companhia reconhece individualmente seu direito aos ativos, passivos, receitas e despesas, e sua participação em quaisquer ativos, passivos, receitas e despesas detidos ou incorridos em conjunto.

**(iii) Método de equivalência patrimonial**

No método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo, que incluem os custos de transação, ajustados posteriormente para reconhecer no resultado da Companhia o efeito dos lucros e prejuízos da investida pós-aquisição e os movimentos da participação acionária da Companhia na Investida em “Outros resultados abrangentes”, até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixe de existir. Os dividendos recebidos ou a receber de coligadas e *joint ventures* são reconhecidos como redução do valor contábil do investimento.

Os investimentos da Companhia em coligadas e *joint ventures* incluem ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento, na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e *joint ventures*, são reconhecidos no resultado. A Companhia classifica os dividendos recebidos de participações em coligadas e *joint ventures* como fluxo de caixa de atividades de investimento.

O teste de *impairment* do valor contábil dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial é realizado de acordo com a política apresentada na Nota 5.5.2(a).

**5.4.5 Transações entre entidades sob controle comum**

Transações entre entidades sob controle em comum ainda não foram endereçadas pelas IFRS e quando ocorrem transações de transferência não monetária entre entidades sob controle comum, a Companhia registra os ativos e passivos transferidos por seus valores contábeis na data da transferência.

**5.4.6 Economias hiperinflacionárias**

O CPC 42 / IAS 29 exige que as demonstrações financeiras de entidades cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária sejam ajustadas pelos efeitos de mudanças em um índice geral de preços adequado e sejam expressas em termos da unidade de medida atual na data de encerramento do exercício. Para concluir se uma economia é classificada como hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29, a norma detalha uma série de fatores a serem considerados, incluindo a existência de uma taxa de inflação acumulada em três anos que se aproxime ou supere 100%.

O CPC 42 / IAS 29 deve ser aplicado como se a economia fosse hiperinflacionária desde sempre. De acordo com este princípio, as demonstrações financeiras de uma companhia que reporte na moeda de uma economia hiperinflacionária deve ser expressa em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras.

Todos os saldos do balanço patrimonial que não estejam expressos em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras devem ser atualizados pela aplicação de um índice geral de preços. Deste modo, a inflação produzida a partir da data de aquisição ou da data de reavaliação, conforme o caso, deve ser registrada nos itens não monetários. Todos os componentes da demonstração do resultado devem ser apresentados na unidade de medida vigente na data das demonstrações financeiras, aplicando-se a variação do índice geral de preços ocorrida desde a data em que as receitas e despesas foram originalmente reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Os principais procedimentos para o ajuste acima mencionado são os seguintes:

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Os ativos e passivos monetários registrados a valores correntes na data do balanço não são atualizados porque já estão expressos em unidades monetárias correntes na data do balanço;
- (b) Os ativos e passivos não monetários que não se encontram registrados a valores correntes à data do balanço e as componentes do patrimônio líquido são ajustados pela aplicação dos fatores de conversão aplicáveis;
- (c) Todos os itens da demonstração do resultado são reapresentados pela aplicação dos fatores de conversão aplicáveis;
- (d) Os efeitos da inflação na posição monetária líquida da Companhia são apresentados na demonstração do resultado, em “Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas”.
- (e) Todos os saldos patrimoniais (ativos e passivos) e de resultado (receitas e despesas) devem ser convertidos pela taxa de fechamento na data da demonstração financeira mais recente.

Os números comparativos das demonstrações financeiras apresentadas em moeda estável não são ajustados por alterações subsequentes no nível de preços ou taxas de câmbio. Isso resulta numa diferença inicial, decorrente da adoção inicial da contabilização de hiperinflação, entre o fechamento do patrimônio líquido do ano anterior e o saldo inicial do patrimônio líquido do ano corrente. A Companhia reconhece essa diferença decorrente da adoção inicial desta contabilização diretamente na demonstração das mutações do patrimônio líquido como “Efeito do ajuste contábil inicial de hiperinflação”.

A aplicação contínua da conversão dos valores comparativos a taxas de fechamento sob IAS 21 – “Os efeitos de alterações em taxas de câmbio” e os ajustes de hiperinflação requeridos pelo IAS 29 levarão a uma diferença adicional à que surge na adoção inicial da contabilização da hiperinflação. Estas diferenças adicionais são apresentadas na demonstração de resultado abrangente dentro da rubrica “Variação cambial de operações localizadas no exterior”.

O saldo dos ativos não monetários atualizados monetariamente são reduzidos quando excedem seu valor recuperável e a diferença é reconhecida no resultado.

Quando uma economia deixa de ser considerada hiperinflacionária e a aplicação do CPC 42 / IAS 29 é descontinuado, os valores atualizados monetariamente passam a ser o valor contábil base para os exercícios subsequentes.

A Companhia aplica o CPC 42 / IAS 29 - Contabilidade em economia hiperinflacionária para registro da posição patrimonial e resultado nas seguintes operações:

**(a) Turquia**

No início de 2022, o aumento da inflação na Turquia superou a taxa de inflação acumulada de 100% em três anos e de acordo com a declaração do Fundo Monetário Internacional (“FMI”), a Companhia considerou que havia evidências suficientes para concluir que a Turquia é uma economia hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29 a partir de abril de 2022 e, portanto, aplicou o CPC 42 / IAS 29 a partir dessa data nos relatórios financeiros de suas subsidiárias que possuem a lira turca como moeda funcional.

**(b) Argentina**

Em julho de 2018, a Argentina foi considerada uma economia hiperinflacionária devido a uma inflação acumulada no triênio superior a 100%, desencadeando assim a exigência de transição para a contabilidade em economia hiperinflacionária. Desde 2018, o cumprimento da norma se tornou aplicável ao investimento da Companhia na Cimentos Avellaneda S.A. (“Avellaneda”), uma coligada cuja moeda funcional é o peso argentino.

**5.4.7 Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas**

Um ativo, ou grupo de ativos e passivos, são mantidos para venda quando se espera que seu valor contábil seja recuperado pela transação de venda ao invés de uso contínuo. Isso ocorre se o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas a termos habituais e costumeiros para conclusão da transação, momento em que a venda é definida como “altamente provável”.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O grupo de ativos e passivos mantidos para venda é mensurado ao valor recuperável pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo definido pelas partes da transação menos os gastos incrementais esperados e diretamente atribuíveis a conclusão da venda.

Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia, que foi baixado ou está reclassificado como mantido para venda e que:

- (i) representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- (ii) é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- (iii) é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes.

Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações comparativas do resultado são rerepresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo. O resultado da operação descontinuada é evidenciado em montante único na demonstração do resultado, líquido do imposto de renda e contribuição social.

#### **5.4.8 Combinação de negócios**

O método de aquisição é usado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende:

- valores justos dos ativos transferidos;
- passivos incorridos para os ex-proprietários do negócio adquirido;
- participações societárias emitidas pela Companhia;
- valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente, e
- valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária.

Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelo seu valor justo na data da aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não controladores na adquirida com base na data de aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação da não controladora nos ativos identificáveis, líquidos, da adquirida.

Os custos relacionados à aquisição são contabilizados conforme incorridos.

O excesso de:

- contraprestação transferida;
- valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida; e
- valor justo – na data de aquisição – de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida sobre o valor justo dos ativos identificáveis, líquidos, adquiridos é registrado como ágio.

Caso esses valores sejam inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa. Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data da troca. A taxa de desconto utilizada é a taxa de empréstimo incremental da entidade, sendo a taxa na qual um empréstimo semelhante poderia ser obtido de forma independente em termos e condições comparáveis.

A contraprestação contingente é classificada como patrimônio líquido ou passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo sendo reconhecidas no resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação acionária na adquirida anteriormente detida pela Companhia é reavaliado ao valor justo na data de aquisição. Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de tal remensuração são reconhecidos no resultado.

**5.4.9 Principais subsidiárias e alterações societárias**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas a partir da data de aquisição (momento que a Companhia adquire controle) até à data em que a Companhia deixa de exercer o controle sobre a controlada, e a participação da Companhia em empresas controladas em conjunto contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial.

As principais subsidiárias e as alterações relevantes de participações societárias no exercício estão demonstradas abaixo:

	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Moeda funcional	Atividade principal
	2024	2023			
<b>Votorantim Cimentos S.A. e subsidiárias</b>					
Votorantim Cimentos Internacional S.A. - "VCI"	100,00	100,00	Luxemburgo	Dólar - USD	Holding
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Holding
Motz Transportes Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Transporte
Votorantim Cimentos N/NE S.A. - "VCNNE"	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Cimentos
Calmit Mineração Participação Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Florestal
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
Lidermac Ind e Com. Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
CRB Operações Portuárias S.A.	99,99	99,99	Brasil	Real - BRL	Portuária
<b>Votorantim Cimentos Internacional S.A. e subsidiárias</b>					
<b>St. Marys e subsidiárias</b>					
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Cimentos
2339097 Ontario Limited	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Holding
2377482 Ontario Inc.	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Holding
2377962 Ontario Inc.	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Holding
Rosedale Securities Ltd.	83,00	83,00	Canadá	Dólar Canadense - CAD	Holding
VCNA Prairie Aggregate Holdings Illinois, Inc.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Holding
VCNA US Inc.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Holding
St. Marys Cement U.S. LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Cimentos
McInnis USA LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Cimentos
VCNA Prairie LLC.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Agregados
313 Ready Mix, LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Agregados
Superior Materials LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Holding
VCNA United Materials LLC	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Concreto
Votorantim Cimentos North America, Inc.	83,00	83,00	EUA	Dólar - USD	Holding
<b>Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. e subsidiárias</b>					
Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. "VCEAA"	100,00	100,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
Votorantim Cement Trading S.L.	100,00	100,00	Espanha	Dólar - USD	Trading
Votorantim Cimentos España, S.A.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Holding
Cementos Asment EAA	100,00	100,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
Prebetong Áridos S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Prebetong Hormigones S.A.	99,75	99,75	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Morteros de Galicia S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Argamassa
Comercial Cosmos SUR S.L.	99,77	99,77	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
Compañía General de Canteras, S.A.	99,18	99,18	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
Prebetong Lugo Hormigones S.A.	82,69	82,69	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Prebetong Lugo S.A.	82,69	82,69	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Votorantim Cimento Sanayive Ticaret A.S.	99,96	99,95	Turquia	Lira turca - TRY	Cimentos
Yibitas Yozgat Isci Birligi Insaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.S.	82,92	82,92	Turquia	Lira turca - TRY	Cimentos
Grabemaro S.A. (i)	100,00	100,00	Marrocos	Dirham Marroquino - MAD	Agregados
Asment de Temara S.A. (i)	62,62	62,62	Marrocos	Dirham Marroquino - MAD	Cimentos
Asment Du Centre S.A. (i)	62,62	62,62	Marrocos	Dirham Marroquino - MAD	Agregados
Société Marocaine SMBRM (i) (ii)	30,68	30,68	Marrocos	Dirham Marroquino - MAD	Moagem
Societe Les Ciments de Jbel Oust (i)	100,00	100,00	Tunísia	Dinar tunisiano - TND	Cimentos
Societe Granulats Jbel Oust (i)	100,00	100,00	Tunísia	Dinar tunisiano - TND	Agregados
<b>VC Latam e subsidiárias</b>					
Votorantim Cimentos Latam, S.à.r.l "VC LATAM"	100,00	100,00	Espanha	Dólar - USD	Holding
Yacuces S.L.	51,00	51,00	Espanha	Euro - EUR	Holding
GB Minerales Y Agregados S.A.	51,00	51,00	Bolívia	Euro - EUR	Cimentos
Itacamba Cementos S.A. (iii)	34,00	34,00	Bolívia	Boliviano - BOB	Cimentos
Cementos Artigas S.A.	51,00	51,00	Uruguai	Peso uruguaio - UYU	Cimentos

(i) Entidades reclassificadas como mantidos para venda conforme Nota 3.2.

(ii) Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. possui 63% de participação indireta na Asment de Temara S.A., que por sua vez detém 49% na Société Marocaine SMBRM, resultando na participação da VCSA de 31%.

(iii) A Votorantim Cimentos Latam, S.à.r.l. possui 51% da Yacuces S.L., que por sua vez detém 67% na Cementos Itacamba S.A., resultando na participação da VCSA de 34%.

#### **5.4.10 Demonstração dos fluxos de caixa**

Os fluxos de caixa apresentam as mudanças em caixa e equivalentes de caixa durante o exercício nas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. Caixa e equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são investimentos com vencimento no curto prazo a partir da data de aquisição. Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados com base no método indireto. O lucro antes dos impostos é ajustado para os efeitos de transações não monetárias, para os efeitos de quaisquer diferimentos ou para o registro em uma base de competência de recebimentos ou pagamentos de caixa operacionais passados ou futuros, e para os efeitos de itens de receitas ou despesas associados aos fluxos de caixa das atividades de investimento ou financiamento. Todas as receitas e despesas resultantes de transações não monetárias, atribuíveis às atividades de investimento e financiamento, são excluídas da demonstração dos fluxos de caixa. Os juros recebidos ou pagos são classificados como fluxos de caixa operacionais.

#### **5.4.11 Demonstração do valor adicionado**

A apresentação da demonstração do valor adicionado é obrigatória para companhias abertas e registradas na CVM, de acordo com o item 3 da NBC TG 09, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.138/08 e alterada pela Resolução CFC n.º 1.162/09. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os exercícios apresentados.

O IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## 5.5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir.

### 5.5.1 Estimativa de valor justo

A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 - Informações para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (ou seja, dados não observáveis, para os quais o valor justo é determinado com base em técnicas de avaliação específicas). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados e dos instrumentos em que o risco (por exemplo ESG ou a falta de liquidez, entre outros) dão origem a um ajuste não observável significativo.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado;
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente; e
- A análise de fluxos de caixa descontados.

A Companhia não alterou quaisquer técnicas de avaliação na determinação dos valores justos de Nível 2 e Nível 3.

A Companhia utiliza seu julgamento para selecionar os melhores métodos e premissas baseando-se principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

### 5.5.2 *Impairment* de ágio e ativo não circulante

#### (a) Práticas contábeis

Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à depreciação e amortização, e possuem seu valor recuperável testado para *impairment* anualmente. Os ativos que estão sujeitos a depreciação e amortização (ativos não circulantes com vida útil definida) passam por testes de *impairment* anualmente e / ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável.

Uma perda por valor recuperável (*impairment*) é reconhecida como despesa na rubrica de “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas” (Nota 28) pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso, mensurado pela Companhia pelo método de fluxo de caixa descontado. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC).

Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofreram *impairment*, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de *impairment* na data do balanço.

O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs, sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional. Os ágios relacionados às operações na América do Norte e na Europa e Ásia foram alocados a cada segmento operacional correspondente no qual o nível é monitorado. Europa e Ásia compreendem um grupo de duas UGCs determinadas pelos países de atuação (Espanha e Turquia), mas o ágio não é monitorado ou alocado ao nível de UGC. Para o segmento operacional da América Latina, os ágios foram alocados por país de atuação, e para os ágios relacionados aos negócios adquiridos no Brasil, a alocação foi feita a regional para qual o negócio adquirido foi integrado. A alocação dos ágios está demonstrada na Nota 17(c).

Quando uma perda por *impairment* é revertida, exceto ágio, o valor contábil do ativo ou UGC é modificado para corresponder a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de forma que o valor contábil revisado não exceda o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em anos anteriores. A reversão de uma perda por *impairment* é reconhecida como receita na rubrica de “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas” (Nota 28). Perda por *impairment* de ágio reconhecida no resultado do exercício não é revertida.

#### (b) Teste de *impairment*

Um teste de *impairment* é realizado pelo menos anualmente para todas as UGCs ou grupo de UGCs às quais possuem ágio alocado, bem como para outras UGCs ou grupo de UGCs que não contêm ágio, mas apresentam indicadores de *impairment*. O valor recuperável é mensurado pelo modelo de fluxo de caixa descontado, e determinado a partir do valor em uso de cada UGC ou grupo de UGCs. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa após os impostos com base no Planejamento Estratégico aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia, cobrindo um período de cinco anos. Um período de até dez anos pode ser considerado em circunstâncias específicas, como crises econômicas ou negócios com processos de reestruturação ou revisões estratégicas, para refletir melhor o negócio e o ciclo econômico da UGC. Os fluxos de caixa na perpetuidade são calculados usando as projeções do último ano.

A Administração considerou como as principais premissas para calcular o valor recuperável das UGCs o preço e volume de venda projetados e a taxa de desconto. A Administração projetou o preço e o volume de vendas futuros com base no desempenho anterior e nas expectativas futuras de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são após os impostos e refletem riscos específicos relacionados ao segmento operacional ou à UGC que está sendo testada.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

As taxas reais de desconto antes dos impostos aplicadas pela Companhia por região geográfica nos testes de *impairment* variam entre 7,43% a 19,51% em 2024 (7,60% a 19,67% em 2023).

**(c) Resultado do teste de *impairment***

Com base nos testes de *impairment* realizados para 31 de dezembro de 2024, a Companhia concluiu não haver necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* considerando que o valor recuperável supera valor contábil para as UGCs testadas.

Para o exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2023, os testes efetuados resultaram na reversão de *impairment* de R\$ 103.895 na UGC Turquia (segmento operacional Europa e Ásia), devido ao valor recuperável relevante mensurado em relação ao valor contábil dos ativos.

Em adição, a Companhia reconheceu perdas de *impairment* decorrente de projetos descontinuados, sendo R\$ 13.069 na UGC Centro Norte (segmento operacional Brasil) em 2024, e R\$ 47.308 na UGC VCNA (segmento operacional América do Norte) em 2023.

Os montantes foram integralmente alocados no “Imobilizado” (Nota 16(b)) e reconhecido em “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas” (Nota 28).

**(d) Análise de sensibilidade**

A Companhia realizou análise de sensibilidade para cada uma das premissas chave utilizadas na determinação do valor em uso de suas UGCs ou grupos de UGCs incluídas no teste de *impairment* para o exercício de 2024. A análise de sensibilidade foi realizada individualmente para cada premissa chave (preço de venda, volume e taxa de desconto).

Com base no resultado da análise de sensibilidade, a Administração concluiu que não há mudanças razoavelmente possíveis nessas premissas que resultariam no valor contábil das UGCs exceder significativamente seu valor recuperável estimado ou que poderia resultar em um *impairment* material para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024.

### 5.5.3 Recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia está sujeita ao pagamento de impostos e contribuições sobre o lucro em todos os países que opera. A provisão para tributos diferidos é calculada individualmente por entidade, com base nas alíquotas e regras fiscais vigentes em cada localidade na data do balanço. Também são reconhecidas provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

Os saldos dos impostos diferidos ativos são periodicamente revisados para determinar sua recuperabilidade, considerando o lucro tributável futuro derivado da melhor estimativa da Administração de resultados futuros projetados, que são elaboradas e fundamentadas em premissas e julgamentos internos e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As principais premissas consideradas nas projeções são o preço de venda e o volume. O resultado do teste de recuperabilidade deste exercício está apresentado na (Nota 21(f)).

### 5.5.4 Provisões e contingências

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental que se enquadram em instâncias diversas. As provisões judiciais contra resultados potencialmente desfavoráveis de litígios em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais, e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

A provisão é constituída com base na melhor estimativa da perda provável, e é regularmente atualizada para refletir o valor do desenvolvimento dos litígios.

### 5.5.5 Obrigações com descomissionamento de ativos

Os gastos relacionados ao descomissionamento da mina são registrados como *Asset Retirement Obligation* ("ARO"). As obrigações consistem principalmente em custos associados ao encerramento das atividades. O custo de desativação do ativo, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo subjacente e depreciado ao longo de sua vida útil. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com os custos necessários para encerrar uma atividade de mineração e recuperar as áreas degradadas como sendo uma estimativa contábil crítica por envolver diversas premissas, como taxas de desconto, inflação e vida útil do ativo.

Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia. As taxas de desconto utilizadas em 31 de dezembro de 2024 estão entre 3,4% e 14,7% a.a. (31 de dezembro de 2023 - 3,2% e 16,3% a.a.).

### 5.5.6 Benefícios pós-emprego

O valor presente de obrigação ou direito do plano de assistência médica e plano de benefício definido dependem de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais e utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido para os saldos das obrigações ou direitos atuariais está a taxa de desconto, calculada com base nas taxas dos títulos de dívida do Governo. Os valores são designados na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações do plano de assistência médica e plano de benefício definido.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**5.6 Reapresentação das demonstrações financeiras de exercícios anteriores**
**(a) Demonstração do resultado**

Como descrito nas Notas 3.2 e 30, as operações da Tunísia e do Marrocos foram classificadas como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas no exercício corrente, dessa forma, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi reapresentada para evidenciar os resultados das operações continuadas separadamente das operações descontinuadas desde o início do exercício anterior, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Conforme anteriormente apresentado</b>	<b>Operações descontinuadas</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Operações continuadas</b>			
Receita líquida de contratos com clientes	26.682.125	(1.004.413)	25.677.712
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(20.799.481)	682.793	(20.116.688)
<b>Lucro bruto</b>	<b>5.882.644</b>	<b>(321.620)</b>	<b>5.561.024</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Com vendas	(947.856)	11.570	(936.286)
Gerais e administrativas	(1.353.368)	42.072	(1.311.296)
Outras receitas operacionais, líquidas	359.790	1.771	361.561
	(1.941.434)	55.413	(1.886.021)
<b>Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<b>3.941.210</b>	<b>(266.207)</b>	<b>3.675.003</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>			
Equivalência patrimonial	55.078	309	55.387
<b>Resultado financeiro, líquido</b>			
Receitas financeiras	943.306	(6.388)	936.918
Despesas financeiras	(2.039.149)	4.585	(2.034.564)
Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas	97.755	302	98.057
	(998.088)	(1.501)	(999.589)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>2.998.200</b>	<b>(267.399)</b>	<b>2.730.801</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(380.320)</b>	<b>79.281</b>	<b>(301.039)</b>
<b>Lucro líquido do exercício das operações continuadas</b>	<b>2.617.880</b>	<b>(188.118)</b>	<b>2.429.762</b>
<b>Operações descontinuadas</b>			
Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas		188.118	188.118
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.617.880</b>		<b>2.617.880</b>
<b>Atribuível a</b>			
<b>Acionistas da Companhia</b>	<b>2.433.700</b>	<b>(2.433.700)</b>	
Lucro líquido proveniente das operações continuadas		2.283.974	2.283.974
Lucro líquido proveniente das operações descontinuadas		149.726	149.726
<b>Participação de não controladores</b>	<b>184.180</b>	<b>(184.180)</b>	
Lucro líquido proveniente das operações continuadas		145.788	145.788
Lucro líquido proveniente das operações descontinuadas		38.392	38.392
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>2.617.880</b>		<b>2.617.880</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Informações por segmento**

As informações por segmento foram reapresentadas para evidenciar os resultados do segmento operacional Europa e Ásia (anteriormente denominado Europa, Ásia e África) excluindo os resultados das operações de Tunísia e Marrocos classificadas como operações descontinuadas.

O quadro a seguir evidencia a reconciliação da reapresentação das informações por segmento do exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2023, como apresentado na Nota 4.1, evidenciando a exclusão dos resultados de Tunísia e Marrocos no segmento de Europa e Ásia e a inclusão dos dividendos recebidos dessas operações pela Companhia no exercício anterior mantidos como parte do EBITDA ajustado das operações continuadas.

	Consolidado			
	Conforme anteriormente apresentado	Operações descontinuadas		Reapresentado
		Europa e Ásia	Outros	
Receita líquida de contratos com clientes	26.682.125	(1.004.413)		25.677.712
Lucro líquido do exercício	2.617.880	(188.118)		2.429.762
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2.998.200	(267.399)		2.730.801
Depreciação, amortização e exaustão	1.868.614	(92.034)		1.776.580
Resultado financeiro líquido	998.088	1.501		999.589
Equivalência patrimonial	(55.078)	(309)		(55.387)
Dividendos recebidos	90.370		151.195	241.565
Itens de ajuste do EBITDA				
Provisão de <i>impairment</i> de ativos	(53.016)			(53.016)
Contratos futuros de energia - valor justo	(42.162)			(42.162)
Resultado com aquisição e liquidação de negócio	3.934			3.934
Outros ajustes não relevantes	2.727			2.727
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>5.811.677</b>	<b>(358.241)</b>	<b>151.195</b>	<b>5.604.631</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Demonstração do valor adicionado**

Para manter a consistência e comparabilidade com a apresentação do exercício corrente, a Companhia reapresentou na Demonstração do Valor Adicionado os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2023 na Controladora e Consolidado. Em adição, foi efetuado a reapresentação dos resultados das operações descontinuadas nos saldos comparativos do Consolidado conforme Nota 5.6(a).

Importante destacar que essas alterações não resultaram em impactos adicionais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, mantendo a integridade e a consistência dos saldos contábeis apresentados.

	Controladora			Consolidado		
	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	Reapresentado	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações e operações descontinuadas	Reapresentado
<b>Receitas</b>						
Vendas de produtos e serviços (menos devoluções e abatimentos de vendas)	12.424.336		12.424.336	30.880.550	(1.004.413)	29.876.137
Outras receitas operacionais	121.037		121.037	280.801	1.771	282.572
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(16.669)		(16.669)	(25.784)		(25.784)
	<u>12.528.704</u>		<u>12.528.704</u>	<u>31.135.567</u>	<u>(1.002.642)</u>	<u>30.132.925</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>						
Matérias-primas e outros insumos de produção	(4.398.762)	433.860	(3.964.902)	(10.883.061)	278.170	(10.604.891)
Energia, combustível e serviço de terceiros	(2.679.274)		(2.679.274)	(6.268.988)	372.240	(5.896.748)
Reversão de impairment de ativos				53.016		53.016
	<u>(7.078.036)</u>	<u>433.860</u>	<u>(6.644.176)</u>	<u>(17.099.033)</u>	<u>650.410</u>	<u>(16.448.623)</u>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<u>5.450.668</u>	<u>433.860</u>	<u>5.884.528</u>	<u>14.036.534</u>	<u>(352.232)</u>	<u>13.684.302</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(445.227)		(445.227)	(1.868.614)	92.034	(1.776.580)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<u>5.005.441</u>	<u>433.860</u>	<u>5.439.301</u>	<u>12.167.920</u>	<u>(260.198)</u>	<u>11.907.722</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>						
Resultado de participações societárias	2.049.503		2.049.503	55.078	309	55.387
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	863.703		863.703	1.564.467	(9.151)	1.555.316
Recebimento de dividendos	433.860	(433.860)		90.370	(90.370)	
	<u>3.347.066</u>	<u>(433.860)</u>	<u>2.913.206</u>	<u>1.709.915</u>	<u>(99.212)</u>	<u>1.610.703</u>
<b>Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir</b>	<u>8.352.507</u>		<u>8.352.507</u>	<u>13.877.835</u>	<u>(359.410)</u>	<u>13.518.425</u>
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir					359.410	359.410
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<u>8.352.507</u>		<u>8.352.507</u>	<u>13.877.835</u>		<u>13.877.835</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>						
<b>Pessoal e encargos sociais</b>						
Remuneração direta	625.063	122.639	747.702	2.425.953	504.033	2.929.986
Encargos sociais	313.109	(313.109)		833.398	(833.398)	
Benefícios	242.823		242.823	490.131	22.622	512.753
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS		42.101	42.101		55.368	55.368
Plano de aposentadoria e plano de pensão				22.622	(22.622)	
	<u>1.180.995</u>	<u>(148.369)</u>	<u>1.032.626</u>	<u>3.772.104</u>	<u>(273.997)</u>	<u>3.498.107</u>
<b>Impostos e contribuições</b>						
Federais	927.631	361.150	1.288.781	1.595.816	74.961	1.670.777
Estaduais	2.128.693		2.128.693	3.161.487		3.161.487
Municipais	28.412		28.412	30.759		30.759
Diferidos	212.781	(212.781)		(38.611)	38.611	
	<u>3.297.517</u>	<u>148.369</u>	<u>3.445.886</u>	<u>4.749.451</u>	<u>113.572</u>	<u>4.863.023</u>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>						
Despesas financeiras e variações cambiais passivas	1.377.628		1.377.628	2.562.555	(7.650)	2.554.905
Aluguéis	62.667		62.667	175.845	(3.217)	172.628
	<u>1.440.295</u>		<u>1.440.295</u>	<u>2.738.400</u>	<u>(10.867)</u>	<u>2.727.533</u>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>						
Dividendos mínimos obrigatórios	1.277.707	(720.347)	557.360	1.364.213	(806.853)	557.360
Lucros retidos	1.155.993	720.347	1.876.340	1.069.487	657.127	1.726.614
Participação dos acionistas não controladores				184.180	(38.392)	145.788
	<u>2.433.700</u>		<u>2.433.700</u>	<u>2.617.880</u>	<u>(188.118)</u>	<u>2.429.762</u>
<b>Distribuição do valor adicionado das operações continuadas</b>	<u>8.352.507</u>		<u>8.352.507</u>	<u>13.877.835</u>	<u>(359.410)</u>	<u>13.518.425</u>
Distribuição do valor adicionado das operações descontinuadas					359.410	359.410
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<u>8.352.507</u>		<u>8.352.507</u>	<u>13.877.835</u>		<u>13.877.835</u>

## 6 Gestão de riscos

### 6.1 Gestão de riscos socioambientais e climáticos

A Companhia atua em diversos países e dessa forma, suas atividades estão sujeitas às legislações sociais, ambientais e climáticas locais, estaduais, nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, no tocante a regular a condução das atividades, estabelecendo medidas de mitigação, compensação, gestão e monitoramento desses riscos, incluindo aquelas que regulam os deveres do titular do empreendimento e / ou atividade quanto às medidas de zelo e proteção social, ambiental e climática. As violações à tais regulamentações podem levar a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir a implementação de medidas técnicas de forma a assegurar o cumprimento dos parâmetros obrigatórios aplicáveis.

A Companhia atualiza periodicamente seus levantamentos e avaliações de riscos socioambientais e climáticos e trata os mesmos por meio de ações de mitigação, compensação ou provisões de obrigações futuras.

#### 6.1.1 Sazonalidade das operações no hemisfério norte

Nos mercados localizados no hemisfério norte, a demanda por cimento, concreto, agregados e outros materiais de construção é sazonal durante o período de inverno no primeiro semestre, devido as mudanças climáticas relevantes como precipitação, neve e chuva, o que afetam adversamente a indústria de construção civil e pode causar paradas no processo de construção. As operações são normalizadas a partir do segundo semestre, com início da estação de verão nesses mercados.

A Companhia possui disponível linha de crédito rotativa (Nota 19(g)) que tem como uma das principais finalidades prover liquidez adicional às controladas baseadas no hemisfério norte durante o período de sazonalidade. Historicamente, os saques estão concentrados no primeiro semestre e substancialmente liquidados até o final do período de acordo com a retomada operacional.

### 6.2 Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, tais como: (i) risco de mercado (Nota 6.3); (ii) risco de crédito (Nota 6.4) e (iii) risco de liquidez (Nota 6.5).

Os produtos e serviços oferecidos pela Companhia são comercializados em diversas moedas e indexadores em função do posicionamento global da Companhia, e potenciais riscos de descasamentos entre receitas e custos podem acontecer.

A Companhia possui dívidas atreladas a moedas e indexadores distintos, que podem impactar seu fluxo de caixa e lucros futuros.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia adotou a política financeira, aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer governança e macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como os indicadores de mensuração e acompanhamento. O processo de gestão de riscos objetiva a proteção do fluxo de caixa contra eventos adversos do mercado financeiro, tais como oscilações de moedas e de taxas de juros, e contra eventos adversos de crédito de contrapartes financeiras. A política financeira da Companhia objetiva a gestão de alavancagem e outras exposições financeiras ou operacionais em linha com critérios de agências de *rating* para empresas consideradas *investment grade*. A política financeira da Companhia pretende preservar a liquidez da Companhia, diversificação de fontes de financiamento, acesso sem restrições ao mercado de capitais a custos competitivos e geração de valor aos acionistas.

Os seguintes instrumentos derivativos podem ser usados para proteção e gerenciamento de riscos financeiros: *swaps* convencionais, opções de compra (*calls*), opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros (de moedas, taxas de juros ou *commodities*) e contratos a termo, conhecidos como NDF – *Non Deliverable Forward* (de moedas, taxas de juros ou *commodities*). A principal diretriz da estratégia de *hedge* da Companhia segue operações que não envolvam instrumentos financeiros para fins especulativos ou operações que possam ser caracterizadas como alavancagem (ou seja, que a

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

exposição ao fator de risco via derivativo seja maior do que o item protegido), e quaisquer outros instrumentos requerem aprovação do Conselho de Administração.

**6.3 Risco de mercado**
**6.3.1 Risco cambial**

O risco cambial da Companhia deve-se a exposição às oscilações das taxas de câmbio em moedas estrangeiras que compõem suas relações comerciais, operacionais e financeiras, e que conseqüentemente impactam seus fluxos de caixa ou resultados. A Companhia e suas investidas possuem ativos e passivos denominados em moedas diferentes da sua moeda funcional, sendo euro, dólar canadense, dólar estadunidense, lira turca, bolivianos, pesos uruguaios entre outras.

A Companhia também possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos expõem a Companhia ao risco cambial. A exposição cambial decorrente dos investimentos em operações no exterior é parcialmente protegida por meio de empréstimos e financiamentos na mesma moeda desses investimentos, que são classificados como *hedge* de investimento líquido em operações no exterior, veja mais detalhes na Nota 6.3.3(d).

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	61.617	30.467	462.528	401.225
Aplicações financeiras				30.556
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	1.733.844	2.081.759	1.733.844	2.323.824
Contas a receber de clientes			207.189	337.213
Partes relacionadas	23.726	12.223	91.797	42.516
	<u>1.819.187</u>	<u>2.124.449</u>	<u>2.495.358</u>	<u>3.135.334</u>
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos (i)	1.727.251	2.066.255	5.318.186	5.372.056
Arrendamento			58.218	100.912
Fornecedores e outras contas a pagar	9.768	7.619	332.043	465.214
Partes relacionadas	2.403	11.616	467.654	344.006
	<u>1.739.422</u>	<u>2.085.490</u>	<u>6.176.101</u>	<u>6.282.188</u>
Exposição líquida	<u>79.765</u>	<u>38.959</u>	<u>(3.680.743)</u>	<u>(3.146.854)</u>

(i) Custos de captação não estão considerados neste montante.

(ii) Saldos dos instrumentos financeiros derivativos referem-se ao valor de referência (*notional*) dos instrumentos.

**6.3.2 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia surge principalmente de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas variáveis e taxas fixas expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa e de valor justo, respectivamente, associado à taxa de juros. A Companhia apresenta na Nota 19(a), a exposição à taxa de juros e instrumentos financeiros derivativos de proteção mantidos pela Companhia. Veja mais detalhes na Nota 6.3.3(a).

### 6.3.3 Instrumentos financeiros derivativos

#### (a) Práticas contábeis

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que o contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo com as variações lançadas no resultado na rubrica de instrumentos derivativos.

Todas as operações de instrumentos financeiros derivativos foram realizadas em mercados de balcão. A seguir reportamos as principais práticas adotadas na proteção das exposições.

Programa de proteção da exposição cambial – instrumentos de proteção financeira contratados com o objetivo de proteção do fluxo de caixa oriundo da exposição cambial. A proteção é realizada por meio de compra/venda a termo de dólar estadunidense, euro e outras moedas.

Programa de proteção de taxa de juros – instrumentos financeiros derivativos contratados com o objetivo de adequar a exposição as taxas SOFR, taxa de dólar pré-fixada e ao IPCA (índice de preços do Brasil), para garantir a conformidade com os requerimentos estabelecidos na política financeira da Companhia. A proteção é realizada por meio de *swaps*. A Companhia também utiliza de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para gerenciar a volatilidade no resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
**(b) Composição**

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia detinha os seguintes instrumentos financeiros para cobrir as exposições cambiais e de taxa de juros:

Programas	Valor principal		Unidade do principal	2023				2024				Controladora	
	2024	2023		Total (líquido entre ativo e passivo) (ii)	Impacto no resultado financeiro	Ganho (perda) realizada com efeito caixa		Total (líquido entre ativo e passivo) (ii)	Valor justo por vencimento			2028 e acima	
						Outros resultados abrangentes	2025		2026	2027			
<b>Proteção de taxas de juros e moedas não designado para hedge accounting</b>													
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI	130.000	230.000	USD milhares	(192.175)	163.775	62.086	(2.745)	30.941	(73.397)	10.787	(5.212)	98.763	
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	615.793	615.793	BRL milhares	59.768	(73.343)	43.164		29.589	(54.630)	(55.792)	4.442	135.569	
Swaps taxa flutuante em SOFR vs. taxa flutuante em CDI		50.000	USD milhares	(10.216)	25.140	(14.928)	4						
				<u>(142.623)</u>	<u>115.572</u>	<u>90.322</u>	<u>(2.741)</u>	<u>60.530</u>	<u>(128.027)</u>	<u>(45.005)</u>	<u>(770)</u>	<u>234.332</u>	
<b>Proteção de taxas de juros e moedas designado para hedge de valor justo</b>													
Swaps taxa flutuante SOFR em USD vs. taxa flutuante CDI em BRL	150.000	150.000	USD milhares	(48.313)	162.893	31.569	(5.073)	141.076	(35.557)	(39.784)	739	215.678	
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI (i)	411.111	411.111	BRL milhares	10.753	(64.151)	19.748		(33.650)	(31.633)	(29.594)	(22.434)	50.011	
Swaps taxa fixa em PRE vs. taxa flutuante em CDI (i)	112.453	112.453	BRL milhares	2.967	(26.572)	82		(23.523)	(4.235)	(4.753)	(3.614)	(10.921)	
				<u>(34.593)</u>	<u>72.170</u>	<u>51.399</u>	<u>(5.073)</u>	<u>83.903</u>	<u>(71.425)</u>	<u>(74.131)</u>	<u>(25.309)</u>	<u>254.768</u>	
Ativo circulante				670									
Ativo não circulante				439.356				719.625					
Passivo circulante				(189.824)				(199.452)					
Passivo não circulante				(427.418)				(375.740)					
				<u>(177.216)</u>				<u>144.433</u>					

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Programas	Valor principal		Unidade do principal	2023				2024				Consolidado	
	2024	2023		Total (líquido entre ativo e passivo) (ii)	Impacto no resultado financeiro	Ganho (perda) realizada com efeito caixa	Outros resultados abrangentes	Total (líquido entre ativo e passivo) (ii)	Valor justo por vencimento			2027 e acima	
									2024	2025	2026		
<b>Proteção de taxas de juros e moedas não designado para hedge accounting</b>													
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa fluante em CDI	130.000	280.000	USD milhares	(220.535)	190.769	63.239	(2.532)	30.941	(73.397)	10.787	(5.212)	98.763	
Swaps taxa fluante em IPCA vs. taxa fluante em CDI	1.020.170	1.020.170	BRL milhares	86.402	(114.596)	67.113		38.919	(84.812)	(86.469)	5.607	204.593	
Swaps taxa fluante em SOFR vs. taxa fluante em CDI		50.000	USD milhares	(10.216)	25.140	(14.928)	4						
				<u>(144.349)</u>	<u>101.313</u>	<u>115.424</u>	<u>(2.528)</u>	<u>69.860</u>	<u>(158.209)</u>	<u>(75.682)</u>	<u>395</u>	<u>303.356</u>	
<b>Proteção de taxas de juros e moedas designado para hedge de valor justo</b>													
Swaps taxa fluante SOFR em USD vs. taxa fluante CDI em BRL	150.000	150.000	USD milhares	(48.313)	162.892	31.569	(5.073)	141.075	(35.558)	(39.784)	739	215.678	
Swaps taxa fluante em IPCA vs. taxa fluante em CDI (i)	622.896	622.896	BRL milhares	16.293	(97.197)	29.920		(50.984)	(47.929)	(44.840)	(33.990)	75.775	
Swaps taxa fixa em PRE vs. taxa fluante em CDI (i)	170.384	170.384	BRL milhares	4.495	(40.261)	125		(35.641)	(6.416)	(7.201)	(5.477)	(16.547)	
				<u>(27.525)</u>	<u>25.434</u>	<u>61.614</u>	<u>(5.073)</u>	<u>54.450</u>	<u>(89.903)</u>	<u>(91.825)</u>	<u>(38.728)</u>	<u>274.906</u>	
<b>Outros instrumentos derivativos</b>													
Termo de lira turca (TRY/USD)		10.100	USD milhares	(1.073)	92	1.261	(280)						
Swaps US Treasury vs. Taxa fixa em USD			USD milhares		3448	(3.469)	21						
				<u>(1.073)</u>	<u>3.540</u>	<u>(2.208)</u>	<u>(259)</u>						
Ativo circulante				1.027				1					
Ativo não circulante				612.194				875.673					
Passivo circulante				(238.826)				(248.113)					
Passivo não circulante				(547.342)				(503.251)					
				<u>(172.947)</u>				<u>124.310</u>					

(i) A designação para *hedge accounting* desses instrumentos (*swaps* taxa fixa em PRE e IPCA vs. taxa fluante CDI) ocorreu em 1/1/2024.

(ii) O valor total (líquido entre ativos e passivos) é mensurado pelo valor justo dos instrumentos financeiros levando em conta o risco de crédito da Companhia e/ou da contraparte.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Hedge de valor justo**

A Companhia designou como *hedge accounting* de valor justo certas operações de empréstimos e financiamentos para os quais contratou instrumentos financeiros derivativos com propósito de proteção do risco de valor justo associado com a taxa de juros e câmbio. Nas operações designadas para *hedge accounting*, a Companhia documenta formalmente a relação entre o instrumento de proteção e o objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e os métodos utilizados para avaliação da efetividade.

As variações no valor justo dos instrumentos de proteção (derivativos) contratados são registradas no resultado como receitas e despesas financeiras. As variações dos empréstimos designados que são atribuíveis exclusivamente aos riscos protegidos são registradas também no resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido como receitas ou despesas financeiras.

A relação vigente de efetividade mensurada no exercício está apresentada a seguir:

					Controladora			
					2024			
Hedge de valor justo - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Vencimento	Ativo	Passivo	Notional em USD	Valor justo do instrumento	Variação do valor justo do instrumento	Variação do valor justo do objeto
Swap de câmbio e juros	Agência de fomento SOFR + 1,40% a.a.	2033	USD SOFR + 1,40% a.a.	BRL CDI + 0,60% a.a.	150.000	141.076	(16.367)	22.526
Swap de juros	Debênture CRI IPCA + 6,30% a.a.	2035	IPCA + 6,30% a.a.	BRL CDI + 0,73% a.a.	411.111	(33.650)	(65.352)	63.252
Swap de juros	Debênture CRI Pré-fixado 11,51% a.a.	2033	Pré-fixado 11,51% a.a.	BRL CDI + 0,72% a.a.	112.453	(23.523)	(26.416)	24.960

					Controladora			
					2023			
Hedge de valor justo - Instrumentos derivativos	Objeto de proteção	Vencimento	Ativo	Passivo	Notional em USD	Valor justo do instrumento	Variação do valor justo do instrumento	Variação do valor justo do objeto
Swap de câmbio e juros	Agência de fomento SOFR + 1,40% a.a.	2033	USD SOFR + 1,40% a.a.	BRL CDI + 0,60% a.a.	150.000	(48.313)	(2.333)	(1.913)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					<b>Consolidado</b>			
					<b>2024</b>			
<i>Hedge de valor justo - Instrumentos derivativos</i>	<b>Objeto de proteção</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Notional em USD</b>	<b>Valor justo do instrumento</b>	<b>Variação do valor justo do instrumento</b>	<b>Variação do valor justo do objeto</b>
<i>Swap de câmbio e juros</i>	Agência de fomento SOFR + 1,40% a.a.	2033	USD SOFR + 1,40% a.a.	BRL CDI + 0,60% a.a.	150.000	141.075	(16.367)	22.526
<i>Swap de juros</i>	Debênture CRI IPCA + 6,30%	2035	IPCA + 6,30% a.a.	BRL CDI + 0,73% a.a.	622.896	(50.984)	(99.018)	95.837
<i>Swap de juros</i>	Debênture CRI Pré-fixado 11,51% a.a.	2033	Pré-fixado 11,51% a.a.	BRL CDI + 0,72% a.a.	170.384	(35.641)	(40.024)	37.819

					<b>Consolidado</b>			
					<b>2023</b>			
<i>Hedge de valor justo - Instrumentos derivativos</i>	<b>Objeto de proteção</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Notional em USD</b>	<b>Valor justo do instrumento</b>	<b>Variação do valor justo do instrumento</b>	<b>Variação do valor justo do objeto</b>
<i>Swap de câmbio e juros</i>	Agência de fomento SOFR + 1,40% a.a.	2033	USD SOFR + 1,40% a.a.	BRL CDI + 0,60% a.a.	150.000	(48.313)	(2.333)	(1.913)

A variação corresponde ao valor acumulado dos ajustes de valor justo sobre os itens protegidos, incluído no valor contábil dos empréstimos e financiamentos.

O valor justo dos derivativos designados para fins de *hedge* de valor justo está demonstrado separadamente na Nota 6.3.3(b).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Hedge de investimentos líquidos em operações no exterior**

O *hedge* de investimento líquido em operações no exterior é contabilizado de maneira similar ao *hedge* de fluxo de caixa.

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge*, relacionado com a parcela efetiva do *hedge*, é reconhecido no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado. Ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são incluídos no resultado do exercício quando o investimento no exterior for realizado ou vendido.

										2024
Investidora				Objeto			Instrumento			Perda
Entidade	Moeda	Investimento	Moeda	Percentual designado	Valor designado líquido	Valor em reais	Moeda	Valor original	Valor em reais	Ajuste de avaliação patrimonial
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	CAD	VCNA US, Inc.	USD milhares	78,39%	637.866	3.949.858	USD milhares	500.000	3.096.150	(214.585)

										2023
Investidora				Objeto			Instrumento			Ganho
Entidade	Moeda	Investimento	Moeda	Percentual designado	Valor designado líquido	Valor em reais	Moeda	Valor original	Valor em reais	Ajuste de avaliação patrimonial
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	CAD	VCNA US, Inc.	USD milhares	75,23%	664.634	3.217.693	USD milhares	500.000	2.503.800	69.015

Não foi apurada inefetividade das operações de *hedge* designadas no exercício, portanto, não foram realizados lançamentos de ganho ou perda no resultado.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**6.4 Risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade de uma contraparte não cumprir com suas obrigações financeiras estabelecidas em um contrato ou instrumento financeiro. A Companhia está exposta a esse risco tanto em suas atividades operacionais, principalmente contas a receber quanto em suas atividades de investimentos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações de câmbio e outros instrumentos financeiros.

Para mitigar os efeitos adversos do risco de crédito (contas a receber), a Companhia adotou políticas de crédito e cobrança aprovadas pela Administração, de modo a avaliar a capacidade financeira de seus clientes e mitigar possíveis impactos negativos decorrentes da inadimplência.

Para gerenciar o risco de crédito de suas atividades de investimentos a Companhia tem como política selecionar emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's, sendo *rating* nacional igual ou superior a AA- (ou Aa3), ou *rating* em escala global igual ou superior a BBB (ou Baa3). Para países cujos emissores não atendem essas classificações descritas, são aplicados, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

Além disso, o limite de exposição da Companhia a cada contraparte financeira é determinado conforme política financeira interna considerando o *rating* e balanço patrimonial da instituição.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações com instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato por cada contraparte.

**6.4.1 Risco de crédito contas a receber de clientes**

Os montantes representam o saldo do contas a receber de clientes, desconsiderando títulos vencidos, perda estimada com créditos de liquidação duvidosa e saldos com partes relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Risco alto	37.727	40.349	164.714	159.940
Risco médio	95.864	64.824	246.566	188.837
Risco baixo	375.266	388.636	848.262	838.843
AAA	98.534	87.577	363.642	318.587
	<u>607.391</u>	<u>581.386</u>	<u>1.623.184</u>	<u>1.506.207</u>

Risco alto	Clientes com alto risco de inadimplência no mercado e/ou histórico de atrasos recorrentes de pagamentos.
Risco médio	Clientes com risco médio de inadimplência no mercado e/ou histórico de atrasos pontuais de pagamentos.
Risco baixo	Clientes com bons indicadores de mercado e/ou bom histórico de pagamentos.
Clientes AAA	Clientes estratégicos e/ou de grande relevância, cuja atribuição desta classe de risco é aprovada em comitê de crédito.

Este risco é definido conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Companhia, conforme estabelecido na política de crédito e cobrança.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**6.5 Risco de liquidez**

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política financeira da Companhia, visando garantir recursos suficientes para honrar os compromissos no curto prazo. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é o fluxo de caixa, para o qual as projeções consideram um prazo de 12 meses.

A tabela a seguir demonstra o principal e os juros em aberto, se aplicável, nas respectivas datas de vencimento. Para os passivos de taxa fixa, as despesas de juros foram calculadas considerando a taxa estabelecida em cada contrato de dívida, no entanto, para os passivos de taxa flutuante, as despesas de juros foram calculadas com base nas curvas de mercado no fechamento dessas demonstrações financeiras.

Os montantes apresentados abaixo são os fluxos de caixa contratuais não descontados, ou seja, podem não conciliar com os valores divulgados no balanço patrimonial.

							Controladora
			Entre 1 e 2	Entre 2 e 5	Entre 5 e 10	A partir de 10	
	Nota	Até 1 ano	anos	anos	anos	anos	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>							
Empréstimos e financiamentos		606.230	1.401.570	4.291.926	3.553.814	160.339	10.013.879
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	199.452	179.634	145.011	50.884	211	575.192
Arrendamento		104.242	74.974	82.044	10.472		271.732
Risco sacado a pagar	20(b)	244.556					244.556
Fornecedor e outras contas a pagar		1.650.859					1.650.859
Partes relacionadas		51.163	54.482				105.645
Dividendos a pagar	13(b)	213.311					213.311
		<u>3.069.813</u>	<u>1.710.660</u>	<u>4.518.981</u>	<u>3.615.170</u>	<u>160.550</u>	<u>13.075.174</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>							
Empréstimos e financiamentos		462.567	445.418	4.057.394	3.233.916	308.395	8.507.690
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	189.824	143.012	241.633	42.202	571	617.242
Arrendamento		44.672	39.912	29.475	535		114.594
Risco sacado a pagar	20(b)	205.190					205.190
Fornecedor e outras contas a pagar		1.517.703					1.517.703
Partes relacionadas		16.908	55.870				72.778
Dividendos a pagar	13(b)	557.360					557.360
		<u>2.994.224</u>	<u>684.212</u>	<u>4.328.502</u>	<u>3.276.653</u>	<u>308.966</u>	<u>11.592.557</u>
							Consolidado
	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 2	Entre 2 e 5	Entre 5 e 10	A partir de 10	Total
			anos	anos	anos	anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>							
Empréstimos e financiamentos		1.223.373	2.298.538	7.056.109	8.823.145	3.243.261	22.644.426
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	248.113	228.005	201.945	72.981	320	751.364
Arrendamento		407.652	320.752	568.986	132.455	538.865	1.968.710
Risco sacado a pagar	20(b)	1.565.946					1.565.946
Fornecedores e outras contas a pagar		4.521.501					4.521.501
Partes relacionadas		51.163	52.816				103.979
Dividendos a pagar	13(b)	214.803					214.803
Uso de bem público		55.009	59.060	199.949	424.402	1.016.210	1.754.630
Benefícios pós-emprego		71.532	67.229	190.679	316.896	1.406.242	2.052.578
		<u>8.359.092</u>	<u>3.026.400</u>	<u>8.217.668</u>	<u>9.769.879</u>	<u>6.204.898</u>	<u>35.577.937</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>							
Empréstimos e financiamentos		919.424	923.418	8.726.300	4.481.852	2.971.549	18.022.543
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)	238.826	175.986	307.918	62.574	864	786.168
Arrendamento		183.255	155.804	274.502	139.038	495.086	1.247.685
Risco sacado a pagar	20(b)	1.559.780					1.559.780
Fornecedores e outras contas a pagar		3.899.031					3.899.031
Partes relacionadas		16.907	48.548				65.455
Dividendos a pagar	13(b)	559.040					559.040
Uso de bem público		54.519	55.247	187.040	397.000	1.157.338	1.851.144
Benefícios pós-emprego		63.855	63.793	173.610	262.921	768.731	1.332.910
		<u>7.494.637</u>	<u>1.422.796</u>	<u>9.669.370</u>	<u>5.343.385</u>	<u>5.393.568</u>	<u>29.323.756</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**6.6 Análise de sensibilidade**

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros, de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras, dos empréstimos, dos financiamentos, das partes relacionadas e dos instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar estadunidense, euro, boliviano, lira turca e dólar canadense e peso uruguaio, bem como a flutuação das taxas de juros CDI, SOFR, IPCA e cupom de dólar. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia. Os cenários em 31 de dezembro de 2024 estão descritos abaixo:

Cenário I - Baseado nas curvas futuras de mercado e cotações que corresponde ao cenário mais provável com base na visão da Administração.

Cenário II - considera variação de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

Cenário III - considera variação de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2024.

						Controladora				
						Impactos no resultado				
						Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 2024	Resultados do cenário I	-25%	-50%	25%	50%
Câmbio										
USD	61.617	1.743.449	280.000	USD milhares	-3,99%	(1.305)	(8.176)	(16.351)	8.176	16.351
Taxas de juros										
BRL - CDI	1.614.975	3.636.247	2.873.201	BRL milhares	151 bps	(57.088)	132.610	288.296	(115.784)	(219.155)
BRL - IPCA	1.887	1.178.577	1.026.904	BRL milhares	17 bps	(85.822)	(56.153)	(105.323)	63.979	136.729
USD - SOFR		935.120	150.000	USD milhares	-13 bps	(16.623)	(29.754)	(59.508)	29.754	59.508
Cupom de dólar			280.000	USD milhares	42 bps	2.437	(428.634)	(857.267)	428.634	857.267
TR		51.378		BRL milhares	0 bps		106	211	(106)	(211)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

														Consolidado											
														Impactos no resultado				Impactos no resultado abrangente							
														Cenário I		Cenários II & III				Cenário I		Cenários II & III			
Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas (j)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de		Resultados do				Resultados do		Resultados do												
					2024	cenário I	-25%	-50%	25%	50%	cenário I	-25%	-50%	25%	50%										
<b>Câmbio</b>																									
USD	636.734	5.442.256	280.000	USD milhares	-3,99%	(207)	(1.291)	(2.582)	1.291	2.582	123.423	774.038	1.548.075	(774.038)	(1.548.075)										
EUR	83.885			EUR milhares	-2,08%	(1.748)	(20.971)	(41.942)	20.971	41.942															
<b>Taxas de juros</b>																									
BRL - CDI	2.638.861	3.636.247	3.547.294	BRL milhares	151 bps	(44.424)	109.144	244.180	(90.335)	(166.844)															
BRL - IPCA	1.887	1.843.788	1.643.066	BRL milhares	17 bps	(148.525)	(99.867)	(187.951)	113.038	240.792															
USD - SOFR		1.494.259	150.000	USD milhares	-13 bps	(15.905)	(23.749)	(47.498)	23.749	47.498															
Cupom Dólar			280.000	USD milhares	42 bps	2.437	(428.634)	(857.267)	428.634	857.267															
TJLP		31.535		BRL milhares	54 bps	(170)	628	1.257	(628)	(1.257)															
TR		51.378		BRL milhares	0 bps		105	211	(105)	(211)															

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de “Caixa e equivalentes de caixa” (Nota 8(b)), “Aplicações financeiras” (Nota 9(b)), “Partes relacionadas” (Nota 13(b)) e “Empréstimos e financiamentos” (Nota 19(b)), pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas.

## 7 Instrumentos financeiros por categoria

### (a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos, conforme as seguintes categorias:

#### (i) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

#### (ii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros cujos termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e sejam mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem investimentos em títulos patrimoniais (ações), que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial, e que a Companhia decidiu de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria.

#### (iii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Todos os instrumentos financeiros que não se enquadrarem nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### (b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” e a variação cambial é reconhecida como “variações cambiais, líquidas”.

Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

### (c) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.

A exceção do *impairment* do “Contas a receber de clientes e securitização de recebíveis” (Nota 10), o *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado.

Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida no resultado.

**(e) Composição**

				Controladora
				2024
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8(b)		805.081	805.081
Aplicações financeiras	9(b)		929.087	929.087
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		719.625	719.625
Contas a receber de clientes	10(b)	709.983		709.983
Instrumentos financeiros - ações (ii)			102.721	102.721
		<u>709.983</u>	<u>2.556.514</u>	<u>3.266.497</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	6.646.945		6.646.945
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		575.192	575.192
Arrendamentos	18(c)	225.381		225.381
Risco sacado a pagar	20(b)	244.556		244.556
Fornecedores e outras contas a pagar		1.650.859		1.650.859
Salários e encargos sociais		259.263		259.263
Partes relacionadas	13(b)	54.482		54.482
		<u>9.081.486</u>	<u>575.192</u>	<u>9.656.678</u>
				Controladora
				2023
	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8(b)		1.144.468	1.144.468
Aplicações financeiras	9(b)		864.266	864.266
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		440.026	440.026
Contas a receber de clientes	10(b)	711.286		711.286
Partes relacionadas	13(b)	15.152		15.152
Instrumentos financeiros - ações (ii)			36.878	36.878
		<u>726.438</u>	<u>2.485.638</u>	<u>3.212.076</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos (ii)	19(b)	5.362.838	467.470	5.830.308
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		617.242	617.242
Arrendamentos	18(c)	96.003		96.003
Risco sacado a pagar	20(b)	205.190		205.190
Fornecedores e outras contas a pagar		1.517.703		1.517.703
Salários e encargos sociais		296.829		296.829
Partes relacionadas	13(b)	55.870		55.870
		<u>7.534.433</u>	<u>1.084.712</u>	<u>8.619.145</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

<b>Consolidado</b>					
<b>2024</b>					
	<b>Nota</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado abrangente</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8(b)		4.070.984		4.070.984
Aplicações financeiras	9(b)		1.136.839		1.136.839
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		875.674		875.674
Contas a receber de clientes	10(b)	1.704.307			1.704.307
Securitização de recebíveis	10(e)	325.190			325.190
Partes relacionadas		25.202			25.202
Instrumentos financeiros - ações (ii)			102.721	144.669	247.390
		2.054.699	6.186.218	144.669	8.385.586
<b>Passivos</b>					
Empréstimos e financiamentos	19(b)	14.506.294			14.506.294
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		751.364		751.364
Arrendamentos	18(c)	1.565.764			1.565.764
Risco sacado a pagar	20(b)	1.565.946			1.565.946
Fornecedores e outras contas a pagar		4.521.501			4.521.501
Salários e encargos sociais		719.905			719.905
Securitização de recebíveis	10(e)	157.473			157.473
Partes relacionadas		52.816			52.816
Uso de bem público	23(b)	639.063			639.063
		23.728.762	751.364		24.480.126

<b>Consolidado</b>				
<b>2023</b>				
	<b>Nota</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa (i)	8(b)		4.856.956	4.856.956
Aplicações financeiras	9(b)		1.056.569	1.056.569
Contas a receber de clientes	10(b)	1.641.634		1.641.634
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		613.221	613.221
Securitização de recebíveis	10(e)	250.372		250.372
Partes relacionadas		15.026		15.026
Instrumentos financeiros - ações (ii)			36.878	36.878
		1.907.032	6.563.624	8.470.656
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos (iii)	19(b)	11.446.153	701.206	12.147.359
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		786.168	786.168
Arrendamentos	18(c)	1.011.924		1.011.924
Risco sacado a pagar	20(b)	1.559.780		1.559.780
Fornecedores e outras contas a pagar		3.899.031		3.899.031
Salários e encargos sociais		721.934		721.934
Securitização de recebíveis	10(e)	95.338		95.338
Partes relacionadas		48.548		48.548
Uso de bem público	23(b)	643.347		643.347
		19.426.055	1.487.374	20.913.429

- (i) O valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando por definição as características dos itens de caixa e equivalentes de caixa.
- (ii) O montante de "Instrumentos financeiros - ações" classificado como valor justo por meio do resultado na Controladora e Consolidado refere-se às participações da Companhia nas empresas Atlas Brasil (Nota 3.4) e Ventos de Santo Ângelo. O montante do valor justo por meio do resultado abrangente refere-se substancialmente à participação societária na Supermix Concreto S.A. (Nota 15(c)(i)).
- (iii) A Companhia efetuou a revisão dos montantes de empréstimos e financiamentos apresentados na categoria de "valor justo por meio do resultado" em 31 de dezembro de 2023, demonstrando nesta categoria os empréstimos da "Lei nº 4.131/1962" designados como *fair value option* (Nota 19(a)(ii)).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(f) Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos**

A Companhia divulga as mensurações do valor justo por nível de hierarquia dos principais ativos e passivos financeiros:

				Controladora
				2024
				Valor justo medido com base em
				Técnica de valoração suportada por preços observáveis
	Nota	Preços cotados em mercado ativo Nível 1	Nível 2	Valor justo
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	196.043	609.038	805.081
Aplicações financeiras	9(b)	918.613	10.474	929.087
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		719.625	719.625
Instrumentos financeiros - ações			102.721	102.721
		<u>1.114.656</u>	<u>1.441.858</u>	<u>2.556.514</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	1.102.927	5.401.445	6.504.372
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		575.192	575.192
		<u>1.102.927</u>	<u>5.976.637</u>	<u>7.079.564</u>

				Controladora
				2023
				Valor justo medido com base em
				Técnica de valoração suportada por preços observáveis
	Nota	Preços cotados em mercado ativo Nível 1	Nível 2	Valor justo
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	492.608	651.860	1.144.468
Aplicações financeiras	9(b)	855.305	8.961	864.266
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		440.026	440.026
Instrumentos financeiros - ações			36.878	36.878
		<u>1.347.913</u>	<u>1.137.725</u>	<u>2.485.638</u>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos e financiamentos	19(b)	1.173.507	4.687.739	5.861.246
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		617.242	617.242
		<u>1.173.507</u>	<u>5.304.981</u>	<u>6.478.488</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

					Consolidado
					2024
					Valor justo medido com base em
					Preços cotados em mercado ativo
					Técnica de valoração suportada por preços observáveis
					Técnica de valoração suportada por preços não observáveis
	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	1.890.035	2.180.949		4.070.984
Aplicações financeiras	9(b)	985.800	151.039		1.136.839
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		875.674		875.674
Instrumentos financeiros - ações			102.721	144.669	247.390
		<u>2.875.835</u>	<u>3.310.383</u>	<u>144.669</u>	<u>6.330.887</u>
<b>Passivos</b>					
Empréstimos e financiamentos	19(b)	6.883.712	7.315.710		14.199.422
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		751.364		751.364
		<u>6.883.712</u>	<u>8.067.074</u>		<u>14.950.786</u>

					Consolidado
					2023
					Valor justo medido com base em
					Preços cotados em mercado ativo
					Técnica de valoração suportada por preços observáveis
					Técnica de valoração suportada por preços não observáveis
	Nota	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8(b)	2.759.140	2.097.816		4.856.956
Aplicações financeiras	9(b)	909.477	147.092		1.056.569
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		613.221		613.221
Instrumentos financeiros - ações			36.878		36.878
		<u>3.668.617</u>	<u>2.895.007</u>		<u>6.563.624</u>
<b>Passivos</b>					
Empréstimos e financiamentos	19(b)	6.095.129	6.327.129		12.422.258
Instrumentos financeiros derivativos	6.3.3(b)		786.168		786.168
		<u>6.095.129</u>	<u>7.113.297</u>		<u>13.208.426</u>

Os demais instrumentos financeiros não incluídos acima, são avaliados ao custo amortizado, e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**8 Caixa e equivalentes de caixa**
**(a) Práticas contábeis**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

**(b) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Moeda nacional				
Caixa e bancos	55.689	5.974	80.384	17.174
Certificado de Depósito Bancário - CDBs	609.038	651.860	1.485.193	1.312.774
Operações compromissadas - Títulos públicos	78.737	456.167	142.658	730.651
	<u>743.464</u>	<u>1.114.001</u>	<u>1.708.235</u>	<u>2.060.599</u>
Moeda estrangeira				
Caixa e bancos	61.617	30.467	1.666.993	1.735.292
<i>Time deposits</i>			695.756	1.061.065
	<u>61.617</u>	<u>30.467</u>	<u>2.362.749</u>	<u>2.796.357</u>
	<u>805.081</u>	<u>1.144.468</u>	<u>4.070.984</u>	<u>4.856.956</u>

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. Os equivalentes de caixa em moeda estrangeira são compostos, principalmente, por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local.

A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa em moeda local é equivalente a 100,26 % a.a. do CDI (31 de dezembro de 2023 – 101,85% a.a. do CDI).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**9 Aplicações financeiras**
**(a) Práticas contábeis**

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata e, portanto, são classificadas no ativo circulante. Não obstante, são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e / ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

**(b) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Moeda nacional</b>				
Títulos públicos - governo brasileiro	918.672	855.360	985.859	909.533
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	8.528	7.144	104.468	73.610
Operações compromissadas - Títulos privados			44.625	41.108
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	1.887	1.762	1.887	1.762
	<u>929.087</u>	<u>864.266</u>	<u>1.136.839</u>	<u>1.026.013</u>
<b>Moeda estrangeira</b>				
<i>Time deposits</i>				30.556
<b>Circulante</b>	<u>929.087</u>	<u>864.266</u>	<u>1.136.839</u>	<u>1.056.569</u>

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. As aplicações denominadas em moeda estrangeira são compostas por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local (*time deposits*).

A rentabilidade média para os montantes alocados em aplicações financeiras em moeda local é equivalente a 100,87% a.a. do CDI (31 de dezembro de 2023 – 102,29% a.a. do CDI).

**10 Contas a receber de clientes e securitização de recebíveis**
**(a) Práticas contábeis**
**(i) Contas a receber de clientes**

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, deduzido da provisão para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD").

A provisão para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A Companhia aplicou a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros para calcular PECLD. Com base no perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica de acordo com seu nível de risco. Para cada classe de risco, a Companhia desenvolveu uma matriz de provisão considerando o histórico de inadimplência e outros dados prospectivos relevantes utilizando análises de risco para calcular a perda de crédito esperada.

A matriz apresenta diferentes taxas de perda para diferentes intervalos de tempo do contas a receber, aplicando-se todo o saldo de contas a receber de terceiros, incluindo montantes a vencer. Os recebíveis de partes relacionadas tanto na Controladora quanto no Consolidado não são incluídos nessa análise. Todos os recebíveis de terceiros vencidos há mais de 120 dias são integralmente provisionados e os recebíveis vencidos há mais de 365 dias passam por uma revisão trimestral a fim de avaliar a necessidade de baixa contábil.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(ii) Securitização de recebíveis**

A controlada St. Marys possui uma operação de securitização rotativa de recebíveis (*revolving receivables securitization*) com instituições financeiras, para a cessão de recebíveis para uma entidade de propósito específico (*Special Purpose Entity* – SPE). A SPE foi estabelecida para esse fim e não é controlada pela Companhia. A aquisição inicial de recebíveis pela SPE foi financiada através de: (i) quotas sêniores; (ii) quotas sêniores subordinadas; (iii) quotas intermediárias subordinadas; e (iv) quotas juniores subordinadas.

A St. Marys detém a quota subordinada sênior, bem como as quotas juniores subordinadas. Dessa forma, a exposição máxima da Companhia à perda devido ao seu envolvimento contínuo nos ativos financeiros desconhecidos corresponde à sua participação nos certificados subordinados sênior e júnior.

A St. Marys vende recebíveis para a SPE diariamente de maneira rotativa. Quando a St. Marys transfere os recebíveis para a SPE, realiza a baixa de todo o recebível, em troca de caixa e títulos a receber da SPE. A SPE desconta do valor transferido a St. Marys o custo de aquisição dos recebíveis, que é registrado como despesa financeira pela Companhia (Nota 29(b)).

A St. Marys gerencia, através de prestação de serviços à SPE, os trabalhos de cobrança dos recebíveis incluídos nessa transação. Os honorários incorridos com o serviço de cobrança são registrados como receitas financeiras. Em 2023 e 2024, os ganhos e perdas da Companhia estão apresentadas nas rubricas de “Comissões sobre securitização”, “Reversão de garantia sobre operação de securitização”, “Provisão de garantia sobre operação de securitização” e “Encargos com securitização” (Nota 29(b)).

De acordo com os critérios do CPC 36 (R3) / IFRS 10 “Demonstrações consolidadas”, a SPE não é controlada pela Companhia, deste modo, não é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas. Os saldos transacionados com a SPE são apresentados como saldos com partes relacionadas (Nota 13(b)).

A Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios dos recebíveis transferidos à SPE, contudo, retém o controle dos ativos transferidos, considerando que a SPE não tem a capacidade de vender os recebíveis. Os recebíveis são reconhecidos pela Companhia na extensão do envolvimento contínuo das mesmas e os passivos associados também são reconhecidos. A extensão do envolvimento contínuo das investidas é equivalente à sua exposição as mudanças no valor dos ativos transferidos. O valor contábil líquido dos ativos parcialmente transferidos e dos passivos associados reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve, os quais não são materialmente diferentes do seu valor justo, dado a natureza dos recebíveis.

A St. Marys reconhece parte dos ativos transferidos na extensão do seu envolvimento considerando:

- Seu contínuo envolvimento relacionado com a parcela de notas júnior e sênior, e
- Seu contínuo envolvimento relacionado com a garantia que representa a subordinação – a St. Marys detém a primeira exposição a perdas dentro da sua parcela de subordinação;

Os recebíveis continuam a ser reconhecidos com vencimento em menos de três meses.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Cientes brasileiros		626.775	610.793	828.369	795.900
Cientes fora do Brasil				897.304	857.075
Partes relacionadas	13(b)	98.805	119.638	23.238	55.615
		725.580	730.431	1.748.911	1.708.590
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(15.597)	(19.145)	(44.604)	(66.956)
		709.983	711.286	1.704.307	1.641.634

**(c) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	(19.145)	(15.226)	(66.956)	(74.283)
Adições	(18.895)	(18.596)	(35.606)	(37.024)
Reversões	2.661	1.927	13.777	11.240
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobrável	19.782	12.750	43.080	28.384
Reclassificação para ativos mantidos para venda			5.932	
Variações cambiais			(4.831)	4.727
Saldo no final do exercício	(15.597)	(19.145)	(44.604)	(66.956)

**(d) Composição do contas a receber por prazo de vencimento**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
A vencer	706.196	701.024	1.646.422	1.561.822
Vencidos até 3 meses	11.268	23.386	67.108	79.631
Vencidos entre 3 e 6 meses	297	3.903	4.147	12.034
Vencidos há mais de 6 meses	7.819	2.118	31.234	55.103
	725.580	730.431	1.748.911	1.708.590

O risco de crédito (contas a receber de clientes) a vencer e não estão provisionados para *impairment* está apresentado na Nota 6.4.1.

**(e) Ativos e passivos reconhecidos como securitização de recebíveis**

Em 22 de março de 2024, a St. Marys celebrou novo contrato de securitização rotativa de recebíveis com uma instituição financeira com vencimento para março de 2027. O valor da linha de crédito é de USD 250 milhões (R\$ 1.548 milhões), incluindo todas as subsidiárias da St. Marys.

	Consolidado	
	2024	2023
Títulos a receber da SPE	288.697	208.616
Contribuição de capital na SPE	36.493	41.756
Securitização de recebíveis (Ativo)	325.190	250.372
Garantia contratual	(116.754)	(92.438)
Garantias das perdas das quotas júnior	(40.719)	(2.900)
Securitização de recebíveis (Passivo)	(157.473)	(95.338)
Valor contábil líquido (i)	167.717	155.034

(i) O valor justo dos ativos e passivos que representam o envolvimento contínuo da entidade nos ativos financeiros baixados não é materialmente diferente do valor contábil líquido desses ativos e passivos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**11 Estoques**
**(a) Práticas contábeis**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos de produção.

O valor realizável líquido dos estoques é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidas as despesas para efetivação da venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado do respectivo produto.

A Companhia realiza o inventário físico cíclico durante o ano das mercadorias constantes em seu estoque, e os ajustes de inventário são registrados na rubrica “Custo dos produtos vendidos e serviços prestados”, exceto por ajustes resultantes do processo de distribuição, que são contabilizados como “despesas de vendas”.

Uma provisão para perda de estoques obsoletos é reconhecida com base principalmente no histórico de baixa movimentação dos itens (*slow moving*). O estoque obsoleto é baixado quando é vendido ou sucateado.

**(b) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Produtos acabados	70.910	66.345	287.317	250.383
Produtos semi-acabados	440.629	383.750	1.538.374	1.273.785
Matérias-primas	96.385	83.657	538.158	466.285
Combustíveis	261.632	239.203	811.222	747.692
Materiais auxiliares e de consumo	54.813	59.249	133.017	118.179
Materiais de manutenção	274.420	242.917	989.521	819.194
Importações em andamento	7.296	748	44.817	73.870
Outros	8.233	7.148	42.525	30.390
Provisão para perda de estoque (i)	(57.239)	(67.959)	(284.574)	(279.814)
	<u>1.157.079</u>	<u>1.015.058</u>	<u>4.100.377</u>	<u>3.499.964</u>

(i) A estimativa de perdas em estoque refere-se substancialmente aos materiais obsoletos e de baixo giro.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Movimentação da estimativa de perdas de estoques**

							Controladora
							2024
	Produtos acabados	Produtos semi-acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Saldo no início do exercício	(543)	(15.420)	(1.233)	(5.095)	(45.362)	(306)	(67.959)
Adições	(4.119)	(2.573)	(7.546)	(8.466)	(30.095)	(1.073)	(53.872)
Reversões e baixas	1.917	2.010	2.996	7.700	49.360	609	64.592
Saldo no final do exercício	<u>(2.745)</u>	<u>(15.983)</u>	<u>(5.783)</u>	<u>(5.861)</u>	<u>(26.097)</u>	<u>(770)</u>	<u>(57.239)</u>

							Controladora
							2023
	Produtos acabados	Produtos semi-acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Saldo no início do exercício	(410)	(16.900)	(1.481)	(3.311)	(30.849)	(293)	(53.244)
Adições	(765)	(867)	(2.345)	(5.271)	(27.884)	(425)	(37.557)
Reversões e baixas	632	2.347	2.593	3.487	13.371	412	22.842
Saldo no final do exercício	<u>(543)</u>	<u>(15.420)</u>	<u>(1.233)</u>	<u>(5.095)</u>	<u>(45.362)</u>	<u>(306)</u>	<u>(67.959)</u>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						
	2024						
	Produtos acabados	Produtos semi-acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Saldo no início do exercício	(19.397)	(33.972)	(23.827)	(24.179)	(174.005)	(4.434)	(279.814)
Adições	(6.623)	(18.288)	(13.264)	(20.694)	(39.394)	(2.156)	(100.419)
Reversões e baixas	3.519	9.109	4.061	16.580	74.225	2.753	110.247
Variações cambiais	(3.143)	(3.374)	(654)	(19.889)	9.413		(17.647)
Aquisição de subsidiárias			(63)	2.663	459		3.059
Saldo no final do exercício	(25.644)	(46.525)	(33.747)	(45.519)	(129.302)	(3.837)	(284.574)

	Consolidado						
	2023						
	Produtos acabados	Produtos semi-acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Saldo no início do exercício	(20.585)	(32.090)	(19.452)	(34.415)	(136.219)	(5.804)	(248.565)
Adições	(1.008)	(17.858)	(9.094)	(12.020)	(57.932)	(745)	(98.657)
Reversões e baixas	1.633	15.214	4.594	17.293	17.467	2.115	58.316
Variações cambiais	563	762	125	4.963	2.679		9.092
Saldo no final do exercício	(19.397)	(33.972)	(23.827)	(24.179)	(174.005)	(4.434)	(279.814)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**12 Tributos a recuperar**
**(a) Práticas contábeis**

Os tributos a recuperar são registrados quando existe um direito legal para a Companhia. Ativos contingentes com probabilidade de recuperação possível, que resultam de eventos passados, cuja existência somente será confirmada, ou não, pela ocorrência de eventos futuros incertos, não são registrados.

Os saldos de tributos a recuperar são apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários e a recuperabilidade dos saldos é revisada anualmente pela Companhia.

Os impostos a recuperar representam os direitos que serão realizados por meio de compensações com obrigações futuras provenientes das operações da Companhia. A Companhia revisa continuamente a capacidade de realização desses ativos e, quando necessário, provisões são constituídas para assegurar que esses ativos sejam contabilizados com base no seu valor realizável.

**(b) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	48.413	26.952	125.729	92.111
Programa de Integração Social - PIS	11.273	6.535	27.687	20.414
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	13.254	12.997	21.744	41.811
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA			7.344	19.327
ICMS sobre ativo imobilizado	46.921	31.088	54.189	39.016
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	16.152	22.712	21.583	27.970
Créditos previdenciários	25.904	25.753	29.195	30.496
Outros	17.510	2.485	77.691	32.803
	<u>179.427</u>	<u>128.522</u>	<u>365.162</u>	<u>303.948</u>
Circulante	67.729	52.042	146.387	126.731
Não circulante	111.698	76.480	218.775	177.217
	<u>179.427</u>	<u>128.522</u>	<u>365.162</u>	<u>303.948</u>

**13 Partes relacionadas**
**(a) Práticas contábeis**

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia de maneira que não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. No curso normal das operações, a Companhia realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, *joint ventures* e acionistas e entidades sobre controle comum), relativos à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Saldos patrimoniais e de resultado**

	Controladora											
	Controladora		Controladas		Coligadas		Empreendimentos controlados em conjunto		Outras partes relacionadas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Ativo</b>												
<b>Circulante</b>												
Caixa e equivalentes de caixa									9	15	9	15
Aplicações financeiras									9		9	
Contas a receber de clientes (i)			81.858	72.462	15.685	40.907			1.262	6.269	98.805	119.638
			81.858	72.462	15.685	40.907			1.280	6.284	98.823	119.653
<b>Não circulante</b>												
Demais ativos				2.192				5.940	38.388	43.898	38.388	52.030
			81.858	74.654	15.685	40.907		5.940	39.668	50.182	137.211	171.683
<b>Passivo</b>												
<b>Circulante</b>												
Arrendamentos	7.883	3.515									7.883	3.515
Fornecedores (ii)	4.092	16.266	69.193	47.236			2.581	1.599	53.758	51.384	129.624	116.485
Dividendos a pagar	213.311	557.360									213.311	557.360
Demais passivos (iii)	4.653								46.510	14.726	51.163	14.726
	229.939	577.141	69.193	47.236			2.581	1.599	100.268	66.110	401.981	692.086
<b>Não circulante</b>												
Arrendamentos	8.689	5.326									8.689	5.326
Demais passivos (iii)	33.859	18.368	1.666	7.232					18.957	30.270	54.482	55.870
	42.548	23.694	1.666	7.232					18.957	30.270	63.171	61.196
	272.487	600.835	70.859	54.468			2.581	1.599	119.225	96.380	465.152	753.282

	Controladora											
	Controladora		Controladas		Coligadas		Empreendimentos controlados em conjunto		Outras partes relacionadas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Resultado</b>												
Vendas (ii)			104.061	133.427	346.950	289.459			6.622	8.492	457.633	431.378
Compras (iii)	85.441	70.348	1.221.091	1.205.592			57.856	30.756	558.788	566.938	1.923.176	1.873.634
Resultado financeiro	(1.890)		11.110	11.985					(193)	(3.600)	9.027	8.385
	83.551	70.348	1.336.262	1.351.004	346.950	289.459	57.856	30.756	565.217	571.830	2.389.836	2.313.397

(i) Os saldos de contas a receber de clientes referem-se a operações de vendas de cimento e outros insumos para controladas e coligadas.

(ii) Os saldos de fornecedores e compras incluem principalmente: (a) operações de compra de energia, (b) aquisição de serviços administrativos, recursos humanos, contabilidade, impostos assistência técnica e tecnologia da informação e (c) prestação de serviços de carga, descarga e transporte rodoviário de cargas em geral.

(iii) Referem-se às operações de compra de participação societária em parques eólicos e operações de compra de crédito de ICMS.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado										
	Controladora		Coligadas		Empreendimentos controlados em conjunto		Outras partes relacionadas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Ativo</b>										
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa							13	19	13	19
Aplicações financeiras							268.515		268.515	
Contas a receber de clientes (i)			18.657	53.149			4.581	2.466	23.238	55.615
Dividendos a receber				1.230						1.230
Securitização de recebíveis (ii)							325.190	250.372	325.190	250.372
			18.657	54.379			598.299	252.857	616.956	307.236
<b>Não circulante</b>										
Demais ativos	3.319	3.319	21.883	5.347		5.940	38.388	37.298	63.590	51.904
	3.319	3.319	40.540	59.726		5.940	636.687	290.155	680.546	359.140
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Instrumentos financeiros derivativos							1.435	1.270	1.435	1.270
Arrendamentos	9.684	3.515							9.684	3.515
Fornecedores (iii)	10.050	19.287	11.540	20.546	2.581	1.599	54.265	51.504	78.436	92.936
Dividendos a pagar	213.311	557.360					1.492	1.680	214.803	559.040
Securitização de recebíveis (ii)							157.473	95.338	157.473	95.338
Demais passivos (iv)	4.653						46.510	14.726	51.163	14.726
	237.698	580.162	11.540	20.546	2.581	1.599	261.175	164.518	512.994	766.825
<b>Não circulante</b>										
Instrumentos financeiros derivativos							2.633	1.989	2.633	1.989
Arrendamentos	9.314	5.326							9.314	5.326
Demais passivos	33.859	18.368					18.957	30.180	52.816	48.548
	43.173	23.694					21.590	32.169	64.763	55.863
	280.871	603.856	11.540	20.546	2.581	1.599	282.765	196.687	577.757	822.688

Consolidado										
	Controladora		Coligadas		Empreendimentos controlados em conjunto		Outras partes relacionadas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Resultado</b>										
Vendas (i)			615.030	577.269			24.322	25.797	639.352	603.066
Compras (iii)	101.836	88.083	80.133	58.629	57.856	30.756	803.077	790.671	1.042.902	968.139
Resultado financeiro (ii)	(1.890)	(283)					(99.382)	(41.507)	(101.272)	(41.790)
	99.946	87.800	695.163	635.898	57.856	30.756	728.017	774.961	1.580.982	1.529.415

(i) Os saldos de contas a receber de clientes referem-se a operações de vendas de cimento e outros insumos para coligadas.

(ii) Referem-se principalmente à operação de securitização de recebíveis.

(iii) Os saldos de fornecedores e compras incluem principalmente: (a) operações de compra de energia, (b) aquisição de serviços administrativos, recursos humanos, contabilidade, impostos assistência técnica e tecnologia da informação.

(iv) Referem-se às operações de compra de participação societária em parques eólicos e operações de compra de crédito de ICMS.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Garantias de dívida da Companhia garantida por partes relacionadas**

Modalidade	Garantidor	2024	2023
Eurobonds - USD (Voto 41)	VSA (100%) / VCSA (100%)	2.074.213	1.645.802

**(d) Remuneração do pessoal chave da Administração**

As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Companhia, incluindo o Conselho da Administração ("CA"), Diretoria Estatutária e comitês de assessoramento ao CA, reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Remuneração de curto prazo		
Salário ou pró-labore	14.518	16.626
Benefícios de curto prazo aos administradores	3.260	3.287
Benefícios pós-emprego	288	328
Remuneração variável	6.643	10.517
	24.709	30.758
Remuneração de longo prazo		
Incentivos de longo prazo	9.821	14.932
	34.530	45.690

A remuneração de curto prazo inclui: remuneração fixa (salários, pró-labores, férias e 13º salários), benefícios de curto prazo (assistência médica, vale-refeição, seguro de vida, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social (INSS) e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)), benefício pós-emprego (plano de pensão) e programa de remuneração variável (incluindo encargos sociais).

A remuneração de longo prazo inclui o plano de incentivos de longo prazo concedidos para a Diretoria Estatutária.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**14 Depósitos judiciais**
**(a) Práticas contábeis**

A Companhia é parte em processos de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e, quando possuem provisão correspondente, são apresentados de forma líquida em "Provisões" no passivo (Nota 22(b)). Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

**(b) Composição**

	2024			2023		
	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais
Tributárias	154.047	97.365	251.412	125.902	116.712	242.614
Cíveis	177	5.083	5.260	173	9.309	9.482
Trabalhistas		29.694	29.694		35.461	35.461
Ambientais	1.064	591	1.655	1.006	575	1.581
	<u>155.288</u>	<u>132.733</u>	<u>288.021</u>	<u>127.081</u>	<u>162.057</u>	<u>289.138</u>

	2024			2023		
	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais
Tributárias	269.051	122.415	391.466	239.050	140.307	379.357
Cíveis	1.137	7.097	8.234	1.066	11.224	12.290
Trabalhistas	336	37.157	37.493	502	42.732	43.234
Ambientais	1.115	591	1.706	1.053	575	1.628
	<u>271.639</u>	<u>167.260</u>	<u>438.899</u>	<u>241.671</u>	<u>194.838</u>	<u>436.509</u>

**15 Investimentos**
**(a) Práticas contábeis**

As práticas contábeis para investimentos estão descritas na Nota 5.4.

**(b) Principais empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas**

As principais empresas estão listadas na Nota 5.4.9.

**(c) Composição**

	Informações em 31 de dezembro de 2024			Resultado de equivalência patrimonial		Controladora	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante e total (%)			Saldo	
				2024	2023	2024	2023
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Controladas e coligadas							
Votorantim Cimentos International S.A. (VCI)	15.504.109	1.359.883	100,00	1.359.883	1.408.454	15.504.109	12.484.389
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	2.562.444	399.039	100,00	399.039	565.683	2.562.444	2.379.763
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	143.621	38.658	100,00	38.658	20.778	143.621	126.631
Motz Transportes Ltda.	198.566	68.382	100,00	68.382	57.763	198.566	148.184
Outros investimentos	45.981	39.088		15.692	14.109	17.395	22.733
<i>Joint venture</i>							
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	(7.021)	(39.051)	44,94	(17.550)	(17.284)	(3.155)	(5.170)
Investimentos avaliados ao custo						5.060	5.061
				<u>1.864.104</u>	<u>2.049.503</u>	<u>18.428.040</u>	<u>15.161.591</u>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Informações em 31 de dezembro de 2024			Resultado de equivalência patrimonial			Consolidado
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante e total (%)			Saldo	
				2024	2023	2024	2023
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Coligadas							
Votorantim Cimentos International S.A. (VCI)							
Cementos Avellaneda S.A.	2.076.710	147.251	49,00	72.153	(2.150)	1.017.588	456.963
Cementos Especiales de las Islas S.A.	269.760	50.682	50,00	25.341	24.702	134.880	109.327
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.							
Supermix Concreto S.A. (i)		148.781	25,00	37.195	21.143		110.044
Imix Empreendimentos Imobiliários Ltda. (i)		7.400	25,00	1.850	1.814		3.998
Joint ventures - St. Marys							
Hutton Transport Limited	104.004	40.600	25,00	10.150	8.466	26.001	17.730
Midway Group, LLC	85.182	20.322	50,00	10.161	15.039	42.591	36.817
RMC Leasing LLC	30.248	5.414	50,00	2.707	1.150	15.124	19.133
Grundy-River Holdings LLC	100.532	29.065	50,00	14.533	1.198	50.266	28.488
Joint venture - VCSA							
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	(7.021)	(39.051)	44,94	(17.550)	(17.284)	(3.155)	(5.170)
Outros investimentos				739	1.309	92.575	79.821
				157.279	55.387	1.375.870	857.151
Ágios por expectativa de rentabilidade futura							
Cementos Avellaneda S.A.						371.917	171.074
Hutton Transport Limited						12.798	10.828
Grundy-River Holdings LLC						2.419	2.101
				157.279	55.387	1.763.004	1.041.154

(i) A Companhia reavaliou a contabilização do investimento na Supermix Concreto S.A. e entidades relacionadas, passando a mensurar o investimento como ativo financeiro avaliado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa reavaliação contábil levou em consideração os termos vigentes aplicáveis para a Companhia na condição de acionista minoritária, inclusive no acordo de acionistas celebrado durante o exercício. O valor do investimento na Supermix e entidades relacionadas foi reclassificado para a rubrica de "Instrumentos financeiros - ações" no ativo não circulante do balanço patrimonial, com o método de equivalência patrimonial descontinuado a partir de dezembro de 2024."

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Informações sobre as empresas investidas**

A Companhia apresenta no quadro abaixo, as informações financeiras das principais coligadas e controladas em conjunto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

**(i) Contas patrimoniais**

	Controladora							
	2024							
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação dos acionistas não controladores	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas e coligadas								
Votorantim Cimentos International S.A. (VCI)	100,00	1.181.720	16.345.469	41.376	2.039.304	(57.600)	4.757.131	15.504.109
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100,00	1.838.832	3.600.012	837.489	2.038.911		398.737	2.562.444
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	100,00	4.589	153.002	2	13.968		38.658	143.621
Motz Transportes Ltda.	100,00	213.248	35.610	48.041	2.251		68.382	198.566
<i>Joint venture</i>								
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,94	55.567	4.540	66.799	329		(39.051)	(7.021)

	Controladora							
	2023							
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação dos acionistas não controladores	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas e coligadas								
Votorantim Cimentos International S.A. (VCI)	100,00	706.606	13.392.615	34.444	1.618.102	(37.714)	502.393	12.484.389
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100,00	1.732.856	3.635.439	788.291	2.200.241		565.683	2.379.763
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	100,00	19.921	122.154	2.384	13.060		20.778	126.631
Motz Transportes Ltda.	100,00	166.289	18.901	36.492	514		57.763	148.184
<i>Joint venture</i>								
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,27	49.331	22.382	70.191	13.200		(38.980)	(11.678)

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Consolidado</b>						
	<b>2024</b>						
	<b>Percentual de participação votante e total</b>	<b>Ativo circulante</b>	<b>Ativo não circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Coligadas							
Votorantim Cimentos Internacional S.A.							
Cementos Avellaneda S.A.	49,00	766.674	2.719.263	708.276	700.951	147.251	2.076.710
Cementos Especiales de las Islas S.A.	50,00	195.085	137.863	52.129	11.059		269.760
Joint ventures - St. Marys							
Hutton Transport Limited	25,00	44.227	78.423	8.363	10.283		104.004
Midway Group, LLC	50,00	43.517	52.288	10.623			85.182
RMC Leasing LLC	50,00	9.685	20.563				30.248
Grundy-River Holdings LLC	50,00	56.424	62.214	17.020	1.086		100.532
Joint venture - VCSA							
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,94	55.567	4.540	66.799	329	(39.051)	(7.021)

	<b>Consolidado</b>						
	<b>2023</b>						
	<b>Percentual de participação votante e total</b>	<b>Ativo circulante</b>	<b>Ativo não circulante</b>	<b>Passivo circulante</b>	<b>Passivo não circulante</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Patrimônio líquido</b>
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Coligadas							
Votorantim Cimentos Internacional S.A.							
Cementos Avellaneda S.A.	49,00	386.582	1.270.173	395.914	328.263	70.670	932.578
Cementos Especiales de las Islas S.A.	50,00	163.264	96.347	32.485	8.472		218.654
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.							
Supermix Concreto S.A.	25,00	596.704	550.182	456.822	249.887	84.572	440.177
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.	25,00	9.899	6.376	285		7.255	15.990
Joint ventures - St. Marys							
Hutton Transport Limited	25,00	70.870	33.278	16.007	17.221		70.920
Midway Group, LLC	50,00	55.394	30.480	12.240			73.634
RMC Leasing LLC	50,00	12.471	25.795				38.266
Grundy-River Holdings LLC	50,00	30.529	35.090	8.643			56.976
Joint venture - VCSA							
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	44,27	49.331	22.382	70.191	13.200	(38.980)	(11.678)

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(ii) Resultado**

								Controladora
								2024
	Receita líquida de contratos com clientes	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Lucro bruto	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas e coligadas								
Votorantim Cimentos International S.A.				(12.629)	1.458.922	(86.410)		1.359.883
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	3.368.901	(2.773.730)	595.171	(40.367)	9.255	(87.809)	(77.211)	399.039
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.				(1.512)	39.045	905	220	38.658
Motz Transportes Ltda.	1.510.656	(1.359.911)	150.745	(58.482)		8.600	(32.481)	68.382
<i>Joint venture</i>								
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	124.540	(30.335)	94.205	(132.174)	(5.149)	4.067		(39.051)
								Controladora
								2023
	Receita líquida de contratos com clientes	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Lucro bruto	Despesas operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas e coligadas								
Votorantim Cimentos International S.A.				(8.311)	1.517.591	(100.826)		1.408.454
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	3.258.901	(2.608.754)	650.147	(25.994)	3.071	24.581	(86.122)	565.683
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.				(4.900)	22.957	1.570	1.151	20.778
Motz Transportes Ltda.	1.171.962	(1.037.027)	134.935	(57.315)		2.172	(22.029)	57.763
<i>Joint venture</i>								
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	124.341	(31.596)	92.745	(131.233)	(5.278)	4.721		(39.045)

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	2024							
	Receita líquida de contratos com clientes	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Lucro bruto	Receitas (despesas) operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Coligadas								
Votorantim Cimentos Internacional S.A.								
Cementos Avellaneda S.A.	2.509.499	(1.792.608)	716.891	(382.495)		(60.157)	(126.988)	147.251
Cementos Especiales de las Islas S.A.	459.338	(421.412)	37.926	23.690	1.073	(2.008)	(9.999)	50.682
Joint ventures - St. Marys								
Hutton Transport Limited	150.998	(104.779)	46.219	(5.619)				40.600
Midway Group, LLC.	207.606	(185.877)	21.729	(1.283)		(124)		20.322
RMC Leasing		(4.148)	(4.148)	9.562				5.414
Grundy-River Holdings, LLC	214.175	(176.390)	37.785	(8.658)		(62)		29.065
Joint venture								
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	124.540	(30.335)	94.205	(132.174)	(5.149)	4.067		(39.051)

	Consolidado							
	2023							
	Receita líquida de contratos com clientes	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Lucro bruto	Receitas (despesas) operacionais	Resultado de participações societárias	Receitas (despesas) financeiras	Imposto de renda e contribuição social	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Coligadas								
Votorantim Cimentos Internacional S.A.								
Cementos Avellaneda S.A.	1.555.831	(1.132.720)	423.111	(152.024)		(102.133)	(98.575)	70.379
Cementos Especiales de las Islas S.A.	380.964	(328.181)	52.783	692	1.149	379	(5.599)	49.404
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.								
Supermix Concreto S.A.	2.703.841	(2.433.400)	270.441	(100.353)	1.843	(41.437)	(45.922)	84.572
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.	8.021	(95)	7.926	(307)		1.048	(1.412)	7.255
Joint ventures - St. Marys								
Hutton Transport Limited	107.246	(74.535)	32.711	1.019		134		33.864
Midway Group, LLC.	205.960	(180.549)	25.411	4.528		139		30.078
RMC Leasing		(5.498)	(5.498)	7.798				2.300
Grundy-River Holdings, LLC	11.854	(9.303)	2.551	(154)				2.397
Joint venture								
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	124.341	(31.596)	92.745	(131.233)	(5.278)	4.721		(39.045)

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Movimentação**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício		15.161.591	14.406.875	1.041.154	1.369.685
Equivalência patrimonial (i)		1.864.104	2.049.503	157.279	55.078
Dividendos deliberados (iii)		(269.757)	(400.715)	(151.434)	(94.541)
Distribuição de <i>share premium</i> (ii)		(1.732.071)			
Variações cambiais de operações localizadas no exterior	25(d)	3.555.068	(950.773)	843.215	(293.829)
<i>Hedge</i> dos investimentos líquidos	25(d)	(178.106)	57.282		
Aumento de capital social - Juntos Somos Mais		19.498		19.498	
Redução de capital - RMC Leasing				(10.431)	
Aquisição de participação - Grundy					26.076
Aumento de participação - Grundy					2.410
Reclassificação para instrumentos financeiros - ações (Nota 15(c)(i))				(144.669)	
Efeito do ajuste contábil adoção do CPC 32 / IAS 12			(3.019)		
Efeito reflexo do risco de crédito de dívida avaliada a valor justo registrado nos outros resultados abrangentes da investida			(493)		
Outros		7.713	2.931	8.392	(23.725)
Saldo no final do exercício		<u>18.428.040</u>	<u>15.161.591</u>	<u>1.763.004</u>	<u>1.041.154</u>

- (i) O resultado de equivalência patrimonial de R\$ 55.078 no Consolidado de 2023, inclui o montante de (R\$ 309) referente a operações descontinuadas (Nota 5.6(a)).
- (ii) Durante o exercício houve o recebimento de *share premium* (retorno de capital) no montante de USD 307.000 mil (R\$ 1.732.071) da controlada VCI.
- (iii) Os dividendos deliberados estão apresentados no quadro abaixo:

	Valor original	Moeda	Valor em reais	Percentual de participação (%)	Valor atribuído a Companhia
<b>Controladora</b>					
Motz Transportes Ltda	18.000	BRL	18.000	100,00	18.000
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	22.000	BRL	22.000	100,00	22.000
Pinheiro Machado Participações S.A.	30.513	BRL	30.513	50,00	15.257
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	214.500	BRL	214.500	100,00	214.500
					<u>269.757</u>
<b>Consolidado</b>					
Cementos Avellaneda S.A.	30.239.133	ARS	167.663	49,00	82.155
Cementos Especiales de las Islas	8.000	EUR	51.440	50,00	25.720
Supermix Concreto S.A.	30.000	BRL	30.000	25,00	7.500
Midway Group, LLC	5.000	USD	30.893	50,00	15.446
Imix Empreendimentos Imobiliários Ltda.	5.000	BRL	5.000	25,00	1.250
Grundy-River Holdings LLC	850	USD	4.966	50,00	2.483
RMC Leasing LLC	4.000	USD	20.861	50,00	11.807
Hutton Transport Limited	3.568	USD	20.290	25,00	5.073
					<u>151.434</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(f) Opções de compra e de venda**

Em abril de 2021, a controlada St. Marys concluiu uma combinação de negócios com a aquisição do capital social emitido da McInnis Cement Inc ("McInnis"), resultando na parte vendedora tornando-se um acionista não controlador da St. Marys, com participação acionária de 17%. Como parte da operação, a Companhia emitiu uma opção de venda em favor do acionista não controlador, conferindo-lhe o direito de exigir que a Companhia recompre a totalidade de suas ações a preço de mercado.

Essa recompra de ações somente pode ser exigida pelo acionista não controlador em condições específicas, caso determinados eventos não ocorram dentro de oito anos após a data de aquisição. Se qualquer um desses eventos ocorrer no período de oito anos, o direito associado à opção de venda será automaticamente extinto. A Administração avaliou cada um dos eventos especificados e concluiu que a Companhia tem controle sobre alguns desses eventos dentro do prazo estipulado. Assim, a Companhia consegue evitar a obrigação associada à opção de venda e, portanto, nenhum passivo financeiro foi reconhecido.

Além disso, foi emitida uma opção de compra em favor da Companhia, conferindo-lhe o direito de adquirir a totalidade das ações detidas pelo acionista não controlador, caso este não exerça sua opção de venda. Esta opção de compra pode ser exercida a preço de mercado ou superior. Considerando que a Administração concluiu que a opção de venda se extinguiria antes da data de exercício e que a opção de compra poderá ser exercida a preço de mercado ou superior, não há impactos contábeis decorrentes desta opção de compra.

A Administração continuará reavaliando sua posição e análise a cada período de emissão das demonstrações financeiras, para garantir o tratamento contábil adequado das opções de compra e venda.

**16 Imobilizado****(a) Práticas contábeis**

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Com exceção dos terrenos que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso necessário.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas" (Nota 28).

A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está apresentada na Nota 5.5.2(a).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição e movimentação**

								Controladora
								2024
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	388.635	1.413.698	7.469.141	333.801	51.201	955.137	40.365	10.651.978
Depreciação acumulada	(62.839)	(685.987)	(4.258.798)	(246.805)	(49.163)		(2.287)	(5.305.879)
Saldo líquido	<u>325.796</u>	<u>727.711</u>	<u>3.210.343</u>	<u>86.996</u>	<u>2.038</u>	<u>955.137</u>	<u>38.078</u>	<u>5.346.099</u>
Adições			5.286		96	1.199.833		1.205.215
Baixas	(38)	(214)	(10.199)	(208)	(150)		(567)	(11.376)
Depreciação	(5.296)	(28.323)	(323.954)	(29.549)	(1.899)		(10.001)	(399.022)
Provisão da perda do valor recuperável - <i>impairment</i>			(4.409)					(4.409)
Reclassificação de ativos mantidos para venda	1.716							1.716
Transferências	31.060	138.256	761.010	46.997	2.565	(1.003.938)	24.050	
Saldo no final do exercício	<u>353.238</u>	<u>837.430</u>	<u>3.638.077</u>	<u>104.236</u>	<u>2.650</u>	<u>1.151.032</u>	<u>51.560</u>	<u>6.138.223</u>
Custo	421.373	1.545.593	8.155.463	366.341	51.747	1.151.032	63.845	11.755.394
Depreciação acumulada	(68.135)	(708.163)	(4.517.386)	(262.105)	(49.097)		(12.285)	(5.617.171)
Saldo líquido no final do exercício	<u>353.238</u>	<u>837.430</u>	<u>3.638.077</u>	<u>104.236</u>	<u>2.650</u>	<u>1.151.032</u>	<u>51.560</u>	<u>6.138.223</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	2	5	20	10		18	

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								Controladora
								2023
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	373.770	1.384.671	7.232.254	334.619	53.296	438.468	38.704	9.855.782
Depreciação acumulada	(50.175)	(650.069)	(4.005.018)	(224.898)	(50.210)		(21.809)	(5.002.179)
Saldo líquido	<u>323.595</u>	<u>734.602</u>	<u>3.227.236</u>	<u>109.721</u>	<u>3.086</u>	<u>438.468</u>	<u>16.895</u>	<u>4.853.603</u>
Adições			2.720			830.108		832.828
Baixas	(730)		(8.223)	(476)	(4)			(9.433)
Depreciação	(3.325)	(24.112)	(269.164)	(30.966)	(1.936)		(1.396)	(330.899)
Transferências	6.256	17.221	257.774	8.717	892	(313.439)	22.579	
Saldo no final do exercício	<u>325.796</u>	<u>727.711</u>	<u>3.210.343</u>	<u>86.996</u>	<u>2.038</u>	<u>955.137</u>	<u>38.078</u>	<u>5.346.099</u>
Custo	388.635	1.413.698	7.469.141	333.801	51.201	955.137	40.365	10.651.978
Depreciação acumulada	(62.839)	(685.987)	(4.258.798)	(246.805)	(49.163)		(2.287)	(5.305.879)
Saldo líquido no final do exercício	<u>325.796</u>	<u>727.711</u>	<u>3.210.343</u>	<u>86.996</u>	<u>2.038</u>	<u>955.137</u>	<u>38.078</u>	<u>5.346.099</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	2	5	20	10		2	

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	2024								
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	1.522.764	7.344.472	27.211.516	1.854.575	209.522	2.618.181	762.430	89.919	41.613.379
Depreciação acumulada	(88.268)	(3.777.450)	(17.242.521)	(1.279.286)	(181.757)		(500.974)	(61.162)	(23.131.418)
Saldo líquido	<u>1.434.496</u>	<u>3.567.022</u>	<u>9.968.995</u>	<u>575.289</u>	<u>27.765</u>	<u>2.618.181</u>	<u>261.456</u>	<u>28.757</u>	<u>18.481.961</u>
Adições	472	7.484	21.899	2.554	2.725	2.842.366	163	2.458	2.880.121
Baixas	(23.599)	(853)	(39.643)	(854)	(176)		(567)		(65.692)
Depreciação	(8.082)	(156.929)	(1.129.884)	(156.475)	(9.443)		(44.190)		(1.505.003)
Variações cambiais	197.447	569.054	1.278.009	120.784	6.385	219.928	34.787		2.426.394
Aquisição de subsidiária (i)	1.721	3.319	1.121	2.096					8.257
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(51.979)	(78.413)	(518.728)	(1.525)		(97.331)			(747.976)
Provisão da perda do valor recuperável - <i>impairment</i>			(13.069)						(13.069)
Transferências	77.921	226.859	1.793.731	231.204	11.308	(2.375.571)	34.548		
Saldo no final do exercício	<u>1.628.397</u>	<u>4.137.543</u>	<u>11.362.431</u>	<u>773.073</u>	<u>38.564</u>	<u>3.207.573</u>	<u>286.197</u>	<u>31.215</u>	<u>21.464.993</u>
Custo	1.724.896	8.757.286	30.492.892	2.478.510	249.449	3.207.573	908.994	92.377	47.911.977
Depreciação acumulada	(96.499)	(4.619.743)	(19.130.461)	(1.705.437)	(210.885)		(622.797)	(61.162)	(26.446.984)
Saldo líquido no final do exercício	<u>1.628.397</u>	<u>4.137.543</u>	<u>11.362.431</u>	<u>773.073</u>	<u>38.564</u>	<u>3.207.573</u>	<u>286.197</u>	<u>31.215</u>	<u>21.464.993</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	3	6	15	12		12		

(i) Refere-se à aquisição de negócio de concreto nos EUA pela controlada indireta VCNA United Materials LLC, com contraprestação total de R\$ 12.518, sendo R\$ 8.257 dos ativos líquidos adquiridos alocados no imobilizado e R\$ 4.261 no intangível (Nota 17(b)).

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	2023								
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	1.546.838	7.496.235	27.105.552	1.825.628	217.581	1.904.690	755.177	87.237	40.938.938
Depreciação acumulada	(72.117)	(3.788.162)	(16.961.075)	(1.213.847)	(184.341)		(535.470)	(61.162)	(22.816.174)
Saldo líquido	<u>1.474.721</u>	<u>3.708.073</u>	<u>10.144.477</u>	<u>611.781</u>	<u>33.240</u>	<u>1.904.690</u>	<u>219.707</u>	<u>26.075</u>	<u>18.122.764</u>
Adições	394	14.983	38.750	1.235	919	2.159.835		2.682	2.218.798
Baixas	(1.426)	(106)	(18.002)	(599)	(643)	(27)			(20.803)
Depreciação	(5.481)	(143.629)	(1.033.375)	(147.823)	(8.890)		(31.624)		(1.370.822)
Variações cambiais	(37.739)	(142.510)	(259.470)	(20.715)	(1.164)	(72.152)	(7.137)		(540.887)
Aquisição de subsidiária (i)	1.292	2.219	2.172	3.772					9.455
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(84)	(58)	(8)						(150)
(Provisão) reversão da perda do valor recuperável - <i>impairment</i>	(2.695)	47.143	53.407	400	467	(35.116)			63.606
Transferências	5.514	80.907	1.041.044	127.238	3.836	(1.339.049)	80.510		
Saldo no final do exercício	<u>1.434.496</u>	<u>3.567.022</u>	<u>9.968.995</u>	<u>575.289</u>	<u>27.765</u>	<u>2.618.181</u>	<u>261.456</u>	<u>28.757</u>	<u>18.481.961</u>
Custo	1.522.764	7.344.472	27.211.516	1.854.575	209.522	2.618.181	762.430	89.919	41.613.379
Depreciação acumulada	(88.268)	(3.777.450)	(17.242.521)	(1.279.286)	(181.757)		(500.974)	(61.162)	(23.131.418)
Saldo líquido no final do exercício	<u>1.434.496</u>	<u>3.567.022</u>	<u>9.968.995</u>	<u>575.289</u>	<u>27.765</u>	<u>2.618.181</u>	<u>261.456</u>	<u>28.757</u>	<u>18.481.961</u>
Taxas médias anuais de depreciação - %	5	3	6	16	12		10	4	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Obras em andamento**

A conta de obras em andamento é composta de investimentos e projetos em construção pela Companhia e suas subsidiárias que ainda não entraram em operação ao final do exercício, representados principalmente por aquisição ou reposição de máquinas e equipamentos industriais ligados à continuidade da operação das fábricas e minas (*sustaining*), investimentos em projetos de modernização industrial e expansão da capacidade produtiva, como também novas tecnologias relacionadas com metas de descarbonização.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos são compostos pelas seguintes categorias:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<i>Sustaining</i>	347.170	411.124	1.293.926	1.024.030
Modernização industrial	380.220	303.626	1.036.322	955.640
Meio ambiente e segurança	139.138	133.902	330.850	271.289
Expansão	222.900	76.285	450.526	286.048
Outros	61.604	30.200	95.949	81.174
	<u>1.151.032</u>	<u>955.137</u>	<u>3.207.573</u>	<u>2.618.181</u>

Os saldos de obras em andamento são representados por projetos pulverizados entre as fábricas, minas e regiões de atuação da Companhia. Entre os principais projetos em construção nos exercícios apresentados, destaca-se o projeto de modernização da fábrica de cimento em Salto de Pirapora - São Paulo, incluído na linha de "Modernização industrial", com objetivo principal de aumentar a substituição térmica nos fornos reduzindo o consumo de coque e aumentando o consumo de coprocessamento com propósito de reduzir o custo de produção e a emissão de CO<sub>2</sub>. Adicionalmente, há em andamento projeto de novo moinho de cimento também em Salto de Pirapora, com objetivo de aumentar a produção.

Os custos de empréstimos capitalizados em obras em andamento totalizaram R\$ 35.972 na Controladora (31 de dezembro de 2023 - R\$ 20.526) e R\$ 39.888 no Consolidado (31 de dezembro de 2023 - R\$ 23.787). Para as empresas localizadas no Brasil, a taxa de capitalização foi de 9,29 % a.a. (31 de dezembro de 2023 - 9,01% a.a.).

**17 Intangível****(a) Práticas contábeis****(i) Ágio**

Os ágios decorrentes de aquisições de controladas, são reconhecidos na data de aquisição e mensurados pelo montante que exceder a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, para a qual geralmente se exige o valor justo na data da aquisição; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; e (iv) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

O ágio de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e como "Investimento" nas demonstrações financeiras individuais. O ágio de coligadas e controladas em conjunto é registrado como "Investimento". A recuperabilidade do ágio é testada anualmente para verificação de perdas por valor recuperável (*impairment*). O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está apresentada na Nota 5.5.2(a).

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

**(ii) Direitos sobre recursos naturais e remoção estéril**

Os direitos sobre os cursos naturais são capitalizados quando a viabilidade econômica das reservas minerais é comprovada. Quando a mina se torna operacional, os custos acumulados capitalizados em relação aos direitos de exploração passam a ser amortizados ao longo da vida útil da mina por unidades de produção.

Adicionalmente, nas operações de mineração relacionadas ao negócio de cimento, é necessário remover o estéril e outros materiais residuais para acessar o minério. O processo de mineração do estéril e resíduos é denominado decapagem. Durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção ou quando da abertura de uma nova frente, os custos de remoção são capitalizados como ativos intangíveis. Durante a fase de produção, e para acessar novas reservas minerais ou melhorar o acesso, os custos de remoção são capitalizados como ativos intangíveis, e em outras situações esses custos são reconhecidos como parte do estoque. Os custos acumulados são amortizados conforme laudo técnico com base na reserva liberada.

**(iii) Softwares**

Os custos com a aquisição de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente, a Companhia não possui projetos de desenvolvimento interno de *softwares*.

**(iv) Uso de bem público**

Uso de bem público referem-se aos direitos de exploração de usinas de energia hidroelétrica, mediante contrato com o governo que estabelece o prazo, as condições e o valor a ser pago pela Companhia. Os ativos reconhecidos como uso de bem público são designados apenas para uso próprio e não para o uso público ou venda de serviços para terceiros.

O valor das obrigações futuras descontado ao valor presente pelo fluxo de pagamento futuro é reconhecido no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

desembolsos estabelecido no contrato. O valor é inicialmente reconhecido como passivo (obrigação) e ativo intangível (ativo de direito de uso de bem público).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão (que é o mesmo do período de operação). O passivo financeiro aumenta para refletir os juros dos ajustes a valor presente e reduz com os pagamentos realizados.

**(v) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência**

Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Essas cláusulas possuem vida útil finita e são mensuradas pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, sendo de 15 anos para relação com clientes e de 5 anos para acordos de não concorrência.

**(vi) Obrigações com descomissionamento de ativos (Asset Retirement Obligation – “ARO”)**

A Companhia possui as obrigações de descomissionamento em decorrência da exploração de minas para extração de recursos naturais. As políticas contábeis referentes a contrapartida passiva do ARO estão apresentadas na Nota 22(a)(ii).

O custo com descomissionamento, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito mineral. O ativo é amortizado pelo método linear pelo prazo remanescente da vida útil da mina. A Companhia revisa periodicamente a vida útil de suas minas e a estimativa do valor futuro necessário para a recuperação da área explorada.

**(vii) Direitos de emissão de CO2**

Algumas empresas da Companhia localizadas na Espanha e no Canadá estão sujeitas a mecanismos de *cap-and-trade* em relação às emissões de gases de efeito estufa. Os direitos de emissão concedidos gratuitamente são inicialmente mensurados a um valor nominal de zero.

Os direitos de emissão adquiridos a título oneroso são contabilizados ao custo como ativos intangíveis, se forem destinados a liquidar um passivo resultante das obrigações do mecanismo de *cap-and-trade*, caso contrário, são classificados como estoque. Eles não são amortizados, mas estão sujeitos ao consumo e a qualquer redução de valor no caso de *impairment*.

Uma provisão é reconhecida se as emissões reais de CO2 até a data do relatório não estiverem cobertas por direitos de emissão concedidos gratuitamente. A provisão desse déficit é mensurada no final de cada período de relatório ao valor contábil dos direitos de emissão já detidos e ao valor de mercado para os direitos adicionais necessários para cobrir as emissões reais. Essa provisão, caso necessária, é apresentada como "Outros passivos" no balanço patrimonial.

A Companhia também está sujeita ao mecanismo de imposto de carbono no Canadá. A política contábil descrita acima se aplica da mesma forma, com o limite anual de emissões de CO2 sendo assimilado aos direitos de emissão gratuitos anuais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição e movimentação**

	Controladora						
	2024						
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	ARO e termos de compromisso	Softwares	Intangível em andamento	Outros	Total
Saldo no início do exercício							
Custo	1.134.082	75.882	155.659	306.644	96.145	2.577	1.770.989
Amortização e exaustão acumulada	(647.685)		(54.360)	(247.263)		(6)	(949.314)
Saldo líquido	486.397	75.882	101.299	59.381	96.145	2.571	821.675
Adições (i)	3.212		691		289.344		293.247
Amortização e exaustão	(167.751)		(11.911)	(24.864)			(204.526)
Revisão de provisão por mudança da estimativa (ii)			24.499				24.499
Transferências	274.578			32.435	(307.013)		
Saldo no final do exercício	596.436	75.882	114.578	66.952	78.476	2.571	934.895
Custo	1.411.874	75.882	180.849	339.072	78.476	2.577	2.088.730
Amortização e exaustão acumulada	(815.438)		(66.271)	(272.120)		(6)	(1.153.835)
Saldo líquido no final do exercício	596.436	75.882	114.578	66.952	78.476	2.571	934.895
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	3		3	20			

	Controladora						
	2023						
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	ARO e termos de compromisso	Softwares	Intangível em andamento (i)	Outros	Total
Saldo no início do exercício							
Custo	1.074.541	75.882	171.991	273.200	52.441	2.577	1.650.632
Amortização e exaustão acumulada	(599.691)		(45.983)	(223.576)		(6)	(869.256)
Saldo líquido	474.850	75.882	126.008	49.624	52.441	2.571	781.376
Adições (i)			627		136.686		137.313
Baixas			(10.143)				(10.143)
Amortização e exaustão	(47.993)		(8.592)	(23.685)			(80.270)
Revisão de provisão por mudança da estimativa (ii)			(6.601)				(6.601)
Transferências	59.540			33.442	(92.982)		
Saldo no final do exercício	486.397	75.882	101.299	59.381	96.145	2.571	821.675
Custo	1.134.082	75.882	155.659	306.644	96.145	2.577	1.770.989
Amortização e exaustão acumulada	(647.685)		(54.360)	(247.263)		(6)	(949.314)
Saldo líquido no final do exercício	486.397	75.882	101.299	59.381	96.145	2.571	821.675
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	4		3	20			

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	2024								
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Uso de bem público e repactuação do risco hidrológico	ARO e termos de compromisso	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Intangível em andamento	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	3.998.951	4.608.966	256.171	546.000	622.090	613.345	159.131	45.750	10.850.404
Amortização e exaustão acumulada	(1.449.089)		(119.083)	(279.191)	(422.073)	(488.447)		(22.754)	(2.780.637)
Saldo líquido	<u>2.549.862</u>	<u>4.608.966</u>	<u>137.088</u>	<u>266.809</u>	<u>200.017</u>	<u>124.898</u>	<u>159.131</u>	<u>22.996</u>	<u>8.069.767</u>
Adições (i)	15.638			2.164		42.809	393.945	179	454.735
Amortização e exaustão	(301.076)		(6.742)	(41.503)	(19.556)	(68.033)		(720)	(437.630)
Variações cambiais	436.370	1.059.318		26.630	48.259	20.882	36.033	4.889	1.632.381
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(26.652)	(426.701)		(283)		(3.366)			(457.002)
Aquisição de subsidiária		727			3.534				4.261
Revisão de provisão por mudança da estimativa (ii)				74.334					74.334
Reversão da perda do valor recuperável - <i>impairment</i>	3.523								3.523
Transferências	321.596					106.631	(428.227)		
Saldo no final do exercício	<u>2.999.261</u>	<u>5.242.310</u>	<u>130.346</u>	<u>328.151</u>	<u>232.254</u>	<u>223.821</u>	<u>160.882</u>	<u>27.344</u>	<u>9.344.369</u>
Custo	4.929.109	5.242.310	256.171	695.755	784.051	838.433	160.882	67.292	12.974.003
Amortização e exaustão acumulada	(1.929.848)		(125.825)	(367.604)	(551.797)	(614.612)		(39.948)	(3.629.634)
Saldo líquido no final do exercício	<u>2.999.261</u>	<u>5.242.310</u>	<u>130.346</u>	<u>328.151</u>	<u>232.254</u>	<u>223.821</u>	<u>160.882</u>	<u>27.344</u>	<u>9.344.369</u>
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	4		3	5	7	22		19	

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado								
	2023								
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Uso de bem público e repactuação do risco hidrológico	ARO e termos de compromisso	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Intangível em andamento (i)	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	4.650.956	4.886.656	256.171	634.871	665.663	566.850	119.676	66.104	11.846.947
Amortização e exaustão acumulada	(1.898.730)		(112.341)	(230.591)	(425.640)	(454.651)		(22.914)	(3.144.867)
Saldo líquido	2.752.226	4.886.656	143.830	404.280	240.023	112.199	119.676	43.190	8.702.080
Adições (i)	41			627		9.751	187.231	116	197.766
Baixas	(241)			(7.919)				(19.868)	(28.028)
Amortização e exaustão	(100.908)		(6.742)	(60.863)	(27.553)	(48.221)		(676)	(244.963)
Variações cambiais	(112.422)	(282.989)		(32.667)	(12.453)	(1.146)	(12.924)	(449)	(455.050)
Provisão da perda do valor recuperável - <i>impairment</i>	(70.172)			(22.297)					(92.469)
Revisão de provisão por mudança da estimativa (ii)				(14.868)					(14.868)
Aquisição de subsidiária		5.299							5.299
Transferências	81.338			516		52.315	(134.852)	683	
Saldo no final do exercício	2.549.862	4.608.966	137.088	266.809	200.017	124.898	159.131	22.996	8.069.767
Custo	3.998.951	4.608.966	256.171	546.000	622.090	613.345	159.131	45.750	10.850.404
Amortização e exaustão acumulada	(1.449.089)		(119.083)	(279.191)	(422.073)	(488.447)		(22.754)	(2.780.637)
Saldo líquido no final do exercício	2.549.862	4.608.966	137.088	266.809	200.017	124.898	159.131	22.996	8.069.767
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	5		3	6	7	21		20	

(i) As adições em "Intangível em andamento" referem-se, principalmente, a remoção de estéril para abertura de novas frentes em minas operantes e projetos de *software*.

(ii) O efeito da revisão da provisão por mudança de estimativa do ARO (*Asset retirement Obligation*) refere-se, principalmente, a atualização dos planos de fechamento, revisão da vida útil das minas e atualização das taxas de inflação do fluxo de desembolso futuro e das taxas de desconto.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Ágios por expectativa de rentabilidade futura**

No quadro abaixo, estão demonstrados os ágios registrados na rubrica de "Intangível" conforme estes são alocados para fins de testes de *impairment* às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) e por nível de segmento operacional:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
América do Norte			3.561.884	2.802.572
Europa e Ásia			1.525.756	1.653.547
América Latina			14.603	12.780
Brasil				
Engemix	75.882	75.882	75.882	75.882
Regional Nordeste			64.185	64.185
	<u>75.882</u>	<u>75.882</u>	<u>5.242.310</u>	<u>4.608.966</u>

**18 Direito de uso em arrendamento**
**(a) Práticas contábeis**

A Companhia reconhece na data de início do contrato, um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso.

O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

O passivo é ajustado para o valor presente da obrigação com base na taxa interna do contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

A Companhia não reconhece o direito de uso e o passivo de arrendamento de contratos de arrendamento de bens de baixo valor ou de e contratos com duração inferior a doze meses. Para estes contratos, a despesa de arrendamento é reconhecida de forma linear no resultado ao longo do período do contrato. O montante dessas despesas reconhecido no resultado foi apresentado na Nota 27.

A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo do produto vendido ou como despesa operacional, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição e movimentação do ativo de direito de uso**

	Controladora			
	2024			
	Imóveis e salas comerciais	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo no início do exercício				
Custo	151.694	129.815	8.935	290.444
Amortização acumulada	(105.983)	(80.234)	(7.041)	(193.258)
Saldo líquido	<u>45.711</u>	<u>49.581</u>	<u>1.894</u>	<u>97.186</u>
Adições	57.897	137.529	40.603	236.029
Baixas	(698)	(27.515)	(231)	(28.444)
Amortização	(36.564)	(45.631)	(14.783)	(96.978)
Saldo no final do exercício	<u>66.346</u>	<u>113.964</u>	<u>27.483</u>	<u>207.793</u>
Custo	208.893	239.829	49.307	498.029
Amortização acumulada	(142.547)	(125.865)	(21.824)	(290.236)
Saldo líquido no final do exercício	<u>66.346</u>	<u>113.964</u>	<u>27.483</u>	<u>207.793</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	15	24	27	

	Controladora			
	2023			
	Imóveis e salas comerciais	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo no início do exercício				
Custo	135.551	69.946	6.653	212.150
Amortização acumulada	(92.049)	(61.219)	(5.931)	(159.199)
Saldo líquido	<u>43.502</u>	<u>8.727</u>	<u>722</u>	<u>52.951</u>
Adições	16.142	59.869	2.282	78.293
Amortização	(13.933)	(19.015)	(1.110)	(34.058)
Saldo no final do exercício	<u>45.711</u>	<u>49.581</u>	<u>1.894</u>	<u>97.186</u>
Custo	151.694	129.815	8.935	290.444
Amortização acumulada	(105.983)	(80.234)	(7.041)	(193.258)
Saldo líquido no final do exercício	<u>45.711</u>	<u>49.581</u>	<u>1.894</u>	<u>97.186</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	18	26	33	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<b>Consolidado</b>						
	<b>2024</b>						
	<b>Terras e terrenos</b>	<b>Imóveis e salas comerciais</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Veículos</b>	<b>Embarcações</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Total</b>
Saldo no início do exercício							
Custo	533.660	198.674	371.393	221.572	794.415	1.120	2.120.834
Amortização acumulada	(106.682)	(137.916)	(272.288)	(174.579)	(455.409)	(582)	(1.147.456)
Saldo líquido	<u>426.978</u>	<u>60.758</u>	<u>99.105</u>	<u>46.993</u>	<u>339.006</u>	<u>538</u>	<u>973.378</u>
Adições	42.331	107.390	288.269	73.889	278.602	714	791.195
Baixas	(1.935)	(1.404)	(30.423)	(6.930)			(40.692)
Amortização	(35.287)	(52.752)	(126.995)	(44.288)	(159.953)	(509)	(419.784)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(4.156)	(209)	(4.187)	(4.558)			(13.110)
Variações cambiais	110.045	4.594	15.440	9.475	94.576	30	234.160
Saldo no final do exercício	<u>537.976</u>	<u>118.377</u>	<u>241.209</u>	<u>74.581</u>	<u>552.231</u>	<u>773</u>	<u>1.525.147</u>
Custo	716.211	309.045	640.492	293.448	1.167.593	1.864	3.128.653
Amortização acumulada	(178.235)	(190.668)	(399.283)	(218.867)	(615.362)	(1.091)	(1.603.506)
Saldo líquido no final do exercício	<u>537.976</u>	<u>118.377</u>	<u>241.209</u>	<u>74.581</u>	<u>552.231</u>	<u>773</u>	<u>1.525.147</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	16	23	29	26	9	33	

	<b>Consolidado</b>						
	<b>2023</b>						
	<b>Terras e terrenos</b>	<b>Imóveis e salas comerciais</b>	<b>Máquinas e equipamentos</b>	<b>Veículos</b>	<b>Embarcações</b>	<b>Equipamentos de informática</b>	<b>Total</b>
Saldo no início do exercício							
Custo	566.290	180.986	282.896	225.672	838.209	1.163	2.095.216
Amortização acumulada	(90.616)	(120.434)	(212.394)	(166.036)	(378.729)	(284)	(968.493)
Saldo líquido	<u>475.674</u>	<u>60.552</u>	<u>70.502</u>	<u>59.636</u>	<u>459.480</u>	<u>879</u>	<u>1.126.723</u>
Adições	9.034	21.686	106.787	15.961	12.498		165.966
Baixas	(1.302)	(147)	(952)	(137)			(2.538)
Amortização	(29.190)	(19.310)	(71.715)	(24.674)	(107.664)	(276)	(252.829)
Remensuração de principal		(1.467)					(1.467)
Variações cambiais e efeitos da hiperinflação, líquidas	(27.238)	(556)	(5.517)	(3.793)	(25.308)	(65)	(62.477)
Saldo no final do exercício	<u>426.978</u>	<u>60.758</u>	<u>99.105</u>	<u>46.993</u>	<u>339.006</u>	<u>538</u>	<u>973.378</u>
Custo	533.660	198.674	371.393	221.572	794.415	1.120	2.120.834
Amortização acumulada	(106.682)	(137.916)	(272.288)	(174.579)	(455.409)	(582)	(1.147.456)
Saldo líquido no final do exercício	<u>426.978</u>	<u>60.758</u>	<u>99.105</u>	<u>46.993</u>	<u>339.006</u>	<u>538</u>	<u>973.378</u>
Taxas médias anuais de amortização - %	15	18	29	29	9	33	

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Composição e movimentação passivo de arrendamento**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício	96.003	52.718	1.011.924	1.200.684
Adições	236.029	78.293	791.195	165.966
Reclassificação para ativos mantidos para vendas			(8.348)	
Baixas	(25.002)		(36.545)	(2.538)
Liquidações	(120.414)	(41.792)	(537.357)	(320.897)
Ajuste a valor presente	38.765	6.784	108.017	47.076
Variações cambiais			236.878	(79.834)
Remensuração de principal				1.467
Saldo no final do exercício	225.381	96.003	1.565.764	1.011.924
Circulante	76.305	25.641	333.446	144.013
Não circulante	149.076	70.362	1.232.318	867.911
	225.381	96.003	1.565.764	1.011.924

**(d) Prazo e taxa média de desconto**

Prazos	Consolidado
2 anos	3,10%
4 anos	11,38%
6 anos	9,20%
8 anos	2,48%
Acima 8 anos	3,11%

**(e) Outras divulgações**

Para atender à orientação da CVM, prevista no Ofício-Circular CVM SNC/SEP 02/2019, a Companhia apresenta os impactos na mensuração do passivo de arrendamento, direito de uso em arrendamento, despesa financeira e despesa com amortização, considerando os fluxos estimados de pagamentos corrigidos pela inflação média de 4,0% para Controladora e subsidiárias no Brasil e 2,3% para subsidiárias sediadas fora do Brasil.

	Consolidado	
	2024	2023
Passivo de arrendamento		
Contábil - IFRS16/CPC 06	444.683	293.329
Fluxo com projeção inflação	458.210	301.047
Variação	3,04%	2,63%
Direito de uso em arrendamento		
Contábil - IFRS16/CPC 06	1.525.147	973.378
Fluxo com projeção inflação	1.568.768	997.784
Variação	2,86%	2,51%
Despesa financeira		
Contábil - IFRS16/CPC 06	99.538	47.075
Fluxo com projeção inflação	103.097	48.298
Variação	3,58%	2,60%
Despesa de amortização		
Contábil - IFRS16/CPC 06	419.786	252.827
Fluxo com projeção inflação	433.080	259.368
Variação	3,17%	2,59%

## 19 Empréstimos e financiamentos

### (a) Práticas contábeis

#### (i) Mensuração ao custo amortizado

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecido no resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

#### (ii) Mensuração ao valor justo por meio do resultado

A Companhia possui empréstimos com instrumentos financeiros derivativos contratados como parte da estratégia de gerenciamento de riscos, com o objetivo de proteger contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Os termos e as condições desses empréstimos e derivativos configuram-se como operação casada, de modo que economicamente a resultante seja uma dívida flutuante em CDI e em Reais ou proteção de variação cambial e juros. A diferença da mensuração entre os dois instrumentos (empréstimo ao custo amortizado e derivativo ao valor justo), gera um descasamento contábil no resultado do exercício.

A Companhia optou por designar a valor justo as contratações dos empréstimos regulados pela Lei nº 4.131/1962, feitas até 2020 (*fair value option*), sendo o efeito destas designações a mensuração da dívida a valor justo por meio do resultado.

O valor justo desses instrumentos financeiros leva em conta o risco de crédito da Companhia, o qual é calculado com base nas curvas de mercado, e a alteração no valor justo do passivo financeiro que é atribuível a alterações no risco de crédito próprio é registrado no patrimônio líquido na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial". Caso a classificação do risco de crédito próprio no patrimônio líquido crie ou aumente o descasamento contábil no resultado, a entidade deve apresentar todos os ganhos ou as perdas no resultado do exercício. O montante acumulado das alterações do risco de crédito próprio permanece na rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" até a liquidação do instrumento financeiro, quando são reclassificados para a rubrica de "Lucros acumulados", sem afetar o resultado do exercício. Os empréstimos mensurados como *fair value option* foram integralmente liquidados durante o ano de 2024.

Em adição, como parte da estratégia de gerenciamento de riscos, a Companhia designou determinados empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos como *hedge* de valor justo (*fair value hedge*). Detalhes sobre os instrumentos financeiros e dívidas designados ao *hedge accounting* a valor justo estão apresentados na Nota 6.3.3.

#### (iii) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demande um período substancial (usualmente 12 meses) para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo do ativo. Custos de empréstimos consistem nos juros e outros custos que uma entidade incorre em conexão com o empréstimo dos fundos. Demais custos de empréstimos, incluindo mudança de taxas, são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição e valor justo**

		Controladora							
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total		Valor justo (ii)	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Moeda nacional</b>									
Debêntures	CDI + 1,24%	83.600	49.882	3.540.785	2.442.069	3.624.385	2.491.951	3.673.689	2.642.150
Debêntures CRI	IPCA + 4,78% / 11,51% Pré BRL	(3.336)	3.465	1.239.743	1.259.537	1.236.407	1.263.002	1.102.927	1.173.507
Agência de Fomentos - FINEP	TR + 3,80%	35		50.767		50.802		59.239	
FINAME			55				55		55
		<u>80.299</u>	<u>53.402</u>	<u>4.831.295</u>	<u>3.701.606</u>	<u>4.911.594</u>	<u>3.755.008</u>	<u>4.835.855</u>	<u>3.815.712</u>
<b>Moeda estrangeira</b>									
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	2,87% Pré USD	3.329	5.114	804.997	1.336.475	808.326	1.341.589	767.321	1.311.823
Agência de fomento e/ou multilaterais	SOFR TERM + 1,40%	26.493	17.380	900.532	716.331	927.025	733.711	901.196	733.711
		29.822	22.494	1.705.529	2.052.806	1.735.351	2.075.300	1.668.517	2.045.534
		<u>110.121</u>	<u>75.896</u>	<u>6.536.824</u>	<u>5.754.412</u>	<u>6.646.945</u>	<u>5.830.308</u>	<u>6.504.372</u>	<u>5.861.246</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos		117.296	82.352						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal)		(7.175)	(6.456)						
		<u>110.121</u>	<u>75.896</u>						

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Encargos anuais médios	Consolidado							
		Circulante		Não circulante		Total		Valor justo (ii)	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
<b>Moeda nacional</b>									
Debêntures	CDI + 1,24%	83.601	49.883	3.540.786	2.442.069	3.624.387	2.491.952	3.673.689	2.642.150
Debêntures CRI	IPCA + 4,78% / 11,51% Pré BRL	(5.083)	5.224	1.878.285	1.908.249	1.873.202	1.913.473	1.670.959	1.777.874
Agência de Fomentos	IPCA + 1,54% / 3,80% TR	11.052	10.977	97.798	57.880	108.850	68.857	117.671	70.151
FINAME	6,00% Pré BRL		643				643		636
Outros		13.207	6.803	18.329	20.932	31.536	27.735	31.313	27.735
		102.777	73.530	5.535.198	4.429.130	5.637.975	4.502.660	5.493.632	4.518.546
<b>Moeda estrangeira</b>									
Eurobonds - USD	6,35% Pré USD	72.713	79.053	5.087.838	3.915.854	5.160.551	3.994.907	5.212.753	4.317.254
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	2,87% Pré USD	3.329	6.327	804.997	1.568.997	808.326	1.575.324	767.321	1.545.558
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	3,95% Pré BOB/ 10,45% Pré UYU								
	EURIBOR + 1,61% / 0,95% SOFR TERM	70.562	59.548	1.471.327	910.508	1.541.889	970.056	1.478.631	976.326
Título de dívida - BOB	5,46% Pré BOB	67.985	33.479	359.157	332.233	427.142	365.712	342.502	325.873
Agência de fomento e/ou multilaterais	SOFR TERM+ 1,40%	26.493	17.380	900.532	716.331	927.025	733.711	901.196	733.711
Outros		3.386	2.666		2.323	3.386	4.989	3.387	4.990
		244.468	198.453	8.623.851	7.446.246	8.868.319	7.644.699	8.705.790	7.903.712
		347.245	271.983	14.159.049	11.875.376	14.506.294	12.147.359	14.199.422	12.422.258
Juros sobre empréstimos e financiamentos		196.023	186.155						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal)		151.222	85.828						
		347.245	271.983						

CDI – Certificado de Depósito Interbancário  
 IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo  
 FINAME – Fundo de Financiamentos para Aquisição de Máq. e Equip. Industriais  
 BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.  
 SOFR – Secured Overnight Financing Rate  
 EURIBOR – Euro Interbank Offered Rate  
 BRL – Reais

BOB – Boliviano  
 EUR – Euro  
 USD – Dólar estadunidense  
 TRY – Lira turca  
 CAD – Dólar canadense  
 CDOR – Canadian Dollar Offered Rate  
 UYU – Peso uruguaio

- (i) Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em SOFR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real.
- (ii) O valor justo dos títulos é o preço unitário no último dia de negociação na data final de emissão do relatório multiplicado pela quantidade emitida. Para os demais empréstimos e financiamentos, o valor justo é baseado no montante dos fluxos de caixa contratuais e a taxa de desconto utilizada é baseada na taxa de contratação de uma nova operação em condições semelhantes ou na falta desta, na curva futura de fluxo de cada obrigação.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Perfil de vencimentos**

Os saldos apresentados abaixo não conciliam com os saldos apresentados na Nota 19(b), considerando que não estão contemplados os custos de captação, ajuste de valor justo e ajustes de risco de crédito.

								Controladora
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2031	Total
<b>Moeda nacional</b>								
Debêntures	86.247	450.000		500.000	1.000.000	500.000	1.100.000	3.636.247
Debêntures CRI	7.703		156.229	156.229	156.229		878.380	1.354.770
Agência de fomentos - FINEP	110	2.114	6.342	6.342	6.342	6.342	23.785	51.377
	<u>94.060</u>	<u>452.114</u>	<u>162.571</u>	<u>662.571</u>	<u>1.162.571</u>	<u>506.342</u>	<u>2.002.165</u>	<u>5.042.394</u>
% amortizado por ano	1,87%	8,97%	3,22%	13,14%	23,06%	10,04%	39,71%	100,00%
<b>Moeda estrangeira</b>								
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962	3.330	309.615	99.077	396.307				808.329
Agência de fomento e/ou multilaterais	28.801	61.923	123.846	123.846	123.846	123.846	371.538	957.646
	<u>32.131</u>	<u>371.538</u>	<u>222.923</u>	<u>520.153</u>	<u>123.846</u>	<u>123.846</u>	<u>371.538</u>	<u>1.765.975</u>
% amortizado por ano	1,82%	21,04%	12,62%	29,45%	7,01%	7,01%	21,04%	100,00%
	<u>126.191</u>	<u>823.652</u>	<u>385.494</u>	<u>1.182.724</u>	<u>1.286.417</u>	<u>630.188</u>	<u>2.373.703</u>	<u>6.808.369</u>
% amortizado por ano	1,86%	12,10%	5,66%	17,37%	18,88%	9,26%	34,86%	100,00%

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	Total
<b>Moeda nacional</b>								
Debêntures	86.247	450.000		500.000	1.000.000	500.000	1.100.000	3.636.247
Debêntures CRI	11.669		236.711	236.711	236.711		1.330.880	2.052.682
BNB	11.129	12.976	17.190	17.182	17.212	9.970	23.785	109.444
Outros	15.003	17.562	18.416					50.981
	<u>124.048</u>	<u>480.538</u>	<u>272.317</u>	<u>753.893</u>	<u>1.253.923</u>	<u>509.970</u>	<u>2.454.665</u>	<u>5.849.354</u>
% amortizado por ano	2,12%	8,22%	4,66%	12,89%	21,44%	8,72%	41,96%	100,00%
<b>Moeda estrangeira</b>								
<i>Eurobonds</i> - USD	78.427						5.135.454	5.213.881
Título de dívida - BOB	67.985	75.612	132.321	75.612	75.612			427.142
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962	3.330	309.615	99.077	396.307				808.329
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	73.766	343.889	947.300	33.435	38.518	39.022	78.996	1.554.926
Agência de fomento e/ou multilaterais	28.801	61.923	123.846	123.846	123.846	123.846	371.538	957.646
Outros	3.386							3.386
	<u>255.695</u>	<u>791.039</u>	<u>1.302.544</u>	<u>629.200</u>	<u>237.976</u>	<u>162.868</u>	<u>5.585.988</u>	<u>8.965.310</u>
% amortizado por ano	2,85%	8,82%	14,53%	7,02%	2,65%	1,82%	62,31%	100,00%
	<u>379.743</u>	<u>1.271.577</u>	<u>1.574.861</u>	<u>1.383.093</u>	<u>1.491.899</u>	<u>672.838</u>	<u>8.040.653</u>	<u>14.814.664</u>
% amortizado por ano	2,56%	8,58%	10,63%	9,34%	10,07%	4,54%	54,27%	100,00%

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Movimentação**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício		5.830.308	4.787.430	12.147.359	11.173.587
Captações (i)		1.151.268	1.770.744	5.607.628	2.732.730
Variações cambiais		491.496	(144.680)	2.135.779	(584.800)
Correção monetária	29(b)	57.380	35.402	86.940	53.638
Provisão de juros	29(b)	510.234	439.251	988.057	819.023
Juros pagos		(472.289)	(441.484)	(962.857)	(821.285)
Apropriação dos custos de captações, líquida das adições		2.006	(26.438)	(12.557)	(28.370)
Ajuste a valor justo	29(b)	(95.710)	15.777	(148.359)	17.737
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo		6.467	7.409	9.700	9.687
Liquidações (ii)		(834.215)	(612.284)	(5.348.479)	(1.225.609)
(Ganho) perda na renegociação de dívidas, líquido das amortizações	29(b)		(819)	3.083	1.021
Saldo no final do exercício		6.646.945	5.830.308	14.506.294	12.147.359

Adicionalmente a emissão do Voto 2034 e liquidação do Voto 27 efetuadas pela St. Marys em 2024, como descrito na Nota 3.3, a Companhia realizou as seguintes principais captações e amortizações executadas no exercício de 2024:

**(i) 17ª emissão de debêntures simples não conversíveis da VCSA**

Em 12 de setembro de 2024, foi concluída a 17ª emissão de debêntures simples da VCSA, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em série única, no montante de R\$ 1.100.000, destinada exclusivamente a investidores profissionais. As debêntures possuem vencimento em 05 de setembro de 2031 e remuneração de CDI + 0,58% a.a.

**(ii) Amortização antecipada de empréstimo nos termos da Lei nº 4.131/1962**

Em setembro de 2024, a VCSA e sua controlada VCNNE liquidaram antecipadamente três empréstimos nos termos da Lei nº 4.131/1962 com vencimento original em 2026 e 2028 no montante total de USD 200.000 mil (R\$ 1.112.760). Os recursos utilizados foram provenientes em parte do caixa e da 17ª emissão de debêntures. Consequentemente, os *swaps* associados a estes empréstimos também foram liquidados.

**(e) Composição por moeda**

	Controladora					
	Circulante		Não Circulante		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Real	80.299	53.402	4.831.295	3.701.606	4.911.594	3.755.008
Dólar estadunidense	29.822	22.494	1.705.529	2.052.806	1.735.351	2.075.300
	110.121	75.896	6.536.824	5.754.412	6.646.945	5.830.308

	Consolidado					
	Circulante		Não Circulante		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Dólar estadunidense	104.367	102.759	7.350.674	6.201.182	7.455.041	6.303.941
Real	102.777	73.530	5.535.198	4.429.130	5.637.975	4.502.660
Euro	6.269	5.608	678.568	563.799	684.837	569.407
Boliviano	85.495	47.227	495.349	451.831	580.844	499.058
Dólar canadense	3.386	3.240		166.484	3.386	169.724
Pesos uruguaios		39.619	99.260	62.950	99.260	102.569
Liras turcas	44.951				44.951	
	347.245	271.983	14.159.049	11.875.376	14.506.294	12.147.359

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(f) Utilização das linhas de crédito disponíveis**

Linha de crédito	Empresas	Data de contratação	Vencimento	USD milhares		
				Montante contratado	Montante utilizado	Saldo disponível
<i>Global Revolving Credit Facility</i>	VCSA/VCI/VCEAA/St. Marys	set/21	set/26	250.000		250.000
<i>Committed Credit Facility</i>	VCI/VCEAA/St. Marys	jun/22	jun/27	300.000	(90.000)	210.000
				<u>550.000</u>	<u>(90.000)</u>	<u>460.000</u>

O montante utilizado em dólares americanos considera a conversão pela taxa de câmbio nas datas de saque para os valores sacados em dólares canadenses e, conseqüentemente, refletido no saldo disponível da *Committed Credit Facility*.

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a subsidiária St. Marys realizou novos saques nos montantes de CAD 76 milhões (R\$ 327 milhões) e USD 61 milhões (R\$ 378 milhões), aumentando o montante utilizado apresentado acima.

**(g) Garantias**

Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 2.074.213 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.645.802) do saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia estavam garantidos por avais de partes relacionadas (Nota 13(c)), enquanto R\$ 1.088.371 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.117.673) estavam garantidos por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária e hipoteca.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**20 Risco sacado a pagar**
**(a) Práticas contábeis**

A Companhia e suas controladas firmaram convênios junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo, a antecipação de seus recebíveis (“Programas de risco sacado”). Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das mercadorias para as instituições financeiras e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira, descontado por um deságio cobrado diretamente pelo banco no momento da cessão, que por sua vez, passa a ser credor da operação. Independente desses convênios com as instituições financeiras, as condições comerciais são sempre acordadas entre a Companhia e suas controladas e o fornecedor. Esses programas permitem aos fornecedores gerenciarem de forma mais eficiente a liquidez de seus recebíveis, como também contribuem para o ciclo de caixa operacional da Companhia.

A Companhia, como parte do curso normal dos seus negócios, também recebe de seus fornecedores, notificação de solicitação de cessão de crédito para instituições financeiras diversas, com o objetivo de antecipação de seus recebíveis (desconto de recebíveis). Quando notificada, a Companhia efetua o pagamento das duplicatas diretamente às instituições financeiras, nos exatos termos e condições acordados com o fornecedor. Esses casos, por não estarem contemplados em arcabouço contratual definido pelos programas de risco sacado, não são destacados nessa classificação contábil e são apresentados na linha de fornecedores.

Os programas de risco sacado não geram modificação substancial dos passivos originais com fornecedores e, dessa forma, os pagamentos desses títulos são apresentados como saídas de caixa dentro do grupo de atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa, equivalente ao contas a pagar com fornecedores. A Companhia também avaliou que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são irrelevantes para mensuração e divulgação.

Os programas de risco sacado são firmados sem garantias fornecidas pela Companhia.

**(b) Composição**

Operações de risco sacado	Prazo máximo	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023(i)
Fornecedor - mercado interno	Até 180 dias	244.556	205.190	327.697	293.910
Fornecedor - mercado externo	Até 180 dias			328.409	271.325
Fornecedor - mercado externo	Até 360 dias			909.840	994.545
		<u>244.556</u>	<u>205.190</u>	<u>1.565.946</u>	<u>1.559.780</u>

(i) O montante de R\$ 686.470 em 31 de dezembro de 2023, relacionados a programas de risco sacado no mercado externo foi reclassificado da linha de prazo máximo de pagamento de até 180 dias para a linha de até 360 dias, após revisão efetuada pela Companhia, mantendo consistência com a classificação deste programa no exercício corrente.

Dos valores apresentados acima, referentes a passivos por programas de risco sacado, as instituições financeiras tinham antecipado em 31 de dezembro de 2024 o montante de R\$ 1.376.236 no Consolidado (31 de dezembro de 2023 - R\$ 1.418.578) aos fornecedores. A totalidade do saldo da Controladora foi antecipado aos fornecedores pelas instituições financeiras.

Na variação dos saldos contábeis durante o exercício 2024 apresentados acima, não houve eventos materiais envolvendo transações não caixa, exceto pela variação cambial de passivos em moeda diferente da moeda funcional da respectiva entidade que representaram R\$ 249.515 (31 de dezembro de 2023 – (R\$ 93.682)).

Uma parte substancial dos programas é mantida com um número limitado de instituições financeiras com as que a Companhia mantém relacionamento.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Intervalo de prazos de pagamento**

A tabela a seguir apresenta a faixa de prazos de pagamento (em quantidade de dias) para os fornecedores com programas de risco sacado e para fornecedores comparáveis, sendo que os valores na faixa apresentam o menor prazo e o maior prazo de cada categoria de fornecedores.

	31 de dezembro de 2024	
	Fornecedores comparáveis	Risco sacado
Fornecedor - mercado interno	5-90	30-180
Fornecedor - mercado externo	15-120	30-360

**21 Imposto de renda e contribuição social a recolher e diferidos**
**(a) Práticas contábeis**

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e os demais impostos sobre o lucro, registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço dos países em que a Companhia atua e são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido.

Os impostos e contribuições sobre o lucro correntes, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados.

A Companhia reconhece também os impostos e contribuições diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A recuperabilidade dos impostos e contribuições diferidos é analisada periodicamente (Nota 5.5.3).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL**

A conciliação de imposto de renda e contribuição social das operações continuadas para os seus montantes correspondentes demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro, com base na legislação tributária vigente, é apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
				Reapresentado (Nota 5.6(a))
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	1.035.256	2.714.739	1.400.298	2.730.801
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(351.987)	(923.011)	(476.101)	(928.472)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	633.795	696.831	53.475	18.831
Doações e subvenções para investimentos		25.513		88.516
Incentivo fiscal	2.047	10.105	72.378	69.600
Impacto na tributação de empresas no exterior - diferencial de alíquota e outras			114.967	20.451
Reversão referente a não incidência de IR e CS sobre SELIC de indêbitos		(62.026)		(63.155)
Adição de lucros no exterior IN 1.520/2014	(50.774)	(29.073)	(50.774)	(29.073)
Despesa de IRRF			4.442	(48.545)
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de tributo diferido			3.884	(38.022)
Ajuste fiscal pela reavaliação de ativos - Hiperinflação			75.133	292.714
Amortização fiscal de ágio sem constituição de diferido de anos anteriores em ágio por expectativa de rentabilidade futura			10.225	9.474
Constituição de tributo diferido de prejuízo fiscal de exercícios anteriores (i)			79.179	363.074
Despesa com imposto Estadual			(73.916)	(79.447)
Acordo celebrado com o CADE	(371.545)		(371.545)	
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	1.367	622	13.572	23.015
IRPJ e CSLL apurados	(137.097)	(281.039)	(545.081)	(301.039)
Correntes	(15.453)	(68.258)	(274.838)	(335.386)
Diferidos	(121.644)	(212.781)	(270.243)	34.347
IRPJ e CSLL no resultado	(137.097)	(281.039)	(545.081)	(301.039)
Taxa efetiva - %	13,24	10,35	38,93	11,02

- (i) Em 2024, houve alterações na legislação do Imposto de Renda na Espanha, sendo as principais delas i. restrição de 70% para 25% do limite de compensação de prejuízo fiscal sobre a base tributável; ii. limitação da utilização de créditos decorrente de acordo internacional em 50% do imposto devido. Tais mudanças de posicionamento geraram uma aceleração do consumo de prejuízo fiscal, o que levou a Companhia a reconhecer imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal de R\$ 29.273 com base na expectativa de utilização dos créditos. Durante o período de 2024, a controlada St. Marys reavaliou seu estudo de lucro tributável projetado, o qual é efetuado anualmente e suporta o reconhecimento de imposto de renda diferido ativo sobre prejuízo fiscal e créditos fiscais, e como resultado dessa reavaliação reconheceu o montante adicional de R\$ 49.906. Em 2023, houve reconhecimento de imposto de renda diferido ativo no montante R\$ 363.074 relacionado as controladas St. Marys e Votorantim Cement EAA Inversiones S.L.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	21(b)	268.171	343.518	1.016.794	1.179.126
Créditos tributários sobre diferenças temporárias					
Crédito fiscal de investimento (ITC) (i)				243.839	176.921
Ajuste a valor de mercado e hiperinflação				240.218	196.101
Provisões judiciais		124.958	153.234	200.598	219.515
Diferimento da variação cambial - efeito no resultado		92.319		92.918	
Provisão para perdas de estoques		24.794	16.911	78.183	57.713
Provisão para encargos de energia		76.480	72.932	77.610	74.003
Provisão de participação no resultado, gratificações e dissídio		65.615	80.561	75.792	90.201
Obrigação com descomissionamento de ativos		36.476	28.453	75.153	37.389
Uso de bem público				59.438	63.839
Imposto mínimo de Ontário				50.100	38.247
Benefícios sociais				41.103	31.474
Instrumento financeiro - Compromisso firme				29.331	28.346
Provisões de obrigações previdenciárias				25.303	34.484
Impairment de ativos		15.766	18.232	19.050	18.572
Perda de crédito esperada		5.303	6.509	16.048	15.323
Deduções – Legislação em Marrocos e Espanha (benefício do governo)				14.853	12.786
Diferimento de perdas em contratos de derivativos			59.276	6.842	57.387
Outros créditos		36.237	26.781	150.218	103.700
Débitos tributários sobre diferenças temporárias					
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)		(762.244)	(756.271)	(2.542.353)	(2.207.059)
Amortização fiscal de ágio		(288.912)	(288.912)	(306.581)	(302.254)
Mais valia de ativos incorporados ao custo do imobilizado		(6.627)	(7.727)	(243.206)	(282.132)
Ajuste a valor justo - Empréstimos e financiamentos		(37.651)	(5.119)	(53.102)	(7.353)
Diferimento de ganhos em contratos de derivativos		(52.742)		(52.742)	
Juros capitalizados		(31.076)	(26.221)	(48.127)	(45.888)
Repactuação do risco hidrológico				(16.410)	(17.258)
Ajuste a valor presente		(3.846)	(3.990)	(12.924)	(8.453)
Diferimento da variação cambial - efeito no resultado			(36.733)		(38.347)
Outros débitos			(1.624)	(2.790)	(5.549)
Líquido		<u>(436.979)</u>	<u>(320.190)</u>	<u>(764.844)</u>	<u>(479.166)</u>
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica				<u>846.366</u>	<u>802.040</u>
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica		<u>(436.979)</u>	<u>(320.190)</u>	<u>(1.611.210)</u>	<u>(1.281.206)</u>

- (i) Os Créditos Fiscais de Investimento ("ITC") são incentivos fiscais do governo para estimular o investimento pelos contribuintes. Especificamente para a controlada St. Marys Cement Inc. (Canadá), há incentivos fiscais federais e provinciais para pesquisa científica e desenvolvimento experimental ("SR&ED"), os quais não são reembolsáveis e só podem ser deduzidos do lucro tributável.

**(d) Modelo de Regras Pilar 2 ("Regras Globe")**

A Companhia se enquadra no escopo das Regras *Globe*, conforme publicado pela OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que visa implementar uma tributação mínima efetiva de 15%. Nas jurisdições em que o Companhia opera, as Regras *Globe* já foram incorporadas em legislação promulgada por Luxemburgo, Turquia, Canadá e Espanha, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2024, impactando também as subsidiárias da Companhia localizadas em outros países, como Estados Unidos, Uruguai, Bolívia, Tunísia e Marrocos, pela aplicação das Regras de Inclusão de Rendimentos de atribuição das entidades investidoras.

A Companhia elaborou estudo sobre o impacto decorrente das Regras *Globe* e, com base na avaliação realizada com os resultados do período anual findo em 31 de dezembro de 2024 das entidades da Companhia, nenhuma se sujeitou ao *top-up tax* devido à elegibilidade a um dos 3 *safe harbour* transitórios prescritos nas referidas regras.

Em 27 de dezembro de 2024 foi sancionada a Lei nº 15.079 que instituiu o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, incorporando na legislação brasileira o Tributo Complementar Mínimo Doméstico Qualificado (*Qualified Domestic Minimum Top-Up Tax* - "QDMTT"), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Efeito dos impostos e contribuições diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Saldo no início do exercício		(320.190)	(97.073)	(479.166)	(532.396)
Efeito no resultado - operações continuadas		(121.644)	(212.781)	(270.243)	34.347
Efeito no resultado - operações descontinuadas					4.264
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	25(d)	4.855	812	5.882	896
Efeito de variação cambial em outros componentes do resultado abrangente				(71.324)	27.233
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - perdas atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria	25(d)			36	7.079
Realização do prejuízo fiscal e base negativa - Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 1/2023			(11.148)		(14.592)
Reclassificação para mantidos para venda				37.305	
Outros				12.666	(5.997)
Saldo no final do exercício		<u>(436.979)</u>	<u>(320.190)</u>	<u>(764.844)</u>	<u>(479.166)</u>

**(f) Realização dos impostos e contribuições diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL**

A recuperabilidade dos saldos de prejuízo fiscal é avaliada anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros da Companhia, sendo reconhecido o imposto diferido ativo somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal de base negativa sobre os quais a Companhia possui projeções de utilização dentro de um prazo condizente com as projeções operacionais da Administração, conforme abaixo:

	2024
	Consolidado
Até 12 meses	333.835
Após 12 meses	682.959
	<u>1.016.794</u>

**(g) Ativo fiscal diferido não reconhecido**

Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa e créditos fiscais de investimento (ITC), considerando que não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios, estão apresentados abaixo:

	Consolidado	
	2024	2023
Prejuízos fiscais não utilizados para os quais nenhum ativo fiscal diferido foi reconhecido	<u>3.894.474</u>	<u>2.986.411</u>
Potencial benefício fiscal - alíquota entre os países de 24,94% a 34,00%	<u>981.050</u>	<u>748.943</u>
Créditos de ITC para os quais nenhum ativo fiscal diferido foi reconhecido	<u>235.143</u>	<u>262.743</u>
Potencial benefício fiscal	<u>1.216.193</u>	<u>1.011.686</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(h) Base fiscal dos prejuízos fiscais e de base negativa**

Os saldos de base fiscal dos prejuízos fiscais e de base negativa para os quais a Companhia reconhece imposto diferido estão distribuídos conforme abaixo:

Exercício	Consolidado			
	Brasil	América do Norte	Europa e Ásia	Total
2024	824.866	1.530.233	1.338.312	3.693.411
2023	1.061.489	1.916.160	1.360.174	4.337.823

**(i) Realização dos saldos de IRPJ e da CSLL a recuperar**

Os saldos consolidados de longo prazo referem-se substancialmente a créditos de imposto sobre a renda pago no exterior, nos termos da Lei nº 12.973/2014, passível de dedução do imposto sobre a renda e contribuição social que forem devidos no Brasil sobre lucros auferidos pelas mesmas controladas em anos-calendário subsequentes, observados os limites legais. A expectativa atual da Companhia é compensar integralmente o saldo de crédito de imposto sobre a renda pago no exterior, registrado em 31 de dezembro de 2024, até o ano de 2029.

**22 Provisões e depósitos judiciais**
**(a) Práticas contábeis**
**(i) Provisões de ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental**

A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais.

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) seja provável a necessidade uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões cíveis, tributárias e ambientais são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, sendo essas variações reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

A provisão trabalhista é realizada inicialmente com base no valor histórico médio de liquidação dos processos, sendo a média determinada separadamente por negócio e por: (i) processos próprios; e (ii) processos de terceiros em que a Companhia tem responsabilidade solidária e / ou subsidiária.

Para processos de funcionários próprios com perda provável acima de R\$ 1.000, as provisões são mensuradas baseadas em uma avaliação individual do risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação.

Adicionalmente, processos que entrarem na fase de execução, terão sua provisão atualizada para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), para funcionários próprios e / ou terceiros insolventes.

**(ii) Obrigações com descomissionamento de ativos (Asset Retirement Obligation – “ARO”)**

A mensuração das obrigações com descomissionamento de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar / recuperar o meio ambiente para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade, ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem, principalmente, de custos associados com o encerramento das atividades. Por serem obrigações de longo prazo são ajustadas a valor presente. O custo com descomissionamento de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito minerário, que é amortizado ao longo de sua vida útil. As políticas contábeis referentes à contrapartida ativa da obrigação com descomissionamento de ativos, estão apresentadas na Nota 17(a)(vi).

A taxa de juros utilizada para trazer as obrigações com descomissionamento de ativos a valor presente é estimada através da taxa livre de risco do mercado americano (*Treasury USA 30y Yield*) adicionando o risco país e diferencial de inflação. O valor da provisão aumenta progressivamente ao longo do tempo à medida que o efeito do desconto a valor presente é desfeito, resultando em uma despesa reconhecida no resultado financeiro.

O passivo constituído é atualizado por meio de revisões anuais que incluem:

- revisão da vida útil das minas conforme as reservas estimadas;
- revisão da estimativa de recuperação de minas que tiveram atualização de planos de fechamento;
- revisão da taxa de desconto.

Mudanças na estimativa de fechamento são adicionadas ou deduzidas do ativo relacionado, até o limite do saldo residual do ativo, e amortizadas em uma base prospectiva ao longo da vida útil remanescente. O montante da mudança da estimativa que exceder o limite do saldo residual do ativo é reconhecido no resultado do exercício na rubrica de “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas”.

O cronograma esperado das saídas de caixa associadas ao processo de restauração e recuperação varia no intervalo de 2 a 50 anos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição e movimentação**

	Controladora					
	2024					
	Processos judiciais					
	ARO e termos de compromisso (i)	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo no início do exercício	184.986	302.729	208.542	54.142	4.786	755.185
Adições	691	20.848	25.019	43.530	118	90.206
Reversões		(70.376)	(115.971)	(33.164)	(1.162)	(220.673)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		19.347	4.226	5.767	(16)	29.324
Liquidações com depósitos judiciais			(8)	(1.664)		(1.672)
Liquidações com efeito caixa	(3.173)	(12.905)	(20.021)	(22.831)		(58.930)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - ativo	24.499					24.499
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	85					85
Ajuste a valor presente	14.773					14.773
Atualização monetária, líquida das reversões		59.735	28.623	17.024	286	105.668
Saldo no final do exercício	<u>221.861</u>	<u>319.378</u>	<u>130.410</u>	<u>62.804</u>	<u>4.012</u>	<u>738.465</u>
Provisões	221.861	416.743	135.493	92.498	4.603	871.198
Depósitos judiciais		(97.365)	(5.083)	(29.694)	(591)	(132.733)
Saldo no final do exercício	<u>221.861</u>	<u>319.378</u>	<u>130.410</u>	<u>62.804</u>	<u>4.012</u>	<u>738.465</u>
Não circulante	<u>221.861</u>	<u>319.378</u>	<u>130.410</u>	<u>62.804</u>	<u>4.012</u>	<u>738.465</u>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora					
	2023					
	Processos judiciais					
	ARO e termos de compromisso (i)	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo no início do exercício	204.903	334.117	192.418	66.199	3.680	801.317
Adições	627	7.294	21.344	34.292	1.124	64.681
Reversões		(10.723)	(12.693)	(19.076)	(264)	(42.756)
Baixas	(11.859)					(11.859)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		(3.394)	904	19.242	(15)	16.737
Liquidações com depósitos judiciais		(4.392)	(1.694)	(11.791)		(17.877)
Liquidações com efeito caixa	(5.704)	(3.759)	(5.433)	(22.892)	(655)	(38.443)
Liquidação com prejuízo fiscal e base negativa - Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 1/2023		(5.558)				(5.558)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(10.591)					(10.591)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - ativo	(6.601)					(6.601)
Ajuste a valor presente	14.211					14.211
Atualização monetária, líquida das reversões		(10.856)	13.696	(11.832)	916	(8.076)
Saldo no final do exercício	<u>184.986</u>	<u>302.729</u>	<u>208.542</u>	<u>54.142</u>	<u>4.786</u>	<u>755.185</u>
Provisões	184.986	419.441	217.851	89.603	5.361	917.242
Depósitos judiciais		(116.712)	(9.309)	(35.461)	(575)	(162.057)
Saldo no final do exercício	<u>184.986</u>	<u>302.729</u>	<u>208.542</u>	<u>54.142</u>	<u>4.786</u>	<u>755.185</u>
Não circulante	<u>184.986</u>	<u>302.729</u>	<u>208.542</u>	<u>54.142</u>	<u>4.786</u>	<u>755.185</u>

(i) "ARO" - *Asset Retirement Obligation* (Obrigações de descomissionamento de ativos) e termos de compromisso.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	2024					
	Processos judiciais					
	ARO e termos de compromisso (i)	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo no início do exercício	422.023	505.316	234.804	73.374	11.318	1.246.835
Adições	2.163	28.189	27.724	57.374	218	115.668
Reversões	(41)	(104.425)	(126.808)	(39.507)	(1.176)	(271.957)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		17.892	4.127	5.575	(16)	27.578
Liquidações com depósitos judiciais			(8)	(2.035)		(2.043)
Liquidações com efeito caixa	(48.443)	(38.338)	(24.349)	(37.251)	(30)	(148.411)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(18.667)					(18.667)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - ativo	74.334					74.334
Ajuste a valor presente	32.291					32.291
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(3.079)					(3.079)
Variações cambiais	51.799	3.096	650	86		55.631
Atualização monetária, líquida das reversões	(9.788)	83.004	32.320	22.384	894	128.814
Saldo no final do exercício	<u>502.592</u>	<u>494.734</u>	<u>148.460</u>	<u>80.000</u>	<u>11.208</u>	<u>1.236.994</u>
Provisões	502.592	617.149	155.557	117.157	11.799	1.404.254
Depósitos judiciais		(122.415)	(7.097)	(37.157)	(591)	(167.260)
Saldo no final do exercício	<u>502.592</u>	<u>494.734</u>	<u>148.460</u>	<u>80.000</u>	<u>11.208</u>	<u>1.236.994</u>
Não circulante	<u>502.592</u>	<u>494.734</u>	<u>148.460</u>	<u>80.000</u>	<u>11.208</u>	<u>1.236.994</u>

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado					
	2023					
	ARO e termos de compromisso (i)	Processos judiciais				Total
		Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	
Saldo no início do exercício	555.883	535.927	217.866	78.746	9.113	1.397.535
Adições	14.062	19.869	28.187	45.916	2.793	110.827
Reversões		(22.460)	(17.089)	(24.398)	(323)	(64.270)
Baixas	(11.863)					(11.863)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		(3.323)	781	24.590	(15)	22.033
Liquidações com depósitos judiciais		(8.653)	(1.741)	(13.124)		(23.518)
Liquidações com efeito caixa	(44.692)	(16.550)	(9.108)	(26.767)	(2.310)	(99.427)
Liquidação com prejuízo fiscal e base negativa - Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 1/2023		(6.491)				(6.491)
Ajuste a valor presente	33.473					33.473
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(90.391)					(90.391)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - ativo	(14.868)					(14.868)
Atualização monetária, líquida das reversões	(2.189)	8.176	16.168	(11.565)	2.060	12.650
Variações cambiais	(17.392)	(1.179)	(260)	(24)		(18.855)
Saldo no final do exercício	<u>422.023</u>	<u>505.316</u>	<u>234.804</u>	<u>73.374</u>	<u>11.318</u>	<u>1.246.835</u>
Provisões	422.023	645.623	246.028	116.106	11.893	1.441.673
Depósitos judiciais		(140.307)	(11.224)	(42.732)	(575)	(194.838)
Saldo no final do exercício	<u>422.023</u>	<u>505.316</u>	<u>234.804</u>	<u>73.374</u>	<u>11.318</u>	<u>1.246.835</u>
Não circulante	<u>422.023</u>	<u>505.316</u>	<u>234.804</u>	<u>73.374</u>	<u>11.318</u>	<u>1.246.835</u>

(i) "ARO" - *Asset Retirement Obligation* (Obrigações de descomissionamento de ativos) e termos de compromisso.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(c) Comentários sobre as provisões com probabilidade de perda provável****(i) Provisões tributárias**

Refere-se, principalmente, à discussão sobre a legalidade do recolhimento de tributos federais, estaduais e municipais. As principais ações tributárias consistem na cobrança de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e IRPJ e CSLL (Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido).

**a. Compensação financeira pela Exploração de Recursos Minerais (“CFEM”)**

A Companhia possui diversas autuações lavradas pela Agência Nacional de Mineração - “ANM” por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2016. Em 31 de dezembro de 2024, o valor em contingência dessas ações totaliza o montante de R\$ 481.242 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 601.950). A Companhia entende que R\$ 151.415 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 143.327) é o montante de perda provável, o qual está devidamente provisionado e R\$ 329.827 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 458.624) é o montante consolidado de perda possível. Atualmente, os processos encontram-se na fase administrativa ou judicial.

**b. Exclusão do ICMS e ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS**

A Companhia ajuizou medidas judiciais visando afastar a incidência do ICMS e do ISSQN da base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo que atualmente apenas as ações que discutem a exclusão do ISSQN encontram-se ativas e com depósito judicial. Em 31 de dezembro de 2024, os depósitos totalizam o montante de R\$ 5.705 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 5.446), o qual está provisionado.

**(ii) Provisões cíveis**

Refere-se, principalmente, à discussão sobre processos cíveis de natureza administrativa e judicial. Referidas contingências são originárias de processos com distintas naturezas jurídicas, ressaltando-se ações de indenização por dano material e dano moral, ações de cobranças, execuções e pedidos administrativos.

**(iii) Provisões ambientais**

A Companhia está sujeita a leis e regulamentos nos diversos países em que opera. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos voltados ao cumprimento das normas ambientais aplicáveis.

A Companhia conduz regularmente verificações para identificar riscos legais ambientais de modo a garantir que os sistemas em funcionamento sejam adequados para gerenciar esses riscos.

Ademais, o contencioso ambiental judicial da Companhia é formado, primordialmente, por ações civis públicas com a finalidade de apurar responsabilidades ambientais na condução das atividades da Companhia, inclusive questões envolvendo o licenciamento ambiental de unidades fabris, autos de infração lavrados por órgãos ambientais competentes, bem como ações de indenização por alegado danos decorrentes de supostos impactos ambientais advindos das atividades da Companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis**

A Companhia tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

Natureza	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Cíveis</b>				
Processo Administrativo (PA) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Ação Anulatória (i)		2.394.326		2.394.326
Ações Cíveis Públicas (ACPs) – decorrentes do PA (ii)	6.925.628	6.532.017	6.925.628	6.532.017
Demais processos	461.066	457.303	716.124	729.023
	<u>7.386.694</u>	<u>9.383.646</u>	<u>7.641.752</u>	<u>9.655.366</u>
<b>Tributários</b>				
Autos de infração – IRPJ / CSLL (iii)	1.831.334	1.938.368	1.831.334	1.938.368
PIS/COFINS - Glosa de créditos referente a tese de exclusão do ICMS da base de cálculo (iv)	247.800	478.911	387.659	478.911
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Nota 22(c)(i)(a))	272.443	265.821	329.827	458.624
IRPJ e CSLL – Lucros no exterior (v)	176.423	177.756	176.423	177.756
Demais processos	2.120.767	1.885.390	3.117.964	3.064.550
	<u>4.648.767</u>	<u>4.746.246</u>	<u>5.843.207</u>	<u>6.118.209</u>
<b>Ambientais</b>				
	18.565	24.269	46.054	49.011
	<u>12.054.026</u>	<u>14.154.161</u>	<u>13.531.013</u>	<u>15.822.586</u>

**(i) Processo Administrativo (“PA”) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e Ação Anulatória**

Em 2006, a Secretaria de Direito Econômico (“SDE”) iniciou investigação que culminou com a instauração de um PA contra diversas empresas do setor de cimento do Brasil, dentre elas a Companhia, baseado em supostas práticas anticoncorrenciais, incluindo a formação de cartel com outras cimenteiras para fixação de preços e quantidades de produtos. Em janeiro de 2011 foi emitida Nota Técnica pela SDE e após finalizada a fase de instrução, em julho de 2015, o CADE chegou aos termos finais da sua decisão, determinando as seguintes sanções, entre outras, à Companhia: (1) pagamento de aproximadamente R\$ 1.563.781 (20% sobre o faturamento anual bruto em 2016, com base na Lei nº 12.529/11); (2) diversas penas estruturais, em resumo: (2.i) venda de todas as suas participações societárias em outras cimenteiras e empresas de concreto no Brasil, (2.ii) venda de 20% de sua capacidade instalada de serviços de concretagem no Brasil, nos mercados relevantes em que a Companhia possui mais de uma concreteira e (2.iii) venda de um ativo específico de cimento, que, na opinião do CADE, estava diretamente relacionado ao suposta prática anticoncorrencial; (3) outras penas que, em resumo, incluem: (3.i) a proibição de realização de atos de concentração pelo prazo de 5 (cinco) anos nos mercados de cimento (entre as empresas condenadas) e de concreto (qualquer ato) e de associação (entre as empresas condenadas) para projetos *greenfield* nos setores de cimento, escória e concreto; (3.ii) a proibição de contratação com instituições financeiras oficiais no caso de linhas de crédito subsidiadas por programas ou recursos públicos; (3.iii) recomendação à Receita Federal para que não sejam concedidos parcelamentos de tributos federais ou que sejam cancelados, no todo ou em parte, os incentivos fiscais ou subsídios públicos já concedidos.

Em outubro de 2015, a Companhia ajuizou uma ação ordinária para anular (Ação Anulatória) a decisão no âmbito do PA ou, ao menos, reduzir as penalidades aplicadas. Ao final de novembro de 2015, foi concedida liminar para suspender os efeitos da decisão no PA, impedindo o CADE de exigir o cumprimento das obrigações até o julgamento do mérito da Ação Anulatória. O CADE foi citado e apresentou sua defesa, ao passo que a Companhia apresentou sua réplica em novembro de 2016. Foi deferida prova pericial econômica e, em maio de 2021, o laudo do perito judicial foi apresentado. As partes apresentaram sua manifestação e parecer técnico em relação ao laudo pericial em novembro de 2021. Em 30 de maio de 2023, foi realizada audiência de instrução, no entanto, aguardava-se o complemento do laudo pericial, conforme determinado em audiência.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em dezembro de 2024, a Companhia celebrou com o CADE acordo para encerrar todos os processos administrativos e judiciais envolvendo a Companhia. No acordo, foram endereçadas as obrigações não pecuniárias previstas nos acórdãos do CADE, que por sua vez, comprometeu-se abster de adotar quaisquer medidas, judiciais ou não, para exigir a execução dessas obrigações. Além disso, no que se refere às sanções pecuniárias, a Companhia aderiu ao Programa Desemrola Agências Reguladoras (art. 22 da Lei nº 14.973, de 16 de setembro de 2024) para quitar valores relacionados aos referidos processos. Com a adesão ao Programa, a Companhia obteve um desconto de 65% dos valores originalmente cobrados, de acordo com as regras do programa, que resultou num pagamento de R\$ 1.092.780, registrada na rubrica “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas” no resultado (Nota 28).

A Companhia não reconheceu a prática de qualquer ilícito ou a participação em qualquer conduta anticompetitiva.

Na data de autorização dessas demonstrações financeiras anuais, o acordo firmado entre as partes encontra-se em fase de homologação judicial.

**(ii) Ações Cíveis Públicas (“ACPs”) decorrentes do PA****a. ACP do Ministério Público Estadual do Rio Grande do Norte (ACP-MPE/RN)**

Em janeiro de 2012, o Ministério Público Estadual do Rio Grande do Norte (MPE/RN) ajuizou uma ACP contra a Companhia, outras 5 (cinco) cimenteiras e entidades representantes da indústria de cimento e concreto, por suposta violação à lei concorrencial brasileira, com base na Nota Técnica da SDE de 2011, acima referida.

O MPE/RN fez os seguintes pedidos genéricos: (1) danos morais coletivos de R\$ 5.600.000 (corrigidos até janeiro de 2012), com solidariedade entre as demandadas, para o Fundo Nacional de Direitos Difusos; (2) dano patrimonial individual homogêneo aos consumidores equivalentes a 10% dos montantes pagos por cimento ou concreto adquiridos pelos consumidores das marcas negociadas pelos demandados entre 2002 e 2006, para liquidação e cobrança individual por cada consumidor; (3) multa de 1% a 30% das receitas brutas do seu último exercício, não inferior às vantagens supostamente auferidas (art. 23, I, Lei nº 8.884/1994); e (4) outros pedidos, dentre eles: (4.i) proibição, por um período de pelo menos 5 (cinco) anos, de obtenção de financiamentos de instituições financeiras governamentais ou da participação em processos de licitação dos governos federal, estadual ou municipal, entidades ou agências governamentais; e (4.ii) determinação para não concessão de parcelamento de tributos federais e cancelamento de incentivos fiscais ou subsídios públicos.

Em agosto de 2018, as preliminares arguidas pelas demandadas foram rejeitadas, tendo os embargos de declaração opostos contra essa decisão julgados em setembro de 2021, confirmando-se tal rejeição. Foi ainda determinada produção de perícia, estabelecendo-se que o ônus da prova do dano é do MPE/RN. Não houve ainda indicação de perito judicial.

Em outubro de 2022, foi proferida decisão pelo juízo do Rio Grande do Norte, reconhecendo a existência de continência entre a ACP-MPE/RN e a ACP-MPF/SP (descrita no item abaixo), a fim de que as ações sejam reunidas no juízo de São Paulo, responsável pelo julgamento da ACP-MPF/SP. Contra essa decisão, foram interpostos recursos pela Companhia, que não tiveram êxito; atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos de outras corréis contra a mesma decisão. Após o julgamento desses recursos das demais partes, e em se confirmando a continência, o processo será direcionado para o juízo de São Paulo para continuar a sua tramitação; caso os recursos sejam providos e seja mantida a competência do juízo do Rio Grande do Norte, a instrução probatória seguirá o seu curso neste juízo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**b. Ação Civil Pública do Ministério Público Federal de São Paulo (ACP-MPF/SP)**

De forma aparentemente similar, também com base no PA, em outubro de 2021, o Ministério Público Federal de São Paulo (MPF/SP) ajuizou ACP contra todas as pessoas e entidades condenadas no PA, alegando violação à lei concorrencial brasileira, como resultado de suposta formação de cartel.

O MPF/SP fez, dentre outros, os seguintes pedidos na ACP-MPF/SP: (1) medida liminar para proibir alteração do quadro societário das empresas demandadas (e suas subsidiárias ou coligadas); (2) dano econômico-financeiro com solidariedade entre as Pessoas Demandadas: (i) pedido principal total de R\$ 28,92 bilhões (corrigido até janeiro de 2014) com base num suposto sobrepreço de 20% entre 1987 e 2007 (sendo 49,78% alocado para Companhia); e (ii) pedido subsidiário total de R\$ 7,78 bilhões (corrigido até junho de 2021) com base num suposto sobrepreço de 2,7% entre 1994 e 2004 (49,78% alocado à Companhia); (3) dano moral de R\$ 10 bilhões corrigido até a outubro de 2021 (49,78% alocado à Companhia); (4) depósito do valor de condenação; (5) reconhecimento dos efeitos para futuras indenizações individuais; (6) proibição de contratação com instituições financeiras oficiais; e (7) não parcelamento de tributos ou cancelamento no todo ou em parte de incentivos e subsídios.

O pedido de medida liminar (item (1) acima) foi negado pelo juízo em primeiro grau em novembro de 2021. A Companhia foi citada e apresentou a sua defesa no prazo legal. Em função da propositura da ACP-MPF/SP e da similaridade entre os pedidos das ACPs, inclusive de mesma natureza, a Companhia revisou os valores de expectativas de perda possíveis das ACPs, como um todo, e ainda de cada um dos pedidos feitos nessas ACPs para avaliação dos valores incluídos na rubrica de contingência possível. Nesse sentido, a Companhia calculou de forma consolidada o montante de reporte de contingência possível para ambas as ACPs, com base nas seguintes premissas: (a) avaliação com base nos valores (de danos morais e patrimoniais) indicados pelos ministérios públicos, o que não significa que a Companhia concorde com esses valores; (b) dada as similaridades de pedidos, os valores dos pedidos de mesma natureza não são duplicados; (c) os cálculos representam as melhores estimativas, neste momento, com base nos dados disponíveis (internos e públicos), no andamento processual, na jurisprudência atual e na avaliação de seus assessores legais, inclusive em relação a pedidos que são, neste momento, ilíquidos, inestimáveis ou sem impacto material para a Companhia; (d) por fim, a Companhia utilizou diversas premissas para estimativa dos valores e percentuais dos pedidos alocados à ela, entretanto a Companhia não pode garantir que tais premissas irão prevalecer, inclusive considerando o atual estágio dos processos e inclusive os pedidos de solidariedade feitos pelos ministérios públicos, conforme descritos acima, estimando o montante atualizado da contingência possível para ambas as ACPs em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 6.925.628 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 6.825.140). Essa estimativa não representa qualquer concordância da Companhia com os pedidos feitos pelos MPs, mas mera estimativa para fins de reporte de contingência possível. A Companhia classificou a probabilidade de perda das ACPs como possível e, portanto, não há valores provisionados.

**(iii) Autos de infração – IRPJ / CSLL****a. Despesas operacionais**

Em dezembro de 2016, a Companhia e suas investidas foram autuadas pela Receita Federal do Brasil no valor histórico de R\$ 470.306 exigindo a cobrança de IRPJ e CSLL relativos ao período de 2011, em função de suposta dedução indevida de despesas e custos operacionais. Em janeiro de 2018, a Companhia tomou ciência da decisão de primeira instância da Delegacia Especial da Receita Federal, que julgou parcialmente procedente a impugnação reduzindo aproximadamente R\$ 114.000 do auto. Em dezembro de 2018, foi julgado desfavoravelmente o Recurso de Ofício da PGFN e o Recurso Voluntário foi julgado parcialmente procedente para a Companhia. A PGFN interpôs Recurso Especial que foi parcialmente admitido, logo após, a Companhia apresentou Contrarrazões ao Recurso Especial da PGFN, bem como apresentou Recurso Especial contra a parte julgada de forma desfavorável pelo CARF. No momento a Companhia aguarda o julgamento dos Recursos Especiais pela Câmara Superior do CARF. Em julho de 2024 o Recurso Especial da Companhia foi parcialmente provido, levando a uma redução do valor autuado e extinção de parte do valor objeto da autuação.

Em novembro de 2024 foi expedida intimação do resultado de julgamento, que levou a Companhia a ajuizar ação cautelar objetivando suspender a exigibilidade do débito remanescente (classificada como

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

"não gera contingência") até o efetivo ajuizamento da respectiva execução fiscal. Em 31 de dezembro de 2024, o montante atualizado da contingência é de R\$ 116.098 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 671.699), sendo que R\$ 78.314 está avaliado como provável e possui provisão constituída, o montante de R\$ 37.754 está avaliado como possível e o restante que foi desonerado totaliza a quantia de R\$ 329.040.

**b. Swap de ativos**

Em dezembro de 2017, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no montante de R\$ 1.294.680, por suposta ausência de recolhimento ou pagamento a menor de IRPJ e CSLL relativos ao período entre 2012 e 2013, em função de: (i) ganho de capital supostamente obtido em decorrência de permuta realizada pela Companhia; e (ii) amortização de ágio supostamente incorreta. Em outubro de 2018, a Companhia tomou conhecimento da decisão de primeira instância, que julgou desfavorável a impugnação. No momento aguarda o julgamento do Recurso Voluntário pelo CARF. Recurso voluntário foi julgado desfavoravelmente a Companhia. Aguarda-se intimação das partes sobre o resultado do julgamento. Em 31 de dezembro de 2024, o montante atualizado em contingência é de R\$ 1.815.202 (31 de dezembro de 2023 – R\$ 1.712.653). A Companhia, com o apoio dos seus assessores jurídicos, assumiu à época a posição fiscal incerta de considerar os valores objeto da autuação na determinação da apuração de seus impostos sobre o lucro.

**(iv) PIS/COFINS – Glosa de créditos referente a tese da exclusão do ICMS da base de cálculo**

A Receita Federal do Brasil emitiu 02 (dois) despachos decisórios contra a controlada VCNNE, os quais somados compreendem o montante atualizado de R\$ 139.859 em 31 de dezembro de 2024, decorrentes do não reconhecimento de créditos compensados referentes ao julgamento favorável da tese da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. O mérito dos 2 (dois) despachos decisórios é classificado como perda "possível" pelos assessores legais da Companhia.

Com relação a esses 02 (dois) processos, 01 (um) deles aguarda o julgamento da Manifestação de Inconformidade apresentado pela Companhia e o outro a Manifestação de Inconformidade apresentada pela Companhia foi julgada parcialmente favorável, para determinar a remessa do processo à origem para prolação de um novo despacho decisório.

A VCSA também recebeu em 2024 um despacho decisório no montante atualizado de R\$ 520.576 (31 de dezembro de 2023 - R\$ 478.911), referente ao não reconhecimento da compensação de créditos oriundos da tese da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. Esse caso era reportado como perda "possível", mas a Companhia foi intimada em 31/01/2025 do provimento do Recurso Voluntário pelo CARF, que reconheceu o direito e determinou a apuração da suficiência do crédito pela Delegacia da Receita Federal. Portanto, esse caso passará a ser reportado como perda "remota" até novo evento processual relevante.

Além dos 03 (três) processos administrativos acima destacados, a VCSA também discute a glosa parcial de créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS em 04 (quatro) processos de Execução Fiscal, os quais totalizam um montante atualizado de R\$ 247.800 em 31 de dezembro de 2024, também classificado como perda "possível" pelos assessores legais da Companhia e divulgados como passivos contingentes a partir de 2024. Desses processos, 03 (três) aguardam os julgamentos dos Embargos à Execução apresentados pela Companhia e 01 (um) aguarda a abertura de prazo para a oposição dos Embargos à Execução Fiscal.

**(v) IRPJ e CSLL – Lucros no exterior**

Em dezembro de 2020, a Companhia recebeu dois autos de infração da Receita Federal do Brasil, no montante de R\$ 184.550, por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL sobre lucros auferidos no exterior no ano calendário de 2015, por meio de suas controladas e coligadas. A Companhia apresentou impugnação e no momento aguarda o julgamento desta. Proferida decisão de primeira instancia totalmente favorável em um dos casos, de modo que o valor referente a este foi integralmente reclassificado para "remoto". Quanto ao outro débito, foi proferida decisão parcialmente favorável, que ainda não foi publicada, de modo que o caso permanece inteiramente classificado como "possível". Em 31 de dezembro de 2024, o montante atualizado da contingência é de R\$ 176.423.

**23 Uso de bem público****(a) Práticas contábeis**

O uso de bem público é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A prática contábil para o reconhecimento do ativo intangível está descrita na Nota 17(a)(iv).

**(b) Composição**

A Companhia possui um contrato de concessão do setor de energia elétrica para a operação de uma planta hidroelétrica (Pedra do Cavalo), o qual permite que a Companhia seja autoprodutor. A planta é localizada no rio Paraguaçu, no estado da Bahia, e tem uma capacidade total instalada de 160 MW e uma garantia física de 60 MW. Esse contrato prevê pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM para uso de bem público com prazo de duração até abril de 2044 (42 anos), e o valor da obrigação está demonstrado a seguir:

Usina	Investidora	Participação	Data início da concessão	Data fim da concessão	Data início do pagamento	Consolidado			
						2024		2023	
						Ativo concessão	Passivo	Ativo concessão	Passivo
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100%	mar/02	abr/44	abr/06				
Circulante							55.009		53.947
Não circulante						130.346	584.054	137.088	589.400
						130.346	639.063	137.088	643.347

**24 Benefícios pós-emprego****(a) Práticas contábeis****(i) Obrigações de aposentadoria**

A Companhia participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida.

O passivo com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação ou direito de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo. Ganhos e perdas, também chamados de "Remensurações", decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em "Outros componentes do resultado abrangente", e não serão reclassificadas para o resultado no exercício em que são realizadas.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

**(ii) Assistência médica (pós aposentadoria)**

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. A obrigação de benefício de assistência médica é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação deste benefício é determinado pela estimativa de saída futura de caixa.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em "Outros componentes do resultado abrangente", que não serão reclassificadas para o resultado no exercício em que são realizadas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição**

A tabela a seguir demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira da Companhia.

A Companhia realiza a compensação, para os planos de benefício definido, das obrigações de cada plano com seus respectivos ativos. Os saldos são apresentados líquidos no ativo, para os planos superavitários, e líquidos no passivo, para os planos deficitários.

	Consolidado	
	2024	2023
Direito registrado no balanço patrimonial		
Planos de pensão superavitários	93.410	82.762
Ativo registrado no balanço patrimonial	93.410	82.762
Obrigações registradas no balanço patrimonial		
Planos de pensão deficitários	67.792	71.031
Benefícios de saúde pós-emprego	184.468	194.680
Passivo registrado no balanço patrimonial	252.260	265.711
Despesas reconhecidas no resultado do exercício		
Plano de pensão de benefício definido	1.801	8.604
Benefícios de saúde pós-emprego	14.540	14.018
	16.341	22.622
Remensurações reconhecidas no resultado abrangente		
Plano de pensão - valor bruto	(3.349)	(18.356)
Benefícios de saúde pós-emprego	8.100	(10.317)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.441	6.505
Plano de pensão - valor líquido	7.192	(22.168)

**(c) Plano de contribuição definida**

A VCSA e a controlada VCNNE patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes ("FUNSEJEM"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,50% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6,00% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM, estas contribuições voluntárias não exigem nenhum pagamento adicional da Companhia.

As contribuições realizadas pela Companhia, são registradas no resultado do exercício em que são devidas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Plano de benefício definido e assistência médica pós-aposentadoria**

A Companhia possui planos de benefícios previdenciários definidos que seguem padrões regulatórios similares. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado “pró rata”, tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados.

A Companhia opera planos de benefícios de saúde pós-emprego através de sua controlada na América do Norte. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes àquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada.

Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir por região:

					<b>2024</b>
	<b>Brasil</b>	<b>Europa</b>	<b>América do Norte</b>	<b>América Latina</b>	<b>Total</b>
Valor presente de obrigações financiadas	39.556		629.331		668.887
Valor justo de ativos do plano	(51.021)		(722.740)		(773.761)
(Déficit) superávit de planos financiados	(11.465)		(93.409)		(104.874)
Valor presente de obrigações não financiadas		14.642	233.813	3.804	252.259
(Déficit) superávit total de planos de benefícios previdenciários	(11.465)	14.642	140.404	3.804	147.385
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	11.465				11.465
Passivo líquido do ativo		14.642	140.404	3.804	158.850

					<b>2023</b>
	<b>Brasil</b>	<b>Europa</b>	<b>América do Norte</b>	<b>América Latina</b>	<b>Total</b>
Valor presente de obrigações financiadas	42.286	1.996	537.492		581.774
Valor justo de ativos do plano	(73.716)	(1.862)	(618.123)		(693.701)
(Déficit) superávit de planos financiados	(31.430)	134	(80.631)		(111.927)
Valor presente de obrigações não financiadas		67.855	193.957	3.765	265.577
(Déficit) superávit total de planos de benefícios previdenciários	(31.430)	67.989	113.326	3.765	153.650
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	29.299				29.299
Passivo líquido do ativo	(2.131)	67.989	113.326	3.765	182.949

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(e) Movimentação**

A movimentação da obrigação do benefício definido/benefícios de saúde pós emprego e do valor justo dos ativos dos planos durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos / limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2024	847.351	(693.701)	153.650	29.299	182.949
Custo do serviço corrente	8.581		8.581		8.581
Despesa (receita) financeira	46.980	(39.186)	7.794	2.878	10.672
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	(2.912)		(2.912)		(2.912)
	52.649	(39.186)	13.463	2.878	16.341
<b>Remensurações</b>					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(1.530)	(1.530)		(1.530)
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	16.614		16.614		16.614
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	1.211		1.211		1.211
Ganhos decorrentes da experiência	(4.060)		(4.060)		(4.060)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como receita financeira				(20.712)	(20.712)
	13.765	(1.530)	12.235	(20.712)	(8.477)
Variações cambiais	154.617	(115.219)	39.398		39.398
Contribuições do empregador		8.146	8.146		8.146
Pagamento dos planos - benefícios	(79.512)	67.729	(11.783)		(11.783)
Operações descontinuadas	(67.724)		(67.724)		(67.724)
Em 31 de dezembro de 2024	921.146	(773.761)	147.385	11.465	158.850

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos / limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2023	849.062	(731.603)	117.459	31.217	148.676
Custo do serviço corrente	11.508		11.508		11.508
Despesa (receita) financeira	43.093	(35.923)	7.170	3.135	10.305
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	809		809		809
	55.410	(35.923)	19.487	3.135	22.622
<b>Remensurações</b>					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(24.024)	(24.024)		(24.024)
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	32.300		32.300		32.300
Perdas decorrentes da experiência	25.411		25.411		25.411
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como receita financeira	2.579	(2.579)		(5.014)	(5.014)
	60.290	(26.603)	33.687	(5.014)	28.673
Variações cambiais	(43.704)	34.081	(9.623)	(39)	(9.662)
Contribuições do empregador		12.650	12.650		12.650
Pagamento dos planos - benefícios	(73.707)	53.697	(20.010)		(20.010)
Em 31 de dezembro de 2023	847.351	(693.701)	153.650	29.299	182.949

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(f) Ativos do plano**

Os ativos do plano incluem:

	2024	2023
Ações		
Mercado global	143.822	115.591
Mercados emergentes	71.552	58.105
Instituições financeiras	17.827	25.151
Títulos públicos	33.194	48.333
Bonds	503.750	441.338
Outros	3.616	5.183
	773.761	693.701

**(g) Premissas atuariais**

As premissas atuariais utilizadas foram as seguintes:

	2024			
	Brasil	Europa e Ásia	América do Norte	América Latina
Taxa de desconto	10,70%	27,70%	4,84%	7,41%
Taxa da inflação	3,50%	24,90%	2,00%	5,49%
Retorno esperado sobre os ativos do plano				
Aumentos salariais futuros	3,55%	24,90%	2,50%	3,41%

	2023			
	Brasil	Europa e Ásia	América do Norte	América Latina
Taxa de desconto	9,82%	10,20%	4,93%	7,71%
Taxa da inflação	4,00%	6,89%	2,00%	5,11%
Retorno esperado sobre os ativos do plano				
Aumentos salariais futuros	4,03%	9,64%	2,50%	3,71%

As premissas referentes a experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade para os países mais importantes baseiam-se nas seguintes tábuas de mortalidade pós-aposentadoria:

- Brasil: AT-2000;
- Uruguai: GAM 1983;
- Turquia: TUIK 2015; e
- América do Norte: CPM-B.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(i) Análise de sensibilidade – América do Norte**

Considerando que os planos de benefícios do segmento América do Norte são os mais significativos no Consolidado, abaixo é demonstrado a sensibilidade da obrigação às mudanças nas principais premissas, mantendo as outras premissas constantes:

	Mudança na premissa	Impacto na obrigação de benefício definido	
		Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Diminuição de 4,91%	Aumento de 5,39
Taxa de aumento de salário	0,50%	Aumento de 0,30%	Diminuição de 0,29%
		Aumento de 1 na premissa	Redução de 1 na premissa
Expectativa de vida		Aumento de 3,10%	Diminuição de 3,05%

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas foi aplicado o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço), como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

## 25 Patrimônio líquido

### (a) Práticas contábeis

#### (i) Capital social

É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido.

#### (ii) Distribuição de dividendos

É reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima dos dividendos mínimos obrigatórios, calculado e representado por 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos mínimos obrigatórios.

Em adição aos dividendos mínimos obrigatórios, a administração da Companhia pode propor, por deliberação do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários destinados a partir de reservas de lucros existentes nas últimas demonstrações financeiras anuais ou balanços patrimoniais intermediários. Quando aprovados pelo Conselho de Administração, os dividendos intermediários são registrados como redução a reserva de retenção de lucros no patrimônio líquido.

#### (iii) Lucro básico por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para o exercício. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Para fins de cálculo do lucro por ação, a Companhia considera tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, uma vez que ambas possuem os mesmos direitos com relação a dividendos e distribuição de lucros.

A Companhia não possui instrumentos ou acordos que possam ter um efeito dilutivo no cálculo do lucro por ação.

#### (iv) Reserva legal e de retenção de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

#### (v) Reserva de incentivos fiscais

A Companhia recebe, no Brasil, incentivos oriundos de programas estaduais e federais para promover o desenvolvimento industrial, conforme explicado abaixo:

Os incentivos fiscais estão relacionados principalmente a:

ICMS: A Companhia possui incentivos fiscais sobre o ICMS relativos a programas estaduais de desenvolvimento industrial que consistem no financiamento, diferimento do pagamento ou crédito presumido. O objetivo desses programas estaduais é promover, em longo prazo, o desenvolvimento das atividades industriais, a geração de empregos e fomentar o desenvolvimento econômico e social dos estados. Os prazos e termos dos incentivos estão estabelecidos em cada programa, com

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

vencimentos até 2032. Esses incentivos são registrados no resultado do exercício de apuração do imposto e quando a Companhia atende às condições estabelecidas pelos programas estaduais.

Imposto de renda sobre o lucro das operações em determinadas regiões: A Companhia tem o benefício de redução parcial do imposto de renda devido, relacionado a algumas operações regionais como cimento, argamassa e clínquer. O incentivo fiscal é mensurado com base no lucro operacional tributável apurado de acordo com as regras de incentivo fiscal (identificado como "lucro da exploração") dos projetos específicos que são beneficiados pelo incentivo durante um período determinado estabelecido pelo fisco. Os incentivos fiscais da Companhia expiram em períodos diferentes entre 2025 e 2029. De acordo com as regras do benefício, um montante igual ao benefício fiscal (a redução do imposto de renda) deve ser alocado a uma conta de reserva ("Reserva de incentivos fiscais") dentro do patrimônio líquido da pessoa jurídica que tem o benefício e o saldo dessa reserva não pode ser distribuído aos acionistas.

A receita auferida com subsídios do governo na Companhia é alocada da receita do ano para a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

**(vi) Ajuste de avaliação patrimonial**

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior;
- Parcela efetiva com diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior;
- Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria; e
- Outros componentes do resultado abrangente das investidas.

**(b) Capital social**

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 7.708.353 composto por 9.225.042.782 ações ordinárias e 300.571.428 ações preferenciais.

**(c) Pagamento de dividendos**

Em 28 de fevereiro de 2024, o Conselho da Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intercalares no montante de R\$ 488.307, imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relacionados ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os quais foram pagos aos acionistas no dia 29 de fevereiro de 2024.

Em 16 de agosto de 2024, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos intermediários aos acionistas, sendo R\$ 69.053 do saldo remanescente dos dividendos mínimos obrigatórios de 2023 e R\$ 401.537 à conta da reserva de retenção de lucros, totalizando o montante de R\$ 470.590, os quais foram aprovados pelo Conselho da Administração no dia 14 de agosto de 2024.

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	898.159	2.433.700
Reserva legal - 5%	(44.908)	(121.685)
Reserva para incentivos fiscais	(9)	(82.574)
Base de cálculo dos dividendos	853.242	2.229.441
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	213.311	557.360
Quantidade total de ações, em milhares	9.525.614	9.525.614
Dividendos por lote de mil ações - R\$	22,39	58,51

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(d) Outros resultados abrangentes da Controladora**

	Nota	Atribuível aos acionistas controladores					Total
		Variação cambial de operações localizadas no exterior	Hedge dos investimentos líquidos	Ganhos atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria	Transações com acionistas não controladores	Outros componentes do resultado abrangente	
Em 1º de janeiro de 2023, após o efeito do ajuste contábil da adoção da alteração ao CPC 32 / IAS 12		4.718.774	(2.496.397)	(17.572)	1.513.187	9.350	3.727.342
Variações cambiais de operações localizadas no exterior - operações continuadas		(1.689.352)					(1.689.352)
Variações cambiais de operações localizadas no exterior - operações descontinuadas		(400)					(400)
Ajuste de inflação em curso para economias hiperinflacionárias - controladas		5.512					5.512
Ajuste de inflação em curso para economias hiperinflacionárias - coligadas		733.467					733.467
Hedge dos investimentos líquidos	15(e)		57.282				57.282
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas						13.500	13.500
Perdas sobre os ativos de plano de pensão das investidas				(24.851)			(24.851)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo						4.437	4.437
Ajustes de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						(842)	(842)
Tributos diferidos	21(e)			7.079		(896)	6.183
Em 31 de dezembro de 2023		<u>3.768.001</u>	<u>(2.439.115)</u>	<u>(35.344)</u>	<u>1.513.187</u>	<u>25.549</u>	<u>2.832.278</u>
Em 1º de janeiro de 2024		3.768.001	(2.439.115)	(35.344)	1.513.187	25.549	2.832.278
Variações cambiais de operações localizadas no exterior - operações continuadas		2.596.192					2.596.192
Variações cambiais de operações localizadas no exterior - operações descontinuadas		21.284					21.284
Ajuste de inflação em curso para economias hiperinflacionárias - controladas		178.919					178.919
Ajuste de inflação em curso para economias hiperinflacionárias - coligadas		758.673					758.673
Hedge dos investimentos líquidos	15(e)		(178.106)				(178.106)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas						(845)	(845)
Ganhos sobre os ativos de plano de pensão das investidas				6.687			6.687
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo						(5.535)	(5.535)
Ajustes de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes						615	615
Tributos diferidos	21(e)			36		(5.882)	(5.846)
Em 31 de dezembro de 2024		<u>7.323.069</u>	<u>(2.617.221)</u>	<u>(28.621)</u>	<u>1.513.187</u>	<u>13.902</u>	<u>6.204.316</u>

**26 Receita líquida de contratos com clientes****(a) Práticas contábeis**

A receita é determinada com base no valor que a Companhia espera receber pela venda de produtos e serviços prestados no curso normal dos negócios da entidade, já deduzidos de perdas esperadas e quaisquer eventos que possam impactar a mensuração do valor da transação. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

A Companhia reconhece uma receita quando: (i) existe um contrato ou acordo com um cliente e a Companhia que cria direitos e obrigações exequíveis; (ii) a obrigação de performance do contrato é identificável e inclui a promessa de transferência de produtos ou serviços a um cliente; (iii) o preço da transação é valor da contraprestação definido em contrato que pode ser mensurado com segurança e pode ser alocado para cada obrigação de performance; (iv) o preço da transação é alocado a cada obrigação de performance com base no seu preço de venda individual para cada produto ou serviço distinto prometido no contrato; (v) a entidade reconhece a receita quando ela satisfaz as obrigações de desempenho transferindo um produto ou serviço ao cliente, que ocorre no momento em que o cliente obtém o controle sobre tal serviço ou produto. O valor da receita reconhecida é o valor alocado para a obrigação de desempenho satisfeita.

A prática geral da Companhia é reconhecer a receita, e os custos associados quando a entidade satisfaz a obrigação de desempenho:

- (i) Contratos com clientes relacionados com a venda de cimento, agregados, argamassas, matéria-prima e outros tem como obrigação de desempenho a entrega dos produtos para os clientes. Dessa forma, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o produto é entregue ao cliente;
- (ii) Os contratos de concreto pronto preveem a entrega do concreto em uma única entrega, deste modo, a obrigação de desempenho é satisfeita quando o concreto é entregue ao cliente. Para contratos em que determinado volume de concreto é entregue por um período, como projetos de construção de longo prazo (que geralmente não são superiores a um ano), a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo com base nos volumes entregues no período do contrato.

Um passivo de contrato é reconhecido quando a Companhia tem a obrigação de transferir produtos ou serviços para um cliente para os quais a entidade já recebeu as contraprestações. O reconhecimento do passivo de contrato ocorre na competência do recebimento das contraprestações e liquidadas quando do cumprimento da obrigação de performance por parte da entidade. Tais passivos de contratos são apresentados como adiantamento de clientes.

Para alguns contratos com clientes, a Companhia oferece rebates de volume, que são liquidados na forma de produtos ou dinheiro a serem entregues em gratuidade aos referidos clientes - quando do atingimento de certos volumes de compra estabelecidos. A Companhia aplica o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável do contrato. A Companhia então aplica os requisitos de restrição de estimativas de contraprestação variável para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluído no preço da transação e reconhecido como receita. Um passivo de restituição é reconhecido para os descontos futuros esperados (ou seja, o valor não incluído no preço da transação), de acordo com o valor que a entidade estima entregar ao cliente. A Companhia baseia suas estimativas no histórico anterior, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A Companhia atualiza suas estimativas de passivo de restituição (e a mudança correspondente no preço da transação) no final de cada exercício.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
 financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
				Reapresentado (Nota 5.6(a))
Vendas brutas				
Venda de produtos e serviços para o mercado brasileiro	12.821.122	12.666.587	18.379.255	18.038.721
Venda de produtos e serviços para mercados fora do Brasil			13.373.776	12.092.360
	<u>12.821.122</u>	<u>12.666.587</u>	<u>31.753.031</u>	<u>30.131.081</u>
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(3.358.549)	(3.216.354)	(5.188.457)	(4.453.369)
	<u>9.462.573</u>	<u>9.450.233</u>	<u>26.564.574</u>	<u>25.677.712</u>

**(c) Receita líquida por linha de produtos**

	Consolidado	
	2024	2023
		Reapresentado (Nota 5.6(a))
Cimento	17.736.758	16.827.562
Concreto	5.315.065	5.292.130
Argamassa	1.039.764	933.043
Agregados	904.787	791.553
Outros	1.568.200	1.833.424
	<u>26.564.574</u>	<u>25.677.712</u>

**(d) Receita líquida por país de destino**

	Consolidado	
	2024	2023
Brasil	13.324.287	13.552.807
Estados Unidos	5.591.989	5.374.722
Canadá	2.695.404	2.534.382
Espanha	2.150.579	1.849.416
Turquia	1.615.348	1.193.854
Outros	1.186.967	1.172.531
	<u>26.564.574</u>	<u>25.677.712</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**27 Abertura de despesas por natureza**
**(a) Práticas contábeis**

A Companhia classifica todos os gastos com custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados, bem como as despesas operacionais (vendas, gerais e administrativas), de acordo com sua natureza. Essas despesas são reconhecidas conforme a natureza das transações ou eventos que as originam, em conformidade com os critérios contábeis.

**(b) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023(i)
				Reapresentado (Nota 5.6(a))
Salários, encargos e benefícios	1.209.231	1.180.995	3.950.863	3.690.960
Insumos e materiais de consumo	1.378.111	1.341.390	3.535.474	3.528.020
Fretes	1.796.945	1.659.075	4.142.796	3.915.677
Depreciação, exaustão e amortização	700.526	445.227	2.362.417	1.776.580
Energia elétrica	715.154	777.144	1.709.319	1.660.983
Combustíveis	1.199.802	1.412.657	2.577.906	3.054.165
Manutenção e conservação	632.271	568.513	1.681.904	1.570.736
Despesa de serviços diversos	523.619	489.473	1.454.778	1.355.496
Embalagens	254.203	251.308	454.779	434.459
Impostos, taxas e contribuições	27.709	31.739	198.909	182.372
Despesas comerciais e <i>marketing</i>	81.304	70.785	127.834	97.817
Aluguéis e arrendamentos	15.871	62.667	109.335	172.628
Seguros	11.080	10.484	97.007	84.494
Outros	37.695	32.872	811.708	839.883
	<u>8.583.521</u>	<u>8.334.329</u>	<u>23.215.029</u>	<u>22.364.270</u>
<b>Reconciliação</b>				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	7.420.699	7.245.741	20.693.413	20.116.688
Despesas com vendas	556.004	525.582	1.012.808	936.286
Despesas gerais e administrativas	606.818	563.006	1.508.808	1.311.296
	<u>8.583.521</u>	<u>8.334.329</u>	<u>23.215.029</u>	<u>22.364.270</u>

- (i) A Companhia efetuou reclassificações entre as linhas de "Energia elétrica", "Insumos e materiais de consumo" e "Outros" nos saldos comparativos de 2023 no Consolidado, com o propósito de apresentar a despesa por natureza de forma consistente com a estrutura do exercício corrente. Em adição, foi efetuado a reclassificação dos resultados das operações descontinuadas nos saldos comparativos do Consolidado (Nota 5.6(a)).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**28 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas**
**(a) Práticas contábeis**

A Companhia classifica as outras receitas e despesas operacionais como itens com naturezas que não se enquadram nas classificações tradicionais de receitas de vendas, custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados, ou despesas operacionais (vendas, gerais e administrativas). Essas receitas e despesas são reconhecidas conforme a natureza das transações ou eventos que as originam, e os critérios contábeis.

**(b) Composição**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
				Reapresentado (Nota 5.6(a))
Benefícios fiscais - investimento	87.406	75.038	346.311	260.341
(Perda) ganho líquido na venda de imobilizado e intangível	(8.124)	12.649	77.971	16.081
Receita de aluguéis e arrendamentos	3.564	1.943	36.855	15.895
Ganho líquido na venda de sucata	16.732	15.929	22.441	31.765
Deságio na aquisição de créditos tributários	11.265	13.607	11.265	13.607
Vendas de direitos de emissão de CO2			10.160	17.203
Receita de coprocessamento	7.742	10.202	8.285	11.263
Recuperação de tributos	5.174	27.489	5.823	30.260
Acordo celebrado com o CADE (Nota 22(d)(i))	(1.092.780)		(1.092.780)	
Provisões judiciais líquidas	(28.454)	(45.437)	(51.252)	(66.400)
(Provisão) reversão de <i>impairment</i> de ativos	(4.409)		(9.546)	53.016
Despesas com unidades inativas	(12.739)	(19.335)	(12.985)	(22.308)
Gastos com projetos	(10.352)	(5.316)	(11.266)	(5.636)
Contratos futuros de energia - valor justo			(2.899)	42.162
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(8.756)	(23.512)	(18.120)	(35.688)
	<u>(1.033.731)</u>	<u>63.257</u>	<u>(679.737)</u>	<u>361.561</u>

**29 Resultado financeiro, líquido**
**(a) Práticas contábeis**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receitas e despesas de juros reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos;
- Custos para pré-pagamento de empréstimos, incluindo amortização de custos de captação;
- Ganhos e perdas geradas pela remensuração de ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não conta a receber);
- Ganhos/perdas líquidas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado; e
- Reclassificações de ganhos/perdas líquidas previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A Companhia classifica de forma consistente os juros sobre empréstimos e financiamentos pagos e os custos da recompra de títulos de dívida como fluxo caixa das atividades operacionais.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**(b) Composição**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
					Reapresentado (Nota 5.6(a))
<b>Receitas financeiras</b>					
Instrumentos financeiros derivativos (i)	6.3.3(b)	351.808	73.489	382.250	151.768
Rendimentos sobre aplicações financeiras		176.974	164.450	345.986	282.986
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	19(d)	163.403	88.136	226.019	118.430
Reversão de atualização monetária de provisões		111.084	99.057	157.787	125.000
Juros sobre ativos financeiros		25.284	18.384	57.311	42.009
Atualização monetária sobre ativos		31.803	40.097	45.212	54.117
Comissões sobre securitização	13(b)			42.463	36.548
Juros sobre operações de partes relacionadas	13(b)	5.061	8.545	16.385	13.763
Descontos obtidos		265	8	832	369
Instrumentos financeiros derivativos com partes relacionadas (i)	6.3.3(b) e 13(b)			77	
Ganho na renegociação de dívidas, líquidas das amortizações	19(d)		7.468		7.468
Receita com garantia de empréstimos de partes relacionadas	13(b)	11.834	11.985		
Atualização monetária utilização do bem público					39.239
Reversão de garantia sobre operação de securitização	13(b)				19.637
Outras receitas financeiras		976		49.900	45.584
		<u>878.492</u>	<u>511.619</u>	<u>1.324.222</u>	<u>936.918</u>
<b>Despesas financeiras</b>					
Juros sobre empréstimos e financiamentos	19(d)	(510.234)	(439.251)	(988.057)	(819.023)
Capitalização de juros sobre empréstimos	16(c)	35.972	20.526	39.888	23.787
Instrumentos financeiros derivativos (i)	6.3.3(b)	(164.066)	(373.337)	(249.858)	(451.202)
Atualização monetária sobre provisões e outros passivos		(182.206)	(136.209)	(231.182)	(188.558)
Ajuste a valor presente		(57.958)	(20.979)	(139.259)	(71.216)
Encargos com securitização	13(b)			(111.578)	(98.763)
Comissões sobre operações financeiras				(92.183)	(45.693)
Correção monetária sobre empréstimos e financiamentos	19(d)	(57.380)	(35.402)	(86.940)	(53.638)
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	19(d)	(67.693)	(103.913)	(77.660)	(136.167)
Custos com captação de empréstimos		(10.938)	(10.285)	(49.756)	(19.587)
Atualização monetária utilização do bem público				(40.864)	(17.023)
Provisão de garantia sobre operação de securitização	13(b)			(39.293)	(157)
Custo de recompra dos <i>bonds</i>	3.3			(35.053)	
PIS e COFINS sobre receitas financeiras		(10.707)	(8.924)	(17.057)	(16.071)
Juros sobre impostos a pagar		(7.454)	(7.002)	(8.205)	(7.711)
IR sobre remessas de juros ao exterior		(6.605)	(7.804)	(8.053)	(9.323)
Juros sobre operações de partes relacionadas	13(b)	(7.144)	(10.619)	(7.144)	(1.533)
Perda na renegociação de dívidas, líquida das amortizações	19(d)		(6.649)	(3.083)	(8.489)
Instrumentos financeiros derivativos com partes relacionadas (i)	6.3.3(b) e 13(b)			(2.182)	(11.285)
Despesa com garantia de empréstimos de partes relacionadas	13(b)	(724)	(1.526)		
Outras despesas financeiras		(30.029)	(27.598)	(96.160)	(102.912)
		<u>(1.077.166)</u>	<u>(1.168.972)</u>	<u>(2.243.679)</u>	<u>(2.034.564)</u>
(Prejuízo) ganho cambial, líquido		(475.495)	143.428	(617.767)	(39.774)
Ganho monetário líquido na subsidiária hiperinflacionária				110.435	137.831
		<u>(674.169)</u>	<u>(513.925)</u>	<u>(1.426.789)</u>	<u>(999.589)</u>

**(i) Demonstração dos resultados das operações com derivativos:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<i>Swap</i> - Taxa USD x BRL/CDI	351.808	(322.992)	378.802	(364.297)
<i>Swap</i> - IPCA x CDI	(137.494)	20.178	(211.793)	29.940
<i>Swap</i> - PRE x CDI	(26.572)	2.966	(40.261)	4.495
Outros			3.539	19.143
	<u>187.742</u>	<u>(299.848)</u>	<u>130.287</u>	<u>(310.719)</u>
Receitas com instrumentos financeiros derivativos	351.808	73.489	382.327	151.768
Despesas com instrumentos financeiros derivativos	(164.066)	(373.337)	(252.040)	(462.487)
	<u>187.742</u>	<u>(299.848)</u>	<u>130.287</u>	<u>(310.719)</u>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**30 Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas**

Com a aprovação do plano de desinvestimento integral pelo Conselho de Administração no exercício, como descrito na Nota 3.2, as operações da Tunísia e do Marrocos foram classificadas nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas como ativos mantidos para venda, e os resultados como operações descontinuadas.

O plano de desinvestimento está alinhado com a estratégia de gestão de portfólio da Companhia, que busca maximizar valor para seus acionistas e balancear o posicionamento geográfico entre mercados maduros e emergentes, otimizando a gestão de risco do portfólio consolidado da Companhia.

As respectivas operações, que incluem fábrica de cimento integrada e instalações de agregados na Tunísia, assim como instalações de concreto no Marrocos, eram apresentadas pela Administração no segmento operacional Europa e Ásia (anteriormente denominado Europa, Ásia e África) (Nota 4).

A Companhia não identificou perdas na remensuração dos ativos como mantidos para venda.

**(a) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda**

	<b>Consolidado</b>
	<b>2024</b>
Caixa e equivalentes de caixa	300.437
Contas a receber de clientes	63.253
Estoques	212.466
Outros ativos	148.297
Imobilizado	754.011
Intangível	494.121
<b>Ativos classificados como mantidos para venda</b>	<b>1.972.585</b>
Empréstimos e financiamentos	36.737
Fornecedores e outras contas a pagar	119.924
Imposto de renda e contribuição social	89.445
Tributos a recolher	63.551
Benefícios pós-emprego	82.232
Outros passivos	87.422
<b>Passivos relacionados a ativos mantidos para venda</b>	<b>479.311</b>

**(b) Resultado das operações descontinuadas**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Operações descontinuadas</b>		
Receita líquida de contratos com clientes	1.178.199	1.004.413
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(733.182)	(682.793)
<b>Lucro bruto</b>	<b>445.017</b>	<b>321.620</b>
<b>Despesas operacionais</b>	<b>(123.044)</b>	<b>(55.413)</b>
<b>Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro</b>	<b>321.973</b>	<b>266.207</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>		
Equivalência patrimonial		(309)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>5.158</b>	<b>1.501</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>327.131</b>	<b>267.399</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(108.652)</b>	<b>(79.281)</b>
<b>Lucro líquido do exercício das operações descontinuadas</b>	<b>218.479</b>	<b>188.118</b>

**Notas explicativas da Administração às demonstrações  
financeiras individuais e consolidadas**

 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
 

---

**(c) Fluxos de caixa das operações descontinuadas**

	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais	175.622	205.633
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(69.452)	(99.060)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	(132.904)	(188.641)
Efeito de oscilações nas taxas cambiais	11.501	(6.579)
<b>Total dos fluxos de caixa</b>	<b>(15.233)</b>	<b>(88.647)</b>

**31 Compromissos de longo prazo**

A Companhia possui determinados tipos de contratos de compra de matérias-primas específicas que se destinam a substituir parcialmente o clínquer, principal componente do produto cimentício. Há também outros contratos de compra com o objetivo de substituir o uso de energia fóssil por fontes alternativas de energia. Os vencimentos variam de contrato para contrato, sendo o mais longo finalizado em 2042.

A Companhia também firmou contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo para as operações brasileiras, que visam suprir eventuais necessidades adicionais que não seriam atendidas por suas próprias usinas hidrelétricas. Alguns deles são contratos com partes relacionadas.

Outros compromissos de longo prazo menos significativos incluem essencialmente contratos para a compra de ativo imobilizado.

## **32 Eventos subsequentes**

### **(a) Tarifas comerciais entre Estados Unidos e Canadá**

Em 1º de fevereiro de 2025, o Presidente dos EUA Donald Trump, assinou uma ordem executiva pela qual os EUA irá cobrar uma tarifa de 25% sobre os produtos do Canadá (excluindo as importações de energia, que receberá uma tarifa de 10%), com vigência a partir de 4 de fevereiro de 2025. O Governo do Canadá anunciou certas tarifas retaliatórias sobre os produtos importados dos EUA. As tarifas canadenses foram inicialmente estabelecidas para entrar em vigor a partir de 4 de fevereiro de 2025, com uma implementação faseada, onde ambos os governos anunciaram uma pausa nas tarifas por um mês. Se as tarifas forem impostas, o impacto econômico total que as tarifas terão sobre as operações da Companhia na América do Norte, permanece incerto e depende da gravidade e duração das tarifas impostas pelo EUA e Canadá. A Companhia está monitorando esta situação e avaliará possíveis impactos quando e se as tarifas forem de fato implementadas.



**VOTORANTIM**  
**cimentos**